ARROZ E COCA: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA ENTRE COLONOS DO ORIENTE BOLIVIANO

FIDEL OSCAR HOYOS BONILLAS

Orientador: Prof. Dr. ORIOWALDO QUEDA

Dissertação apresentada à Escola Superior de
Agricultura "Luiz de Queiróz", da Universidade
de São Paulo, para obtenção do Título de
Mestre em Agronomia, Área de Concentração:
Economia Agrária.

PIRACICABA
Estado de São Paulo, Brasil
Novembro - 1992

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Livros da
Divisão de Biblioteca e Documentação - PCAP/USP

Hoyos Bonillas, Fidel Oscar

H868a Arroz e coca: análise de uma experiência entre colo-
nos do Oriente Boliviano. Piracicaba, 1992.

p.

Diss.(Mestre) - ESALQ
Bibliografia.

1. Arroz - Aspecto político-sócio-econômico - Bolívia
 2. Coca - Aspecto político-sócio-econômico - Bolívia I.
- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba

CDD 338.17318

**ARROZ E COCA: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA ENTRE COLONOS DO
ORIENTE BOLIVIANO**

FIDEL OSCAR HOYOS BONILLAS

Aprovada em: 19 / 01 / 1993

Comissão julgadora:

Prof. Dr. Oriowaldo Queda ESALQ/USP

Prof. Dr. Carlos José Caetano Bacha ESALQ/USP

Prof. Dra. Vera Marisa Henrique de Miranda Costa UNESP

Prof. Dr. ORIWALDO QUEDA

Orientador

Aos meus pais pelo apoio moral,
sentimental e material que sempre me
ofereceram.

À minha esposa Margoth e aos meus
filhos: Leonardo e Tomio
Alberto pela compreensão e
companhia.

À memória do meu filho Miguel Angel

DEDICO

AGRADECIMENTOS

À Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz" e ao Departamento de Economia e Sociologia Rural por terem aberto suas portas e permitido usufruir da valiosa experiência na Área de Economia Agrária;

Ao Conselho Britânico por ter proporcionado os meios econômicos durante a realização do curso, e, em especial, à Sra. Rozanne M C L Zachetti pela atenção com que me brindou ao longo de minha permanência no Brasil;

Ao Centro de Investigación Agrícola Tropical (CIAT) e à Missão Britânica em Agricultura Tropical em Santa Cruz, Bolívia, pela oportunidade que me deram para aprofundar meus conhecimentos;

Ao Dr. Prof. Oriowaldo Queda, meu agradecimento especial não só pela sua criteriosa orientação mas, também, pela sua qualidade humana e espírito solidário demonstrado nos momentos difíceis;

Aos Drs. Carlos José Caetano Bacha, Dalcio Caron e Manoel Cabral de Castro pelas críticas e sugestões oportunas que contribuíram para o aprimoramento do presente trabalho;

A todos os meus colegas do curso, especialmente a Nelson, Newton, Pery, Weimar, Juvenal e Alfredo pela sincera amizade e companherismo que fizeram ainda mais grata minha estada no Brasil;

Aos demais professores e funcionários do Departamento de Economia e Sociologia Rural.

ÍNDICE

	PÁGINA
1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1 O problema.....	01
1.2 Hipótese.....	11
1.3 Metodologia.....	11
1.3.1 Antecedentes.....	12
1.3.2 Localização geográfica e estrutura fundiária.....	16
1.3.3 A escolha de Yapacaní.....	18
1.3.4 Obstáculos metodológicos.....	21
1.4 Intervenção do Estado.....	23
1.4.1 O planejamento.....	24
1.4.2 A "Estratégia de Desenvolvimento"....	26
1.4.3 O planejamento como processo de intervenção racional.....	28
2. A CULTURA DA COCA.....	33
2.1 Antecedentes da cultura da coca na Bolívia.	34
2.2 Breve história da cocaína.....	37
Debate e controle da coca.....	43
2.4 Comercialização.....	54
2.5 Áreas de produção de coca.....	58
2.5.1 Região dos Yungas.....	61
2.5.2 Região do Chapare.....	62
2.5.3 Região de Yapacaní.....	62
3. O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO DEPARTAMENTO DE SANTA CRUZ.....	65
3.1 Antecedentes.....	65
3.1.1 O "Plano Bohan".....	66
3.1.2 A Revolução Nacional de 1952.....	70
3.1.3 A Reforma Agrária.....	72
3.2 Evolução da estrutura agrária.....	74

3.3	Categorias sócio-econômicas de produtores rurais.....	78
3.3.1	Colonos nacionais.....	78
3.3.2	Empresários nacionais.....	83
3.3.3	Colonos estrangeiros.....	85
3.4	A situação atual dos colonos nacionais.....	86
3.4.1	O arroz: cultura central nas unidades produtivas.....	86
3.4.2	A "crise do pousio" e a procura de saídas.....	89
3.5	O período 1978-1982: a crise política e a economia da coca e seus derivados.....	94
3.6	Algumas prováveis consequências da carência de "planejamento".....	97
4.	A COLÔNIA DE YAPACANI.....	101
4.1	Aspectos culturais da colônia de Yapacani..	101
4.2	Arroz e Coca: opção caótica perante a crise.....	103
4.3	Desenvolvimento dirigido vs. desenvolvimento espontâneo.....	105
4.4	Resultados do Estudo Empírico.....	108
4.4.1	Estrutura da produção antes da erradicação.....	109
4.4.2	A marginalização dos não-produtores de coca.....	110
4.4.3	Renda do Capital na cultura da coca..	113
4.4.4	Renda do Capital na cultura do arroz.	118
4.4.5	Outras opções de produção.....	119
4.4.6	Destino incerto do crédito.....	120
4.4.7	A opção de continuar produzindo coca no Chapare.....	123
4.4.8	A dificuldade de erradicação definitiva da cultura da coca.....	124
	CONCLUSÕES.....	126
	BIBLIOGRAFIA.....	133
	APÊNDICE 1.....	139
	APÊNDICE 2.....	147

LISTA DE TABELAS

PÁGINA

TABELA 01. Exportação de coca boliviana, período 1902-1925.....	56
TABELA 02. Exportação de coca da Bolívia, período 1944-1948.....	57
TABELA 03. Volume e valor das exportações da coca boliviana, período 1938-1952.....	57
TABELA 04. Volume e valor da coca boliviana exportada, período 1968-1976.....	58
TABELA 05. Área de produção de coca na Bolívia, segundo região, período 1968-1987...	59
TABELA 06. Área, volume e participação percentual das regiões de produção de coca, ano 1987.....	61
TABELA 07. Departamento de Santa Cruz: distribuição da população por Províncias..	77
TABELA 08. Evolução dos preços da coca na Bolívia.....	93
TABELA 09. Famílias da cidade de Santa Cruz segundo nível de pobreza, 1988.....	100
TABELA 10. Área média do arroz e da coca segundo sub-regiões de Yapacaní.....	109
TABELA 11. Preços médios da folha de coca na região do Chapare, período setembro/87 - abril/92.....	117

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01. Bolívia: exportações e importações, período 1936-1940.....	68
QUADRO 02. Cidade de Santa Cruz: evolução da população, período 1900-1988.....	76

PÁGINA

QUADRO 03. Renda do capital "com controle químico" para a cultura da coca em Yapacaní..	115
QUADRO 04. Renda do capital "com controle manual" para a cultura da coca em Yapacaní..	116
QUADRO 05. Renda do capital para a cultura do arroz em Yapacaní.....	118

LISTA DE TABELAS DO APÊNDICE 1

TABELA I.1. Santa Cruz: número e área das unidades agropecuárias por Província, segundo uso da terra.....	140
TABELA I.2. Província Ichilo: número e área das unidades agropecuárias por tamanho das propriedades segundo uso da terra...	141
TABELA I.3. Evolução da população das áreas urbanas do Cantão São Carlos, Província Ichilo, período 1976-1992.....	142
TABELA I.4. Santa Cruz: participação no PIB nacional, período 1970-1990.....	143
TABELA I.5. Preços do arroz e valor da diária, período 1961-1989.....	144
TABELA I.6. Moradias segundo carência de serviços básicos na cidade de Santa Cruz.....	145
TABELA I.7. População segundo níveis de pobreza, tamanho e renda média mensal, em dólares por família e "per cápita"..	146

ARROZ E COCA: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA ENTRE COLONOS DO ORIENTE BOLIVIANO

Autor: Fidel Oscar Hoyos Bonillas

Orientador: Prof. Dr. Oriowaldo Queda

RESUMO

Este trabalho analisa o desenvolvimento do núcleo de colonização, chamado Yapacaní, conduzido por agricultores familiares na região norte do Departamento de Santa Cruz, Bolívia. Este projeto nacional de colonização pretendia redistribuir a população camponesa boliviana visando aumentar a produção agropecuária nacional. O projeto, a partir da década de 1960, encorajou a migração de camponeses, radicados no ocidente e carentes de terras, para as extensas áreas do oriente boliviano.

Com o aumento da produção doméstica foi possível reduzir as importações, atingindo um dos objetivos centrais dos planos de governo daquela época. No entanto, uma vez esgotado este modelo de substituição de importações, as diversas colônias assentadas no Departamento de Santa Cruz ingressaram numa crise, gerada pela redução dos preços

dos seus produtos, principalmente o arroz. No caso da colônia de Yapacaní esta crise foi maior devido à fragilidade do seu solo, tornando-se praticamente inviável a melhoria tecnológica.

Surge, assim, na metade dos anos setenta, uma variável não contemplada nem pelos planejadores nem pelos colonos: a demanda internacional por cocaína alterou os preços domésticos da folha de coca (matéria-prima da cocaína), dando um estímulo extraordinário aos potenciais produtores.

Os solos de Yapacaní, marginais para a cultura do arroz, se revelaram muito bons para a cultura da coca. Assim, paradoxalmente, foi a cultura da coca e não os planos propostos pelo governo que permitiu à maioria dos colonos estabilizar seus sistemas de produção. Com a renda gerada pela coca, a maioria dos colonos de Yapacaní conseguiu iniciar a criação de gado bovino, diversificando e melhorando, assim, sua renda.

No entanto, diante das pressões internacionais visando a redução das plantações de coca, no território nacional, o governo decidiu intervir novamente na colônia de Yapacaní. Desta vez, através do uso do crédito e da ação militar indireta. O propósito explícito desta nova

intervenção era o de promover o desenvolvimento auto-sustentado da colônia, mediante um programa de substituição da cultura da coca.

Esta dissertação está sendo realizada dois anos após o início da execução do programa de erradicação da coca, na colônia de Yapacaní. Conseqüentemente, as mudanças ainda estão em curso nesta colônia. A renda gerada pela coca, para os colonos que optaram pela erradicação voluntária, foi substituída pela indenização e créditos. O problema era prever em que medida os investimentos feitos para substituir a coca permitiriam aos colonos um desenvolvimento auto-sustentado no longo prazo.

Os resultados deste estudo sugerem que, durante a nova intervenção feita pelo governo, o principal objetivo foi a erradicação da coca e não a promoção de um verdadeiro desenvolvimento alternativo da colônia de Yapacaní. Destarte, é previsível que mais cedo ou mais tarde os colonos voltem a produzir coca. Para tanto, basta que a rentabilidade desta cultura permaneça elevada e que falem opções viáveis do ponto de vista técnico, econômico e legal para a maioria dos colonos.

RICE AND COCA: AN ANALYSIS OF AN EXPERIENCE INVOLVING PEASANTS IN EASTERN BOLIVIA

Author: Fidel Oscar Hoyos Bonillas

Adviser: Prof. Dr. Oriowaldo Queda

SUMMARY

This research analyses the development of the settlement nucleus called Yapacani, conducted by family farmers in the northern region of the Santa Cruz Departament, Bolivia. This national colonization project intended to redistribute the Bolivian peasant population with the aim of increasing the national agricultural production. From its inception in the sixties, the project encouraged landless peasants living in the western region to move to extensive areas in eastern Bolivia.

The increased domestic production enabled a substantial reduction in imports, which was one of the main objectives of the governmental plans at that time. However, once this import substitution model was exhausted, the various colonies settled in the Santa Cruz Departament faced

a crisis caused by a decline in prices of their products, mainly rice. In the case of the Yapacani colony, the crisis reached greater proportions since the poor soils made technological improvements practically impossible.

A variable not anticipated by planners or peasants came forth in the mid-seventies: the international demand for cocaine altered domestic prices for coca leaves (raw material for the production of cocaine). This resulted in an extraordinary stimulus for potential producers.

The Yapacani soils which were marginal for rice production proved to be quite suitable for coca cropping. Thus, paradoxically, it was coca cropping rather than the plans proposed by the government that enable most of the peasant to stabilize their production system. With the income generated by coca most of the Yapacani peasants started raising cattle, thus diversifying and improving their income.

However, in view of the international pressure for reducing coca cropping in the national territory, the government decided, once again, to intervene in the Yapacani colony this time by granting credit and using indirect military action. The explicit purpose of this

new ention was to promote the self-sustained development of the colony by implementing a coca replacement program.

This dissertation is being conducted two years after the inception of the coca eradication program in the Yapacani settlement. Consequently, the changes are still underway. The income generated by coca for peasants who chose to voluntarily eradicated that crop was compensated by granting indemnity and credit. The problem faced was to predict to what measure the investments made to replace coca would enable a long term self sustained development for peasants.

This study suggest that the main objective of the latest government intervention was the eradication of coca rather than the promotion of real alternative development of the Yapacani settlement.

Thus, it is predictable that, sooner or later, the peasants will resume their coca cropping activities. For this, it is only necessary that the profitability brought by this crop remain high and the feasible alternatives, from the technical, economic, and legal point of view, are not available to most of the settlers.

LISTA DE ABREVIATURAS

MNR = Movimiento Nacionalista Revolucionario

SPY = Sociedad de Productores de Los Yungas

BID = Banco Interamericano de Desenvolvimento

DIRECO = Dirección Nacional de Reconversión Agrícola

USAID = United States Agency International Development

CIAT = Centro de Investigación Agrícola Tropical

FAO = Food and Agriculture Organization of the United Nation

CBF = Corporación Boliviana de Fomento

Bs. = Bolivianos (unidade monetária da Bolívia)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O problema

Em 1952, ano da Revolução Nacional e da tomada do poder pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)¹, teve início na Bolívia um processo de mudança estrutural de significativa importância histórica, política, social e econômica para o país. O novo Estado de 1952 (enquadrado no modelo latino-americano de capitalismo dependente) pretendia conduzir o país a uma melhor integração aos novos padrões da modernização diante da hegemonia norte-americana, depois da Segunda Guerra Mundial.

Em 1942, a sociedade boliviana manifestava uma rigidez na sua estrutura produtiva e de poder. Essa rigidez foi salientada pela Missão Norte-americana ao fazer um diagnóstico da economia boliviana daquela época². Este trabalho apontou o obstáculo que significava, para o

¹ Partido policlassista fundado em 1941. Foi o promotor da Revolução de 1952 e adquiriu grande popularidade depois de decretar a Nacionalização da Mineração, o Voto Universal e a Reforma Agrária.

² Esta Missão foi presidida por Merwin Bohan. O Informe apresentado ao governo pela Missão, que passou a ser conhecido como "O Plano Bohan", teve grande influência nas estratégias, planos e projetos do Estado boliviano a partir de 1952.

desenvolvimento das forças produtivas do país, a excessiva concentração da atividade econômica e do poder político na área da mineração.

Baseado nestas premissas, o Estado de 1952 criou as condições para uma maior participação e mobilização da população camponesa no mercado de trabalho e de produto. Esta permanecia, até então, em condição de servilismo nos latifúndios e nas *comunidades*³ tradicionais dos altiplanos. Praticava-se uma economia de subsistência precária, com poucas possibilidades de formação de capital, devido aos sérios problemas de escassez de terra (minifúndio) e à concentração da renda, que ocasionavam uma baixa demanda efetiva por bens de origem agropecuária.

Como medidas imediatas o Estado decretou a Nacionalização da Mineração (em 1952) e a Reforma Agrária (em 1953). Estas medidas foram complementadas com a construção da estrada Santa Cruz-Cochabamba que ligou o Oriente e o Ocidente bolivianos, assentando-se assim as bases para a execução posterior do Projeto Nacional de Colonização.

Feita a ligação dos Altiplanos e Vales inter-andinos com as planícies tropicais, teve início um processo de colonização⁴ da região norte do Departamento de Santa Cruz⁵.

³ Entende-se por "*comunidade*" uma concentração de povoadores nativos em certas áreas impostas pela Coroa espanhola, por motivos de segurança. No entanto, nela coexistem elementos das *comunidades* preexistentes no Perú (*ayllu*) e no México (*calpulli*) com outros originários da Espanha (FURTADO 1978, p:19).

⁴ Nome genérico pelo qual é conhecida a ação do governo de fomento às migrações do altiplano, vales e também do exterior (Canadá e Japão), principalmente para o Departamento de Santa Cruz. Este foi o mecanismo

Entre os objetivos explícitos mais importantes dos planos governamentais, contidos na estratégia do novo Estado de 1952, temos: a) a substituição de importações de produtos alimentares de origem agropecuária, suscetíveis de serem produzidos na região do Oriente boliviano, principalmente no Departamento de Santa Cruz, onde, ao contrário do Altiplano e Vales inter-andinos, a terra era abundante⁶; b) melhorar as condições de vida da maioria camponesa através de sua incorporação ao mercado.

Não obstante, por causa de diferentes circunstâncias políticas, sociais e econômicas, os objetivos do governo só foram atingidos parcialmente. No âmbito das colônias nacionais assentadas no Departamento de Santa Cruz, os frágeis suportes institucionais, a marginalização da grande maioria dos camponeses no acesso aos serviços de crédito e assistência técnica, e a rápida saturação do mercado doméstico, entre outras causas, deram lugar a entraves tecnológicos difíceis de serem superados pelos agricultores colonizadores. Estes, além das dificuldades

utilizado para assentar um grande número de produtores agropecuários naquele Departamento.

⁶ De acordo com a divisão político-administrativa, a Bolívia está dividida em nove Departamentos e estes, por sua vez, se dividem em Províncias. Departamentos e Províncias equivalem a Estados e Municípios, respectivamente, no sistema federalista brasileiro.

⁶ Cabe esclarecer que, no Oriente boliviano ainda que abundante, a terra nem sempre estava livre. Daí, a necessidade da Reforma Agrária para viabilizar a colonização desta região.

descritas acima, defrontavam-se com um ambiente tropical desconhecido e que exigia uma série de importantes mudanças tanto nas técnicas de produção quanto na própria alimentação e no vestuário.

Desta maneira, a maioria dos colonos nacionais, assentados na região norte de Santa Cruz, simplesmente passou de uma situação de servilismo ou minifúndio físico no altiplano e vales, prevalecente antes da Revolução do 52, a uma situação de minifúndio técnico⁷ no trópico.

Esta situação passou a constituir um grave problema econômico, social e ecológico. É que, devido às dificuldades de estabilização de suas unidades de produção, os colonos optaram pela prática da clássica agricultura itinerante ou emigraram às cidades próximas, agravando o problema urbano do desemprego e marginalidade social já existente.

Conscientes deste problema, muitas instituições governamentais e não-governamentais empreenderam diversos esforços com o objetivo de consolidar

7 Entenda-se por esta analogia o seguinte: a insuficiência de recursos técnico-financeiros, da maioria dos colonos nacionais, passa a constituir um gargalo que inviabiliza uma utilização maior da terra (mesmo sendo esta relativamente abundante) na área de colonização (onde as parcelas tem uma área de 20 a 50 ha) com relação à área no lugar de origem (onde as parcelas, na maioria dos casos, tem uma área de 0,1 a 3 ha). Sem acesso a tecnologia moderna só é possível utilizar no máximo 10% da terra possuída, mediante a prática de uma "agricultura itinerante" a qual, segundo BOSERUP (1987, p.13), é comum nas áreas de baixa pressão demográfica da América-Latina, África e algumas partes da Ásia.

estas colônias. Procurava-se evitar tanto uma maior deterioração social e econômica dos colonos, quanto a pressão que estes exerciam sobre a expansão da fronteira agrícola e na periferia da cidade de Santa Cruz.

Entretanto, juntamente com estes esforços institucionais, surgiu uma variável imprevista tanto pelos planejadores quanto pelos próprios colonos: a elevação da demanda internacional de cocaína (cloridrato de coca). Esta atraiu capitais internacionais e empresários propensos ao risco, dando lugar à criação de uma poderosa rede de narcotráfico que opera, desde então, em diversos países do mundo.

O capital do narcotráfico encontrou na crise econômica boliviana uma conjuntura altamente favorável para se desenvolver. Rapidamente, foram estabelecidos os mecanismos necessários para estimular o fornecimento de matéria-prima - das áreas de produção tradicional de coca - pelos camponeses, para a elaboração de pasta básica e cocaína.

Uma outra variável, de grande importância, foi o aspecto cultural. Como é sabido, o hábito de mastigação da folha de coca tem raízes milenárias na população de origem andina. Ela se constitui praticamente em símbolo de identidade cultural. Assim, os colonizadores da região norte de Santa Cruz, provenientes das montanhas e vales inter-andinos da Bolívia, continuaram com este hábito

no trópico. Mesmo sendo a coca uma mercadoria comercializada legalmente no mercado, desde a época Colonial, a preços competitivos, a maioria dos colonos preferiu não cultivá-la na sua propriedade.

No caso da colônia de Yapacaní (objetivo do estudo), a coca era cultivada por alguns agricultores desde o início deste assentamento. Isto foi devido a fatores climatológicos e edáficos favoráveis e, principalmente, pela influência da vizinha região do Chapare (maior centro produtor de coca na Bolívia). Mesmo assim, nesta fase, a cultura da coca era conduzida em pequena escala, principalmente para o consumo pessoal.

A elevação do preço da folha de coca no mercado doméstico, provocada pela crescente demanda das unidades de processamento industrial clandestinas, instaladas na região, coincidiu, no âmbito da colônia Yapacaní, com a deterioração dos rendimentos da cultura de arroz, principal fonte de renda monetária destes colonos. Como consequência disso, a opção de produzir mais coca passou a ser a decisão mais lógica. Ainda mais se levarmos em conta que, até 1988, não havia no país proibição legal explícita para a plantação de coca. A proibição existente estava limitada à produção de pasta básica e cocaína, não sendo extensiva para a coca (artigos 9, 10 e 11, Título Primeiro, Cap. Primeiro da "Ley del Regimen de la coca y sustancias controladas, 1988).

Portanto, verifica-se que os colonos de Yapacani tiveram, ao longo do período de assentamento e consolidação desta colônia, duas propostas de ação. Primeiramente, um plano de governo que os induziu (explícita e implicitamente) à produção de arroz e a fornecer força de trabalho à agricultura empresarial, só que com deficiente apoio em termos de suporte institucional, canais de comercialização, fornecimento de insumos e unidades de processamento industrial, que facilitasse o objetivo relacionado à produção.

Posteriormente, depois de esgotado o modelo de substituição de importações (pelo menos no que se refere ao arroz e à cana-de-açúcar), os colonos foram deixados expostos às "forças de mercado". No entanto, aproximadamente a partir da segunda metade da década dos setenta, aconteceu um fenômeno singular na Bolívia. O preço da folha de coca elevou-se consideravelmente no mercado doméstico. A causa foi a proliferação de unidades de processamento industrial que transformavam a coca em cocaína. Esta produção era destinada a satisfazer a crescente demanda deste produto no mercado internacional (principalmente EUA e Europa). O caráter ilegal desta atividade econômica, que passou a ser denominada "narcotráfico", tornou ainda mais elevados os preços da folha de coca. Esta tornou-se inclusive um artigo fora das possibilidades econômicas dos camponeses consumidores, mas não-produtores, de folha de coca. Isto significou um alto custo social dado que este produto é

tradicionalmente considerado uma mercadoria básica na Bolívia^e.

No entanto, a oferta da coca mostrou ter uma alta elasticidade-preço (E) ($E=17,6$); em apenas 12 anos, a área plantada passou de 4.450 ha em 1971 para 60.956 ha em 1987 (cf. tabela 05, p.59) apesar da interferência de forças repressoras, tanto nacionais quanto internacionais. Isto fez com que o preço da coca, que passou de \$US 0,86 (estimado da tabela 08, p.93) a \$US 1,58 neste período, voltasse a ser acessível para os consumidores tradicionais bolivianos nos anos seguintes (cf. tabela 11, p.117).

Este comportamento da oferta é claramente compreensível do ponto de vista econômico. Os colonos, sujeitos do estudo, foram induzidos pelo mercado a introduzir ou a ampliar a área da cultura da coca; era esta a cultura que oferecia maiores margens de lucratividade, além de ser uma cultura de baixa exigência de capital e conhecimentos tecnológicos adicionais. Tampouco deve ser esquecido o fato de que era preciso, também, satisfazer as necessidades de autoconsumo de coca diante da súbita elevação dos preços desta mercadoria no mercado.

Este inusitado fenômeno, que ainda continua afetando o desenvolvimento da colônia Yapacaní, revela uma série de contradições da política econômica do governo. Comparando os objetivos explícitos e implícitos dos planos

^e Ainda hoje, é freqüente que uma ração de aproximadamente uma onça de folhas de coca (38 gr), por dia de trabalho, faça parte do salário dos peões nas fazendas da região do Chaco boliviano. Em outras regiões, onde não é comum esta modalidade, a coca é comprada pelo próprio trabalhador.

de desenvolvimento executados antes do "auge da coca" com o tratamento diferenciado que atualmente recebe a colônia, vemos que houve simultaneamente uma mudança radical e contraditória: os atuais planos de desenvolvimento alternativos resultaram numa espécie de prêmio aos supostos delinquentes (produtores de coca em regiões declaradas ilícitas) e uma penalização aos supostos inocentes (agricultores que nunca produziram coca), devido à marginalização destes ao processo.

Uma outra situação paradoxal tem a ver com o objetivo, expresso nos anteriores planos, de incorporar os colonos ao mercado. No entanto, justamente quando estes agricultores dão clara evidência de sensibilidade, diante dos estímulos de preços, o governo viu-se obrigado a intervir - inclusive usando métodos coercitivos - nas decisões destes colonos. O objetivo é evitar que eles obedecessem às sinalizações que ainda apontam a coca como a cultura que mais responde a racionalidade econômica.

Contudo, mesmo tomando medidas coercitivas, tudo indica que o problema da "coca excedente"⁹ em Yapacaní, e no resto do país, ainda está longe de ser resolvido.

Diante dos fracassos dos múltiplos esforços do governo na eliminação deste problema, no mínimo cabe

⁹ Chama-se "coca excedente" à produção de coca que se considera que é destinada principalmente à elaboração de cocaína. Consequentemente ela é ilícita.

formular a seguinte pergunta: será que as soluções propostas estão partindo de um diagnóstico certo?.

Assim, acreditamos que para entender melhor este problema, é aconselhável conduzir uma análise que inclua as múltiplas variáveis que direta ou indiretamente estão relacionadas com o aumento da produção de coca na colônia selecionada para este estudo. Neste sentido, a presente pesquisa tentará dar respostas às seguintes perguntas:

1. Quais os fatores históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos que explicam o aumento da cultura da coca nas unidades produtivas dos colonos de Yapacaní, nos últimos 15 anos?
2. Qual o grau de eficiência do governo na execução do plano de desenvolvimento proposto aos colonos?
3. Quais as implicações do programa de erradicação da coca na colônia de Yapacaní para a vizinha região do Chapare?

1.2. Hipótese

O fenômeno do aumento da produção de coca, na colônia de Yapacaní, a partir dos últimos 15 anos, é uma consequência lógica da irracionalidade, parcialidade e falta de continuidade com que foi encarada a "função de planejamento" por parte do Estado boliviano.

1.3 Metodologia

O presente estudo analisa o processo de desenvolvimento sócio-econômico da colônia de Yapacaní, localizada no Departamento de Santa Cruz. Esta colônia é fruto da execução de um plano do governo, a partir da Revolução Nacional de 1952, que como foi visto acima, constituía intento deliberado para mudar a realidade sócio-econômica boliviana.

Enquanto à organização do trabalho, temos neste primeiro capítulo a definição do problema, a hipótese e a metodologia utilizada. Também se inclui nesta introdução, o marco teórico do estudo. O segundo capítulo tem a finalidade de esclarecer ao leitor não familiarizado com a cultura andina alguns aspectos históricos, culturais, políticos e econômicos referentes à cultura da coca.

No terceiro capítulo, se descrevem as mudanças políticas e econômicas acontecidas no País e o papel do Estado como ente planificador do desenvolvimento da sociedade boliviana, a partir da década de 1950. Também

neste capítulo se faz uma caracterização dos diferentes grupos de agricultores do Departamento de Santa Cruz e se analisam as circunstâncias sócio-econômicas dos colonos do oriente boliviano em geral.

No quarto capítulo, a análise é focalizada na Colônia Yapacaní. Aqui são descritas com maior detalhe as circunstâncias que rodeiam os colonos de Yapacaní e são apresentados os resultados do trabalho de campo. Finalmente, com base neste e nos capítulos anteriores são formuladas e apresentadas as conclusões do estudo.

1.3.1. Antecedentes

A partir dos primeiros anos do presente século, durante a presidência de José Manuel Pando, a área compreendida entre Yapacaní e Porto Grether foi considerada como "área de colonização". O interesse da Bolívia em patrocinar programas de assentamento e colonização, em geral inviáveis naquela época, obedecia aos constantes problemas limitrofes com os países vizinhos e que motivaram perdas territoriais importantes. Ficava evidente o frágil domínio que o Estado boliviano exercia sobre suas fronteiras amazônicas e o virtual isolamento das extensas "planícies tropicais" (FIDER 1976, citado por ABREGO *et alli* 1990, p.12).

Segundo DANDLER (1984), foi a partir da perda territorial do Chaco, no conflito bélico com o Paraguai (que

ocorreu no período de 1933 a 1935), que o Estado procurou, com maior decisão, alternativas de integração do Oriente com o Ocidente do País. Tem início, então, alguns projetos de colonização e liberação de grandes extensões de terras que, em geral, não foram exploradas.

O primeiro intento sério de colonização, na província Ichilo (Departamento de Santa Cruz), de acordo com MANZANO (1964), teve início em 1937 com o assentamento "German Bush" constituído por 40 ex-combatentes da Guerra do Chaco. A cada colonizador foram cedidas glebas de 50 ha localizadas em ambos os lados do chamado "caminho central" que une Yapacaní a Porto Grether.

Em 1940, segundo este mesmo autor, já haviam sido assentados 200 colonos; a maioria deles de origem oriental e ex-combatentes da guerra. Mas, a falta de uma política de apoio, por parte do governo, inviabilizou esta tentativa de assentamento. Foi assim que em 1950 só moravam 20 famílias nesta colônia. A causa do êxodo, da maioria das famílias, foi que a partir de 1945, o exército deixou de fornecer provisões, apoio técnico, administração e apoio na comercialização para os colonos. Uma outra causa de abandono foi a falta de uma ponte sobre o rio Yapacaní que facilitasse o transporte e comercialização da produção da colônia (MANZANO *op cit*).

Entretanto, como será visto no capítulo 3, as idéias impressas no chamado "Plano Bohan" já começavam a ter

eco nos círculos políticos e acabaram por se constituir nas bases da política econômica do partido gestor da Revolução Nacional de 1952, o MNR. Assim, um dos componentes da estratégia de desenvolvimento, posta em prática pelo MNR, foi a "marcha para o Oriente" através da política de deslocamento da população e assentamentos de colonos, na região norte do Departamento de Santa Cruz.

Na base desta política agrária foram feitos grandes esforços para converter esta região em um pólo de desenvolvimento econômico nacional. Apesar disso, o passar do tempo revelou que os objetivos implícitos desta política acabaram levando à marginalização da grande maioria de colonos migrantes dos serviços de assistência social, técnica e econômica. Foram criadas assim as circunstâncias para o que viria a acontecer posteriormente (nos últimos 15 anos, aproximadamente) na colônia de Yapacaní.

Em 1961 foi elaborado o "Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 1962-1971" que contemplava a migração de cem mil famílias às regiões tropicais do país, através de um programa de colonização semi-dirigida. Na época, segundo NELSON (1973), era um dos maiores da América Latina. A execução destes planos teve início em 1962 sob a direção da Corporação Boliviana de Fomento (CBF), encarregando-se destes programas, em 1965, o Instituto Nacional de Colonização (INC).

De acordo com ARRIETA *et alli* (1990), a abertura das estradas, tanto interdepartamentais como de

penetração na região Norte do Departamento de Santa Cruz e a conclusão da ferrovia com o Brasil e com a Argentina, propiciou o rápido crescimento do fluxo de migrantes.

Diante desta situação "... o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) concedeu em 1963 dois empréstimos de 6,5 e 2,6 milhões de dólares à CBF, para a execução de um Plano Decenal de colonização semi-dirigida. O Plano consistia no assentamento, a partir do Altiplano, de 8.000 famílias num período de 2,5 anos, das quais 2.500 estavam destinadas a Yapacaní" (NELSON *op cit*, p.105).

Desta maneira, na área de Yapacaní, a CBF iniciou em 1966, conjuntamente com o exército, um programa de recolonização e de melhoramento do caminho central da colônia. Os objetivos, segundo o citado autor, foram:

- 1) unir as populações de Santa Cruz-Yapacaní-Porto Villarroel-Villa Tunari-Cochabamba;
- 2) propiciar o desenvolvimento agropecuário;
- 3) estabelecer empresas madeireiras.

A área de colonização de Yapacaní foi parcelada de modo que as propriedades individuais tomaram a forma de "teclado de piano", com lotes de 20 a 30 hectares. No entanto, quando o projeto estava em andamento, percebeu-se que os cálculos sobre a capacidade do solo estavam errados. Grandes áreas que se achavam aptas para produção de bananas e outras culturas resultaram viáveis só para a criação de gado em parcelas de 50 ha. Foi assim que em 1970,

alguns colonos pediram ao INC uma compensação de 30 hectares adicionais à área inicialmente cedida. Eles alegavam a escassa quantidade de vegetação original para a produção de arroz, em sistema de pousio, na parte Sul e a má drenagem do setor Norte. Essa solicitação, em muitos casos, foi atendida (NELSON, *op cit*).

Não obstante, o projeto conseguiu assentar 3.604 famílias, mas este número foi diminuindo na medida em que o apoio institucional reduzia. Assim, ao término de alguns anos, 32% das famílias (ou 1.157 famílias) haviam abandonado a colônia (CASTILLO e CAMPEN, 1981). De acordo com BLANES *et alli* (1984) citado por THIELLE (1990, p.29), em algumas áreas os abandonos aconteciam devido às inundações. Entre 1964 e 1970, o projeto reportou que 39% dos que chegavam, abandonavam, mencionando como causas deste fenômeno: i) falta de vias de acesso transitáveis, ii) terra não apta para agricultura, e iii) falta de água potável.

1.3.2. Localização geográfica e estrutura fundiária

A colônia de Yapacani está situada a 130 km a Oeste da cidade de Santa Cruz (ver mapa 1), no Cantão São Carlos, da Província Ichilo, do Departamento de Santa Cruz. Ela se localiza entre os paralelos 17°11' e 17°22' latitude Sul, e entre os meridianos 63°40' e 64°23' de longitude Oeste do meridiano de Greenwich, a uma altitude de 280 metros acima do nível do mar.

A área abrange desde a localidade de Santa Fé (km 0) até Porto Grether (km 60), ocupando 49% da superfície da província (1.423.000 ha). Para fins administrativos divide-se em três sub-áreas: "faixa norte", "faixa central" e "faixa sul".

De acordo com o segundo e último Censo Nacional Agropecuário de 1984 (o primeiro foi realizado em 1950, quando não existia a colônia de Yapacaní), na Província Ichilo existiam 4.605 unidades agropecuárias; 11% do total departamental. Aquelas unidades agropecuárias abrangiam 220.263,69 ha, ou seja 4% da área do Departamento de Santa Cruz, com uma média de 48 ha por unidade agropecuária, enquanto a área média das unidades agropecuárias do departamento era 130,5 ha.

Do total da área da Província, 48% são utilizados com agricultura, ocupando o primeiro lugar (com 17,33%) em termos da área agrícola total do Departamento de Santa Cruz (ver tabelas I.1 e I.2, no apêndice 1).

A colônia encontra-se localizada na região ecológica denominada "bosque úmido tropical", com uma temperatura média de 24°C e uma precipitação média anual de 3000 mm. A "faixa central" é plana e atualmente encontra-se totalmente desmatada. Na "faixa sul" a topografia é acidentada; existem pontos que apresentam entre 5 e 40% de inclinação, apresentando afloramento de pedras em diversas partes da superfície. A "faixa norte" apresenta problemas de inundação durante boa parte do ano (HOYOS *et alli*, 1987).

Das três sub-áreas da colônia, a "faixa central" e a "faixa sul" são as mais dinâmicas em termos de produção e comércio. A recente construção da estrada Chimoré-Yapacaní, que liga as cidades de Cochabamba e Santa Cruz, propiciou novos atrativos para a população migrante.

No recente censo populacional realizado em junho de 1992, o Cantão São Carlos da Província Ichilo foi a localidade de Yapacaní que experimentou a maior taxa de crescimento entre no período 1976/1992 (ver tabela I.3, no apêndice 1). Isto confirma o grande dinamismo da colônia durante o período em que a cultura da coca foi importante fator de atração de colonos.

1.3.3. A escolha de Yapacaní

Em primeiro lugar, convém esclarecer que a colônia de Yapacaní não constitui um caso representativo da Bolívia e tampouco do Departamento de Santa Cruz. Ela foi selecionada por uma série de aspectos que, na opinião do autor, são de interesse não só individual mas também comunitário, nacional e internacional.

O interesse individual surgiu por causa dos vínculos profissionais com esta colônia. O autor foi responsável pela elaboração de diagnósticos sócio-econômicos para o planejamento de pesquisas agrícolas a serem realizadas nesta localidade. Dadas as múltiplas evidências da presença da cultura da coca, embora não suscetíveis de

MAPA 1. LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE COLONIZAÇÃO NACIONAL NO DEPARTAMENTO DE SANTA CRUZ, BOLÍVIA.

verificação objetiva, resultava cada vez mais difícil entender as mudanças sociais, econômicas, tecnológicas, culturais, etc. que estavam acontecendo nesta colônia.

O interesse comunitário leva em conta que o trabalho do autor, nesta colônia, não teria sentido se se limitasse à apresentação de informes carentes de conteúdo social e solidário. Deve ser enfatizado, também, que o argumento que defende ser inviável a realização de um estudo quantitativo do problema, não justifica deixar de levar em conta as tendências perigosas de desenvolvimento da colônia. Será que a interpretação da realidade é somente possível na presença de informação quantificável? Se for assim, o país estaria diante de um obstáculo permanente e de grande magnitude, enquanto a cultura da coca permanecer "proibida".

O interesse nacional está no fato de que a experiência de erradicação de coca na colônia de Yapacani, embora represente apenas 2% da produção nacional, constitui a primeira experiência na Bolívia. Os resultados desta experiência sem dúvida serão de grande importância para o tratamento da região do Chapare. Nesta região, onde se produz 90% da coca boliviana, o programa de erradicação forçada está previsto para julho de 1993.

O interesse internacional se deve a que boa parte do problema é comum em diversos países do mundo, mudando talvez só o cenário e os atores. Assim mesmo, este problema tem a ver, embora de modo tangencial, com a grande

preocupação mundial existente na atualidade decorrente do abuso dos consumidores e produtores de cocaína; os primeiros tentando maximizar seu bem-estar e os segundos tentando maximizar o seu lucro.

Finalmente, de modo mais direto, os acontecimentos registrados nesta colônia, ao longo de sua relativamente curta existência, revelam os perigos potenciais insuspeitados que podem existir quando se executam planos e projetos de desenvolvimento econômico sob uma ótica excludente. Isto é, quando não se considera o inter-relacionamento das múltiplas variáveis endógenas e exógenas que entram em jogo na hora de alterar, através de planos e projetos, o curso da realidade de uma comunidade, de um país ou de uma região.

1.3.4. Obstáculos metodológicos

Vale a pena salientar que o discurso oficial, onde o termo "narcotráfico" é utilizado habilmente para simplificar excessivamente a realidade, deu uma visão unidimensional e criminosa a um fenômeno extremamente complexo, com o simples propósito de justificar a ação repressiva como única solução. Esta intervenção criou uma série de contradições nas leis bolivianas. Por exemplo, dependendo da localização de suas plantações, os produtores de coca são ou não são considerados delinquentes.

Um obstáculo metodológico, decorrente do anterior, está relacionado precisamente com o problema de

dados na hora de se fazer uma análise quantitativa. A proibição legal da cultura da coca na colônia de Yapacaní, embora vigente desde 1988, foi aplicada apenas em julho de 1990; a partir desta data o agricultor que tinha plantas de coca nesta colônia passou a ser considerado delinqüente pelas leis bolivianas. Nestas circunstâncias, obviamente resulta difícil, quando não inviável, fazer um estudo empírico com pretensões de rigor científico.

Não obstante, considerou-se que esse obstáculo não poderia ser definitivo para pesquisar os aspectos qualitativos relevantes do problema em questão. Diante desse inconveniente, optou-se por uma metodologia de tipo histórico-estrutural apropriada à análise das mudanças na estrutura econômica e social que aconteceram no país e mais concretamente na colônia de Yapacaní, ao longo das últimas três décadas. Utiliza-se como fio condutor da pesquisa o plano de governo que deu origem a esta colônia.

A revisão dos antecedentes históricos, políticos, sociais e culturais que deram origem a atual realidade da colônia de Yapacaní foram obtidos através das fontes secundárias de informações (censo agropecuário, censo populacional, o "plano Bohan", etc.). No raciocínio analítico foi usada toda a informação disponível, incluindo um estudo sócio-econômico desta colônia realizado em 1987, no qual este autor participou.

Cabe esclarecer que por causas climáticas (excesso de chuvas na colônia Yapacaní) não foi possível

realizar as entrevistas inicialmente planejadas. No entanto, o estudo complementou-se com depoimentos informais de pessoas residentes nesta colônia (extensionistas, colonos dirigentes, funcionários de instituições governamentais e não-governamentais e alguns colonos), através dos quais se tentou resgatar informações necessárias para dar respostas às interrogações esboçadas na definição do problema. Estas informações foram obtidas entre os dias 1 e 15 do mês de abril de 1992.

A complexidade do problema estudado tornou imperativo um esforço para entender a globalidade do problema em questão, evitando tanto quanto possível cair em abstrações. Do contrário, isto é, se a análise ficasse limitada à parcialidade do problema só se poderia chegar a conclusões também parciais. Se bem que em alguns tipos de problemas uma resposta parcial pode ser suficiente, no caso abordado, uma análise parcial pode ser até contraproducente. Assim demonstra o fato de que as múltiplas soluções praticadas até hoje, para controlar a produção, comércio e consumo de coca e cocaína, não só fracassaram, nesta tentativa, como estão até estimulando o problema.

1.4 Intervenção do Estado

Para os fins do presente trabalho é necessário dispor de elementos teóricos que permitam entender as decisões tomadas pelo Estado boliviano de 1952.

Poderemos, assim, ter elementos de juízo na hora de fazer as avaliações correspondentes. Com este propósito, tentaremos entender o significado de um "plano de governo" e as consequências derivadas de sua aplicação.

1.4.1 O Planejamento

Certamente, a história da economia mundial tem se caracterizado por oscilar de um extremo concorrencial a um outro extremo estatizante. Na opinião de LANGE (1972), sendo o planejamento um meio de subordinar a ação das leis econômicas em direção à vontade humana, esta atividade foi, no passado, relacionada mais com economias socialistas do que com economias de mercado.

No entanto, no presente século, a partir da crise do sistema capitalista de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, o Estado readquiriu importância como ente planificador do desenvolvimento econômico e social nos países capitalistas.

De acordo com RAMOS (1983), esta tendência dos países centrais não demorou muito tempo em se manifestar, também, nos países terceiro-mundistas. Os países desenvolvimentistas que surgiram na periferia do sistema capitalista mundial tiveram como função principal, via de regra, a utilização de todos os instrumentos da política econômica para elevar ao máximo a taxa de crescimento da renda *per capita*.

No entanto, como será visto no presente trabalho, o crescimento econômico é uma condição necessária mas não suficiente para medir a evolução de uma determinada sociedade.

Um conceito de planejamento que responde a uma visão global da realidade foi apresentado por SZMRECSÁNYI (1979), que entende o planejamento como "... todo um processo de intervenção racional do Estado na vida sócio-econômica". Desde este ponto de vista, para o citado autor, a atividade de planejamento é relativa ao tempo e espaço, isto é, "... a natureza, os objetivos, as finalidades, os instrumentos e as funções do planejamento variam de acordo com o contexto sócio-econômico a que se aplica. Variam principalmente com relação ao regime político vigente e o estágio de desenvolvimento sócio-econômico alcançado" SZMRECSÁNYI (*op cit*, p.4-5).

Porém, é inegável que existe uma grande dificuldade na hora de explicitar os objetivos, pelo menos na fase de início do processo de planejamento. Esta dificuldade surge do fato de neste processo serem postos em evidência os conflitos de interesses existentes na sociedade. O seguinte comentário sobre o caso boliviano, feito por TORANZO (1989, p.148), é uma constatação desta dificuldade: " O peso da tradição de incapacidade de formulação de um projeto nacional e de promover políticas econômicas coerentes é tão grande que tanto a direita quanto a esquerda ficam prisioneiras dessa temível acumulação histórica".

O planejamento, conseqüentemente, deve ser entendido como um processo de gradativa integração/articulação dos interesses contrapostos e presentes em uma dada sociedade.

O que até agora aconteceu, pelo menos na maioria dos países latino-americanos, submetidos, até bem pouco tempo a regimes ditatoriais, foi a adoção e execução de planos elaborados e impostos de fora. Sem dúvida, este fato postergou ainda mais o surgimento de um verdadeiro processo racional de intervenção do Estado na realidade destes países.

1.4.2. A "Estratégia de Desenvolvimento"

Uma estratégia estabelece a orientação fundamental do desenvolvimento ao apresentar as principais características da sociedade que se pretende atingir no futuro. Não só esboça a imagem-objetivo da sociedade a que se aspira, mas especifica os caminhos e meios gerais para atingir o objetivo. É óbvio que, na imagem-objetivo se expressa a ideologia das classes dominantes e, também, se sintetiza o caráter de suas relações com as demais classes.

Assim, na opinião de RAMOS (*op cit*, p.11), "...não é possível elaborar uma "estratégia" sem fazer referência prévia aos objetivos da política econômica de um país. Estes últimos, por sua vez, referem-se aos resultados que o Estado espera lograr através da aplicação de seus

poderes, faculdades ou capacidades no campo da produção e da distribuição".

A característica mais importante dos objetivos se refere a sua correspondência com um contexto sócio-histórico determinado. O caráter histórico significa que os objetivos não tem aplicação ou validade universal. Tem sua vigência circunscrita a condições particulares de tempo e espaço. O caráter social expressa os interesses de frações e classes sociais que constituem uma formação social determinada. Os objetivos tampouco são resultado do trabalho técnico ou de recomendações apresentadas por uma equipe de técnicos especializados na formulação de política econômica (RAMOS *op cit*, p.13).

A justificativa, em termos teóricos, vem da ciência oficial que os respalda. Os objetivos devem sustentar-se num conjunto de conhecimentos teóricos sistemáticos que expliquem a realidade e enunciem as leis de seu funcionamento. Aqui está implícito o conteúdo ideológico, pois toda teoria é, de acordo com RAMOS (*op cit*, p.14) e HUNT (1989, p.22), também, ideologia.

De outro lado, deve ficar claro que os objetivos não são por natureza complementares ou conflitivos. Em um certo momento histórico e diante de problemas específicos, os objetivos podem parecer conflitivos; mas, noutro momento histórico e diante de problemas distintos, tais relações podem transformar-se em complementares. Assim, por exemplo, tem sido frequente a

complementariedade entre os objetivos de crescimento e ocupação, sobretudo quando existe um alto nível de desemprego e subemprego; mas também existem relações de conflito quando o aumento da ocupação leva ao sacrifício da taxa de crescimento e vice-versa.

É importante também salientar o fato de que "... a formulação dos objetivos sofre a influência das deficiências teóricas na interpretação da realidade, e a limitação dos recursos que muitas vezes obriga a priorizar uns objetivos em lugar de outros" (RAMOS *op cit*, p.22).

1.4.3. O planejamento como processo de intervenção racional

De acordo com a concepção de planejamento adotada no presente trabalho, é importante destacar o fato de que no processo de intervenção do Estado na sociedade não é a elaboração de planos e programas de desenvolvimento o elemento mais importante, mas sim a continuidade do próprio processo de intervenção do Estado. Não é a certeza e a correta elaboração dos planos o que garante o sucesso da intervenção do Estado, mas sim os reajustes e a circularidade do processo, onde as tentativas sejam permanentemente avaliadas e reformuladas.

No esquema de planejamento elaborado por SZMRECSÁNYI (*op cit*, p.14), são definidos cinco estágios ou fases interdependentes que mostram a importância da

circularidade e o dinamismo do processo de planejamento (ver gráfico 1). Estas fases são descritas do seguinte modo:

- "a) diagnóstico da evolução do complexo sócio-econômico (sistema, setor ou região) que se pretende influenciar, isto é, modificar ou consolidar através do planejamento;
- b) formulação de uma política de desenvolvimento para o complexo;
- c) elaboração do plano propriamente dito;
- d) execução do plano;
- e) avaliação periódica dos resultados obtidos; e
- f) progressiva reformulação do diagnóstico, da política de desenvolvimento, dos objetivos e dos instrumentos do plano"(SZMRECSÁNYI *op cit*, p.12).

GRÁFICO Nº 1**ESQUEMA BÁSICO DE PLANEJAMENTO**

Fonte: SZMRECSÁNYI 1979: 14

De acordo com este esquema, fica evidente a importância do dinamismo que deve ter o processo de planejamento. O esquema salienta o caráter circular do processo onde a retro-alimentação de cada uma das fases constitui uma constante ao longo do processo. O resultado deste modo de encarar o desenvolvimento de um país deve ser, no longo prazo, a institucionalização de um processo

iterativo de planejamento, onde as diferentes fases do processo estejam em permanente interdependência e permitindo níveis cada vez maiores de articulação dos interesses dos diferentes grupos da sociedade.

O ponto de partida do processo de planejamento é o diagnóstico. Só é possível tratar um paciente após conhecer a sua situação inicial. Neste ponto é importante destacar que a omissão de alguma parte do sujeito, decorrente de uma visão parcial e excludente, pode trazer graves consequências nas fases posteriores do processo de planejamento.

O passo seguinte, uma vez realizado o diagnóstico, é formular uma política de desenvolvimento para o complexo sócio-econômico, cuja evolução futura se pretende planejar.

De acordo com o citado autor, "... a elaboração do plano propriamente dito tem início com a escolha de seus objetivos e instrumentos. Confrontando as conclusões do diagnóstico com os princípios definidos na política de desenvolvimento econômico e social, chega-se a uma lista de objetivos para a evolução futura do complexo (sistema, setor ou região) que se pretende submeter ao planejamento. Esses objetivos costumam ser simultaneamente quantitativos e qualitativos (...). Uma vez selecionados os objetivos, cabe escolher os instrumentos mais adequados à sua realização. Essa escolha requer um grande discernimento,

não apenas das metas alcançáveis no horizonte do plano, como dos fatores econômicos, sociais e políticos que estão em jogo. Não há planejamento sócio-econômico que beneficie a todos indistintamente. Cada objetivo e cada instrumento do plano sempre envolvem um juízo de valor" (SZMRECSÁNYI *op cit*, p.15-6).

Finalmente, é importante no presente trabalho prestar atenção nas seguintes colocações deste mesmo autor: "A viabilidade de um plano só é efetivamente testada através de sua execução (...). A continuidade do planejamento também é interrompida quando não há uma avaliação dos resultados da execução dos planos e programas. É dessa avaliação que fluem os reajustes necessários à boa execução do plano através do tempo. Dela resulta também, a mais longo prazo, a reformulação do diagnóstico inicial, da política de desenvolvimento, e do próprio plano. Uma reformulação levada às últimas consequências acaba conduzindo à elaboração de um novo plano (...). " (SZMRECSÁNYI *op cit*, p.17-9. Os grifos são de F.O.H.B.).

2. A CULTURA DA COCA

Certamente a realidade não é o que é, mas o que as pessoas acreditam que ela seja. As vezes este fato pode perpetuar um erro; pois, como disse o sociólogo norte-americano W.I. Thomas (citado por DEL OLMO, 1991, p.31-2): "se os homens definem uma situação como real, então ela será real pelas suas conseqüências". Com relação à cultura da coca, a opinião pública internacional tem uma informação distorcida da realidade. No entanto, é com base nessa informação que tem-se formado um juízo sobre o problema da coca e seus derivados.

Em vista disso, este capítulo visa esclarecer o leitor não familiarizado com a cultura andina (e talvez influenciado pelo discurso oficial e pelas informações geralmente tendenciosas da imprensa oral e escrita), sobre alguns aspectos históricos, políticos, culturais, sociais e econômicos a respeito da cultura da coca e que são importantes para a compreensão do presente trabalho.

2.1. Antecedentes da cultura da coca na Bolívia

Estima-se que a cultura da coca vem sendo conduzida pelos nativos da região andina nos últimos cinco milênios, ou seja, desde a época pré-incaica. A folha de coca é tradicionalmente usada de múltiplas maneiras pelos camponeses de quase todo o território boliviano. No entanto, vale a pena esclarecer que o consumo da folha de coca não tem nada a ver com a imagem existente, atualmente, no âmbito da opinião pública internacional¹⁰.

Em um importante estudo antropológico, sobre o uso tradicional da folha de coca na Bolívia, CARTER e MAMANI (1986, p.17) apontam o seguinte: "A utilização mais comum da folha de coca é para a mastigação, embora seja, também, utilizada como medicamento, energético e como integrador social nas comunidades tradicionais. É também utilizada como cataplasma, em infusão, como meio de adivinhação do futuro, de fazer diagnósticos de doenças, de aplacar a ira dos maus espíritos, sendo definitivamente um auxiliar no confronto com o mundo incerto e ameaçante".

O hábito do "aculli"¹¹ dos habitantes andinos tem despertado, desde os primeiros tempos da

¹⁰ A opinião pública internacional frequentemente confunde coca com cocaína, ou "cocaísmo" (consumo de coca) com "cocainismo" (consumo de cocaína). Isto equivale a confundir o vinho com a uva, o qual é um grande erro, contribuindo para justificar uma intervenção externa na sociedade boliviana.

¹¹ Palavra *quechua* que denomina a prática da mastigação da folha da coca. Do ponto de vista químico, o "aculli" é um processo complexo onde intervém, além da cocaína, pelo menos outros 13 alcaloides, vitaminas, minerais e óleos essenciais. Na opinião de CANELAS e CANELAS (1983, p.84-85), ainda são desconhecidos os efeitos que pode ter esta combinação de elementos; isso sem levar em conta a ação da saliva, os diferentes sucos gástricos e o reativo alcalino (cinza de certos cactus) com que é mastigada e consumida a folha da coca.

Conquista da América até os tempos atuais, uma inesgotável controvérsia entre cientistas de diferentes áreas, na qual podem ser observados elementos de alto conteúdo ideológico. A origem deste debate acha-se na afirmação de que a folha de coca tira a fome dos mastigadores.

De um lado temos a teoria dos efeitos nocivos da coca na alimentação, apresentada principalmente por GUTIÉRREZ. Segundo este autor (1944, p.5), "o mastigador da coca a consome para anular a desagradável sensação que produz a inanição crônica. Mas o consumo da droga¹² ocasiona, depois de alguns anos, a perda do apetite". O mastigador viciado, afirma ele, prefere a droga à comida, estabelecendo-se assim um círculo vicioso: começa a mastigar coca para suprimir a fome, provocando a perda do apetite, e se acaba comendo ainda menos, por causa do consumo da coca.

De outro lado, temos autores, como BUCHARD (1983), que sustentam que os componentes nutricionais da coca poderiam ser muito significativos quer como complemento da dieta, durante períodos de escassez aguda ou crônica de alimentos, quer pela vital importância no tratamento favorável de possíveis problemas permanentes e generalizados do metabolismo dos nitratos de carbono, entre os camponeses dos Andes. Segundo esta ótica, a coca nem ocasiona perda do

¹² Note-se que é utilizado o termo "droga" como sinônimo de folha de coca, o qual, segundo especialistas na matéria como BURCHARD (1983, p.165) e MAYER (1983, p.226), é farmacologicamente incorreto. Foi o estatuto legal internacional, no qual se enquadra a coca, que deformou os efeitos físicos e psíquicos objetivos da folha de coca.

apetite nem reduz a ingestão de comida. Os ingredientes da folha de coca teriam uma importância crucial nos problemas de hipoglicemia que estão presentes na população camponesa dos Andes. Assim mesmo, o alto conteúdo de cálcio, tanto na folha quanto na cinza utilizada na mastigação da coca, pode ser de vital importância no tratamento da intolerância à lactose que é muito freqüente nos povos andinos.

Observa-se que o crescimento da produção de coca coincidiu com o auge da mineração, que seguiu o descobrimento dos ricos filões de prata de Potosí, no ano de 1545. A exploração mineral requeria o concurso de um segmento importante da população nativa, e os espanhóis perceberam a necessidade da coca como ingrediente indispensável para mobilizar a mão-de-obra, convencidos de que os nativos não realizariam nenhum tipo de trabalho sem o uso da folha de coca. A coincidência do "boom" da mineração e da produção da coca, no passado, sugere a existência de uma relação entre ambas as produções (CARTER e MAMANI, op cit, p.72).

Com o decorrer dos séculos, segundo FERNANDEZ (1932), a coca continuou desempenhando um papel primordial na indústria da mineração. Os centros de mineração destacaram-se sempre como os maiores consumidores de coca do país. Tal foi a quantidade consumida pelos trabalhadores das minas que, como consequência da virtual paralisação destes centros de produção, durante a grande depressão mundial, a

demanda de coca se reduziu consideravelmente. Chegou ao ponto de provocar uma aguda crise econômica nos Departamentos produtores de La Paz e de Cochabamba. De acordo com BALCAZAR (1956), isto motivou o governo da Bolívia, mediante o decreto de 4 de agosto de 1940, a declarar a coca artigo de primeira necessidade, ordenando sua venda obrigatória em todas as empresas mineiras e ferroviárias.

Uma outra função da coca muito citada quando se fala da população indígena, é a relacionada com as viagens pelos acidentados caminhos andinos. Segundo MORTIMER (1974), desde muito tempo atrás, perdura o costume dos viajantes em deixar o "bolão da coca" mastigada em pequenos montões de pedras que se encontram nos caminhos estreitos dos Andes, como oferenda ao espírito que cuida do lugar.

Também se sabe que, dada a característica de fácil negociação da coca, foi utilizada entre os indígenas como um meio de pagamento.

É interessante salientar que grande parte dos costumes descritos acima ainda permanecem vigentes apesar do passar do tempo. Para uma boa parte da população indígena boliviana praticamente não existe nenhum ato da vida doméstica, social ou religiosa no qual a coca esteja ausente.

2.2. Breve história da cocaína

Segundo CANELAS e CANELAS (1983, p.326), "o princípio ativo da cocaína foi isolado por Federico Gaedcke, em 1855, que o chamou de eritroxilina. Mas, o êxito final é atribuído a Alberto Niemann, da Universidade de Gottingen

(Alemanha), que a caracterizou quimicamente e a chamou de cocaína. Posteriormente, o neurologista italiano Paolo Mantegazza fez uma contribuição muito importante à psicofarmacologia da cocaína". Estes e outros autores como ARNT (1991), concordam ao afirmar que a monografia de Mantegazza influenciou um grande número de pesquisadores, incluindo Sigmund Freud.

Segundo CANELAS e CANELAS (*op cit*, p.327), três décadas depois foram descobertas as propriedades anestésicas e de bloqueio neural da cocaína. "O descobrimento dos efeitos anestésicos deste alcaloide é atribuído ao oftalmologista alemão Karl Koller. Entretanto Freud publicava em 1884 seu famoso trabalho "UBER COCA". Nesta obra salientava-se os seguintes usos terapêuticos da cocaína:

- como estimulante;
- para tratar transtornos digestivos do estômago;
- na caquexia (alteração profunda na nutrição, que produz estado de desnutrição aguda);
- no tratamento dos alcoólatras e dos habituados à morfina;
- no tratamento da asma;
- como afrodisíaco; e,
- como anestésico tópico" .

Ainda estes autores sustentam que tanto Freud quanto outros médicos e pesquisadores não limitavam o uso farmacológico da cocaína a sua reconhecida eficiência como

anestésico tópico e para o bloqueio neural na cirurgia, mas também acreditavam que a cocaína era útil na cura de uma variedade de doenças. Ela parecia ter uma aparente base objetiva porque, devido a sua condição de estimulante, fazia desaparecer os sintomas de muitas das citadas doenças, ainda que naturalmente sem curá-las (CANELAS e CANELAS, *op cit*).

Como resultado da extensão do uso farmacológico da cocaína veio o abuso e a dependência patológica. Em 1891, segundo ARNT (1991) e CANELAS e CANELAS (1983), haviam aparecido perto de 200 informes de intoxicação sistemática com cocaína, incluindo 13 mortes. Inclusive um dos pacientes de Freud morreu por causa de uma dose excessiva que ele mesmo receitou.

Foi assim que chegou, no final do século, a primeira "época de ouro" do uso maciço da cocaína, tanto na Europa quanto nos EUA. Apareceram remédios patenteados, tônicos e bebidas não-alcoólicas. Segundo os autores citados, "... muitos cientistas de grande reputação alardeavam as qualidades das folhas de coca e da cocaína e, junto a eles, alguns romancistas e dramaturgos usaram a cocaína como elemento de suas tramas. Sobre este fértil terreno veio a chamada livre empresa, aproveitando a virtual inexistência de regulamentos legais sobre a produção e venda de remédios e bebidas refrigerantes que continham substâncias estimulantes" (CANELAS e CANELAS *op cit*, p.329).

Na Europa, um químico da córcega, chamado Ângelo Mariani, pode ser considerado como a personificação

do sucesso comercial desta primeira fase de popularidade das folhas de coca e da cocaína. Segundo ARNT (*op cit*), foi o primeiro importador de folhas de coca, com as quais fabricou um vinho que batizou com o seu nome e que adquiriu rápida fama, chegando a se constituir na bebida predileta de muitos personagens importantes da época, tais como o Papa Leão XIII, Júlio Verne e Tomas A. Edison.

Ainda que o êxito de este vinho tivesse sido indiscutível, foi a Coca-Cola, introduzida pela primeira vez no mercado norte-americano em 1886, que atingiu uma maior fama internacional. Este produto perdura até hoje como símbolo da presença norte-americana em praticamente todo o planeta. De acordo com CANELAS e CANELAS (*op cit*, p.331), citando PHILLIPS e WYNNE (1980)¹³, "seu criador foi um químico de Atlanta, John Styth Pemberton. O xarope originalmente continha cocaína, cafeína e extratos de noz-kola, e água gasosa ou outra água carbonatada. Neste primeiro estágio, a Coca-Cola foi promovida como um tônico para todas as afecções nervosas -neuralgia, histeria, melancolia, etc. Dois anos depois, seu novo proprietário, G. Chandler, suprimiu todas as referências a suas supostas virtudes medicinais e a promoveu simplesmente como uma "bebida refrigerante e excitante". Não obstante, continuou contendo cocaína até 1903, ano em que esta foi substituída

¹³ PHILLIPS, J. and WYNNE, R. Cocaine: the mystique and the reality. New York, 1980.

por um tempero "descocainizado" das folhas de coca, fato este sujeito ao controle federal até 1969".

Contudo, apontam ainda estes autores, quase com a mesma rapidez se passou de um extremo para outro. A cocaína depois de ser considerada a panacéia universal passou a ser considerada como a pior praga conhecida pela humanidade. Uma das causas para esta mudança tão radical foi a justificada reação médica e popular aos excessos da época dos medicamentos patenteados.

A publicidade desfavorável com respeito ao consumo da cocaína e a legislação específica que punha fora da lei seu consumidor, distanciaram-na do âmbito da respeitabilidade entre 1920 e 1960. Este prolongado período de tempo, associado ao seu elevado custo e a disponibilidade de anfetaminas, a partir de 1930, determinou que o consumo não-médico da cocaína ficasse restrito a alguns setores: aos grupos snobs da alta sociedade, aos elementos opulentos do sub-mundo do tráfico de outras drogas ilícitas e, principalmente, aos músicos, as estrelas do cinema e alguns escritores, ou seja, uma minoria ainda que muito visível (CANELAS e CANELAS *op cit*).

Mas, a partir de 1960, o consumo ilícito da cocaína nos EUA tem voltado a usufruir de um inesperado e acumulativo ressurgimento. Este país tornou-se o mercado mais importante para os narcotraficantes, ainda que o tráfico ilícito deste estimulante também abranja outros países industrializados.

No que diz respeito às causas do reaparecimento súbito da cocaína nos EUA, os autores de "Cocaine: the mystique and the reality" citados por CANELAS e CANELAS (*op cit*, p.336), enumeram:

- "como pano de fundo deve ser considerada a nova posição econômica dos EUA. No contexto internacional, o país converteu-se na primeira potência mundial. Sem esta opulência, parece óbvio que o "cocainismo" não teria alcançado tanto sucesso. Neste país o preço de uma grama de cocaína chegou a ser até cinco vezes maior do que o de uma grama de ouro.
- A Guerra do Vietnã, que converteu em heroinômanos um número indeterminado de soldados norte-americanos. Estes tiveram acesso à heroína nos prostíbulos de Saigon e outras cidades vietnamitas a um custo ínfimo. No retorno, provavelmente se converteram em adeptos da cocaína pelo sentimento de euforia que conseguiam com este produto.
- A repressão policial, obviamente necessária, contra o tráfico ilícito de anfetamina que havia atingido extremos alarmantes e, convém destacar, são estimulantes que têm os mesmos efeitos eufóricos da cocaína ainda que com uma toxicidade bem maior. Daí, a facilidade com que os adeptos da anfetamina optaram pela cocaína.
- A simultânea conjuntura da oferta oportuna e sustentada pela maciça emigração cubana anticastrista de 1960. Muitos deles integravam os diversos níveis da máfia cubana e

levaram, aos EUA, o hábito do uso da cocaína, a sua pericia no tráfico e suas conexões sul-americanas".

Para concluir, é interessante o seguinte comentário de JORDAN (1990) sobre a cocaína: "em milhares de anos a coca não mudou os aspectos sócio-culturais do mundo andino, adaptados a uma economia de pobreza social devido a baixa potencialidade agrícola do solo. Mas a cocaína em menos de duas décadas conseguiu mudar parâmetros de renda, riqueza, qualidade de vida, conduta familiar e social, acesso ao crescimento, mesmo nas sociedades mais tradicionais" (JORDAN *op cit*, p.11).

2.3. Debate e controle da coca

A folha de coca tem sido objeto de um prolongado debate que se iniciou pouco depois da conquista espanhola no século XVI, isto é, antes do descobrimento da cocaína. Este debate tem-se intensificado durante certos períodos com o concurso de movimentos proibicionistas. No entanto, em outras épocas era praticamente esquecido o problema.

Segundo GAGLIANO (1963), a primeira cruzada proibicionista teve início como resultado do grande debate, no século XVI, que relacionava a coca com a religião nativa. Esta associação converteu a coca em objeto de ataques por parte de alguns membros do clero espanhol. Estes consideravam a coca como um "agente do diabo" e que dificultava a conversão dos índios ao cristianismo.

Recomendava-se, então, a destruição de todas as plantações de coca e a proibição de seu consumo. Nem todo o clero adotou uma posição tão extrema; pelo contrário, alguns já pensavam que a coca era uma fonte eficaz de nutrição e energia para os trabalhadores indígenas. Contudo, o Conselho Eclesiástico de Lima, em 1552, condenou o consumo de coca nos rituais religiosos, solicitando à Coroa e aos funcionários coloniais a proibição de seu cultivo e consumo.

A oposição clerical ao consumo de folha de coca levantou uma forte reação entre os cultivadores desse produto, os quais organizaram um "grupo de pressão" que se colocou em defesa da folha de coca. Este grupo respondia às acusações proibicionistas, que consideravam o consumo de coca uma mera superstição, insistindo nos benefícios para o índio e que Deus havia proporcionado a planta para consumo dos nativos. Sem dúvida, como apontam CARTER e MAMANI (1986), o argumento mais persuasivo, empregado pelos defensores da folha de coca, era de índole econômica. Afirmavam que a coca era absolutamente essencial para que os índios realizassem qualquer tipo de trabalho, seja na mineração ou na agricultura, e que sem ela, a economia peruana paralisaria e o dano teria sido grande para a Coroa espanhola.

Dado que, na opinião dos citados autores, o sistema colonial espanhol estava mais interessado em conseguir benefícios do que a "salvação de almas", os ataques contra a coca se apaziguaram. Na metade do século

XVII, a primeira cruzada contra a coca terminou em derrota. Contudo, o fracasso da primeira batalha proibicionista no Peru, não significou o fim da guerra. Ainda que a maioria dos espanhóis tenha se convencido da inutilidade de combater o hábito do consumo de coca entre os índios, permaneciam os que deploravam tal prática e continuavam atacando-a esporadicamente.

Segundo os mesmos autores, "o primeiro século de independência constituiu um período em que a coca teve muito pouca oposição na Bolívia. Um estudo da legislação boliviana do século XIX não revela nenhum intento de restringir ou controlar a coca, afora aquele relacionado aos impostos. No entanto, isto não significa a ausência de críticas contra a indústria da coca" CARTER e MAMANI (*op cit*, p.133).

É importante destacar que neste período tal indústria estava nas mãos da Sociedade de Proprietários de Yungas (SPY)¹⁴, que era constituída por pessoas de grande influência política no país. Uma vez que estavam em jogo seus interesses econômicos e de poder, eles utilizaram

14 A SPY, criada em 1830, era uma associação de fazendeiros da Província dos Yungas de La Paz que praticamente tinham o monopólio da produção da coca na Bolívia até a Reforma Agrária de 1953. Segundo CARTER e MAMANI (*op cit*, p.93), os fazendeiros dos Yungas não só dominavam a Província, mas também exerciam uma considerável influência na política dos Departamentos e inclusive da nação. Alguns deles, como Andrés Santa Cruz, José Ballivián e José Luis Tejeda Sorzano, chegaram a ser presidentes da Bolívia.

habilmente diversos argumentos relacionados com o caráter cultural e o próprio valor nutritivo da folha de coca.

Entretanto, os intentos de erradicar ou reduzir drasticamente o cultivo e consumo da coca surgiram novamente no século XX, como resultado de pressões internacionais. De acordo com NACIONES UNIDAS (1950, p.40) "Na Conferência Internacional do Ópio, celebrada em Genebra entre novembro de 1924 a fevereiro de 1925, a delegação boliviana defendeu a produção de coca, mas no fim, assinou um protocolo que a classificava como droga nociva".

Segundo SPY (1928), este tipo de pressão motivou a SPY a empreender uma prolongada campanha na defesa da coca. A SPY justificava que a cocaína não constituía um problema na Bolívia, pois, a produção total de coca era consumida na forma tradicional. Negando que a coca fosse uma droga, a SPY salientava o fato de que a quantidade de cocaína ingerida por um indígena ao longo de um ano era tão reduzida que não significava problema algum para as defesas do organismo. Além do mais, defendiam o valor da coca como nutriente baseados numa análise química feito por um laboratório americano a pedido da embaixada boliviana, em Washington. A análise revelava que a folha de coca continha vitaminas A, B1, B2, C e E, niacina e outros compostos importantes (ver maiores detalhes sobre coca e nutrição no apêndice II, p.151). A SPY argüia que a coca era responsável pela boa saúde dos trabalhadores da mineração e camponeses bolivianos, apesar de sua deficiente alimentação, clima

hostil e falta de higiene. Por último, a SPY alertou o governo para que adotasse uma posição mais firme diante das pressões exercidas por organizações internacionais, e defendeu a necessidade de um estudo científico da folha de coca que permitisse esclarecer o preconceito que prevalecia em tais instituições.

Na opinião de QUIROGA (1990), é possível que as pressões da SPY tenham contribuído para que o governo boliviano não ratificasse o protocolo da Segunda Conferência do Ópio (1927). Ficou acertado que o governo não se comprometeria a restringir a cultura da coca no país nem proibiria seu consumo entre a população indígena. Não obstante, em 1936, os governos do Peru e da Bolívia assinaram um acordo para formular uma legislação social destinada aos indígenas e encontrar meios para a erradicação do alcoolismo e o "consumo descontrolado da coca". Assim mesmo, na primeira lei anti-droga da Bolívia (1939), a lista de drogas proibidas incluía a cocaína e a ecgonina¹⁵, mas não menciona a folha de coca.

¹⁵ De acordo com BURCHARD (1978), "a ecgonina é o produto terminal do processo de hidrólise e de metabolismo resultante da mastigação da folha da coca misturada com substâncias alcalinas (cal, cinza, etc.). Assim,..., devido a este fenômeno a quantidade de cocaína que ingere o mastigador de coca é insignificante se comparada com a quantidade de ecgonina. Um estudo mais recente,..., tem mostrado que a ecgonina é 80 vezes menos tóxica do que a cocaína. Além disso, ele demonstra que a ação eufórica e anestésica da molécula de cocaína só pode produzir-se quando ela está intacta" (BURCHARD 1978, p:164-65). Com base nestes argumentos farmacológicos, pode-se concluir que existe uma grande diferença entre "cocaísmo" e "cocainismo".

Mas, de acordo com MENDOZA (1941), a oposição à coca na Bolívia era cada vez maior. Em 1940 o primeiro Congresso Médico Nacional, reunido na cidade de La Paz, declarou sua aversão à produção e consumo da folha da coca. No ano seguinte, a quarta Conferência Panamericana da Cruz Vermelha, reunida em Santiago de Chile, instou o governo boliviano e a Cruz Vermelha a diminuírem gradativamente o consumo da coca entre os indígenas. Os ataques se basearam, fundamentalmente, nos supostos efeitos nocivos derivados da ingestão crônica de cocaína, resultante da mastigação habitual da coca. Argumento que, como foi visto acima, é um claro equívoco (cf. notas de rodapé nº 12 e 15).

Diante da oposição tanto interna como externa, a SPY continuou seus esforços na defesa da indústria da coca. Em 1948, segundo SPY (1948), esta organização solicitou ao governo que apresentasse um estudo completo sobre a coca nas Nações Unidas, e que a delegação boliviana propusesse a exclusão da folha de coca da lista de drogas proscritas preparada pela Segunda Conferência de Ópio de 1927.

A resposta do governo, de acordo com CARTER e MAMANI (1986), foi pedir a inclusão da Bolívia no estudo das Nações Unidas sobre os efeitos do consumo da coca que a ONU havia aceitado conduzir por solicitação peruana. A comissão de estudo da ONU passou três meses, em fins de 1949, no Peru e na Bolívia pesquisando os efeitos do consumo

da coca e as possibilidades de limitar sua produção e controlar sua distribuição. Os integrantes da comissão mantiveram conversações oficiais de toda índole, mas escasso contato com os consumidores. Com estas observações superficiais, chegaram à conclusão de que a coca era daninha pela relação direta que tinham seus efeitos com os da cocaína, mesmo que a mastigação da folha não levasse à dependência no "sentido médico" da palavra. Os efeitos negativos da coca foram definidos como: (1) inibição da sensação de fome, (2) indução de mudanças não desejadas de caráter intelectual e moral; e (3) redução do rendimento econômico do trabalho produtivo, mantendo desta maneira o baixo nível econômico de vida. A recomendação da comissão, como solução para o problema, foi melhorar as condições de vida da população consumidora e simultaneamente iniciar um programa governamental para a supressão do cultivo e consumo da coca.

Na opinião de QUIROGA, com a dissolução da SPY, depois da Reforma Agrária de 1953, o governo boliviano se propôs a controlar a produção da coca de acordo com a Convenção de 1925, teoricamente limitando novas plantações e fomentando o cultivo de frutas e de café. Aparentemente não se tratou de um intento muito sério, pois continuaram as pressões internacionais. Em 1961 a Convenção Única das Nações Unidas sobre Drogas e Narcóticos incluiu a coca na lista de drogas proscritas, submetendo-a a controle "obrigatório" mais rigoroso. Pela primeira vez, as partes interessadas se viram obrigadas a tomar medidas que

restringissem e controlassem o cultivo da coca, e assumiram a obrigação de abolir o hábito da sua mastigação num prazo de 25 anos.

No entanto, de acordo ainda com CARTER e MAMANI (*Op cit*), em 1964, o Grupo Consultivo Inter-americano sobre o Problema da Folha de Coca, reunido em Lima e patrocinado pela ONU, recomendou com "urgência" a substituição da coca por outras culturas e a proibição do pagamento de haveres na forma de "drogas nocivas" (cf. nota de rodapé n.9, cap.1). Ao mesmo tempo instou a todos os países a ratificarem a Convenção Única de 1961 e a criarem comissões nacionais para o controle de narcóticos. A Bolívia foi censurada pela sua negligência mediante uma resolução apresentada pelo Brasil, e apoiada pela Argentina, Chile, Colômbia e Equador. Tal resolução solicitava ao governo boliviano a multiplicação dos seus esforços no sentido de abolir o hábito da coca, na mesma linha de medidas impostas ao Peru.

Como foi visto, as pressões internacionais aumentaram durante a década de 1970 como consequência do incremento do consumo de cocaína nos Estados Unidos e na Europa. Daí que, em 1973, o governo novamente decretou a erradicação paulatina da coca e criou a Direção Nacional para o Controle de Substâncias Perigosas (DNCSP). Esta instituição assumiu a responsabilidade do combate à produção, ao cultivo, à distribuição e à venda destas drogas. Em resposta às pressões dos EUA, o governo boliviano

adotou a política de controlar o tráfico ilegal de cocaína e começou a examinar a possibilidade de substituição da coca por culturas alternativas. Em dezembro de 1974, de acordo com WHITAKER e VILLEGAS (1976), foi aprovado um projeto de 8 milhões de dólares, cujo objetivo era determinar a viabilidade de um programa de longo prazo que controlasse e reduzisse a produção da coca no país. Este projeto piloto, iniciado em 1975, levou a posteriores acordos bilaterais firmados em 1977, 1978 e 1979. Nesses acordos, os EUA proporcionavam uma importante ajuda financeira à DNCSP na luta contra o comércio da droga, incluindo 11 milhões de dólares para projetos de desenvolvimento agrícola na região dos Yungas de La Paz e na região do Chapare de Cochabamba.

Contudo, as fortes pressões domésticas e internacionais, pela falta de consideração para com os consumidores tradicionais e as implicações sociais desta nova campanha contra a coca, forçaram uma revisão do objetivo a longo prazo que propunha a total erradicação da cultura no país.

Segundo CARTER e MAMANI (*op cit*, p.138-9), "em 1976 foi reatualizada a lei de narcóticos de 1973. O novo decreto declarava que se racionalizaria, isto é, que se controlaria de tal maneira a produção da coca que o destino fosse só o mercado legal, a demanda interna, sem excedentes para a produção de cocaína. Esta meta seria atingida seguindo o programa de substituição de cultivos. Como primeiro passo, todos os produtores da coca tinham a

obrigação de registrar seus plantios na DNCSP ou arriscar-se a que fossem destruídos. Os plantios não registrados poderiam sofrer intervenção e serem expropriados pelo governo".

Posteriormente, em 1978, de acordo com QUIROGA (*Op cit*), o governo ordenou o registro e a expedição de licença pela DNCSP, a todas as pessoas envolvidas na venda da coca. Declarou ilegal o transporte de qualquer quantidade da coca dentro do país sem a correspondente folha de trânsito outorgada pela DNCSP. O decreto provocou um enérgico protesto do Oitavo Congresso Nacional de Medicina Natural y Cultural Aymara e Inca celebrado no Tiawanaku.

Apesar dos protestos, o projeto continuou seu curso. Em fins de 1980 se completou a fase de pesquisa e estava tudo preparado para levar a cabo "um projeto em todos os níveis de diversificação agrícola na região do Chapare" que tinha sido elaborado no ano anterior pela Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (AID) (CARTER e MAMANI *op cit*, p.139). No entanto, todo o programa de atividades foi suspenso a partir do "golpe de estado" protagonizado pela junta militar que, segundo a opinião geral, esteve diretamente relacionada com os mais importantes traficantes de cocaína da Bolívia.

Pressões internas, unidas à dependência do país da assistência econômica e militar dos Estados Unidos, apontam CARTER e MAMANI (1986), convergiram para o "golpe de

estado" em agosto de 1981 que se supunha havia expulsado do governo os agentes dos traficantes de cocaína. O novo regime revelou intenções de renovar a luta contra a coca e a cocaína. Em princípios de 1982, uma nova lei de narcóticos decretou o estabelecimento do monopólio estatal para a compra e venda da coca. Também fez concentrar a produção nos Departamentos de La Paz e Cochabamba, convertendo em ilícitas as plantações da coca nos outros departamentos.

Vale a pena salientar que esta lei teve que ser modificada antes de ser posta em vigor definitivamente. Ela foi decretada diante da grande ameaça que se começava a vislumbrar no caso da expansão da cultura da coca, nas regiões não tradicionais do país. Este foi justamente o caso da colônia de Yapacani no Departamento de Santa Cruz e algumas outras de menor importância.

De acordo com a narração feita, o debate em torno da coca e a nutrição vem de longe, resultando incompreensível que ainda permaneça sem resolução. A maioria dos raciocínios respondem, no melhor dos casos, a uma interpretação simplista e excludente da realidade. Ignora-se toda uma gama de fatores sócio-culturais, econômicos e inclusive fisiológicos.

Os autores de "Bolívia: coca cocaína" assinalam que "... a satanização da mastigação da folha constituía um meio cômodo de evasão da realidade da classe dominante boliviana, que viu nesta questão uma justificativa ideológica de sua dominação. Não era pois a dupla exploração

social e racial a responsável pelo atraso, pela desnutrição, pela insalubridade e pelo analfabetismo das maiorias indígenas bolivianas, senão a cocamania" (CANELAS e CANELAS 1983, p.110).

Como se pode ver, a condenação da coca por parte da sociedade dominante, antecedeu e é independente da condenação atual por parte dos países capitalistas industrializados. O que estes fizeram foi proporcionar novos argumentos para o ataque frontal contra o hábito nativo que sempre resultou desagradável para brancos e mestiços.

2.4. A comercialização

Durante o período colonial, os informes espanhóis descreviam o comércio da coca como sendo uma das grandes atividades comerciais da região andina. A coca, segundo CARTER e MAMANI (1986), era considerada responsável pela prosperidade da cidade de La Paz, considerada uma das mais ricas do Peru daquela época¹⁶. Antes do auge da cocaína no mercado internacional, a produção da coca na Bolívia era destinada principalmente ao consumo doméstico, e uma pequena parte era exportada oficialmente a países como Peru, Chile, Argentina, EUA, e outros. Durante a época colonial, os produtores de coca tentaram desenvolver o comércio com outros países, mas só conseguiram comercializar

¹⁶ Durante a época Colonial a atual Bolívia era conhecida como o "Alto Peru" pertencendo a uma mesma divisão política com o "Baixo Peru", que é a atual República do Peru.

alguma coisa nas províncias do norte da região do Rio da Prata.

A Independência, aponta DALENCE (1975), não paralisou as exportações. Houve eventuais interrupções do comércio devido a problemas políticos com países vizinhos, ocasionando dificuldades aos produtores e aos comerciantes da cidade de La Paz. Em 1846, a Bolívia exportou 7851 cestos¹⁷ da coca ao Peru e 1200 cestos à Argentina.

Já no presente século, de acordo com SPY (1928), a Bolívia exportou perto de 30% de sua produção de coca às regiões produtoras de açúcar e de maçã do Norte argentino e às minas de nitrato de Atacama no Chile; ambas as regiões contavam com grandes contingentes de trabalhadores bolivianos.

Entre 1920 e 1925 foram colhidos, na Bolívia, 16.346.115 kg de folhas de coca. Desse total, a Bolívia exportou 13.22% (ou 2.161.243 kg) da seguinte forma, de acordo com a tabela 01, apresentada a seguir:

17 Na época colonial um cesto equivalia a 20 libras, mas a partir do século XX foi alterada esta relação passando a equivaler um cesto a 24 libras ou 11,04 kg.

Tabela 01. Exportação de coca boliviana, período 1920-1925

País	Volume (kg)	%
Argentina	1.897.544	86,86
Chile	280.536	12,98
Equador	190	0,009
Alemanha	2.889	0,130
Inglaterra	84	0,004
Total	2.161.243	99,983

Fonte: Carter e Mamani, 1986 : 120

A "indústria da coca"^{1º} na Bolívia, segundo os autores citados acima, foi afetada pela depressão dos anos 1930. Ela paralisou parcialmente a atividade da mineração causando uma aguda retração no consumo doméstico deste produto. Isto aumentou a importância relativa das exportações à Argentina, principal comprador da coca boliviana .

Em 1946, a Argentina, na tentativa de evitar a fuga de divisas, limitou consideravelmente sua importação de coca a 410.000 kg e aumentou a vigilância na fronteira com a Bolívia para evitar o contrabando deste produto. Consequentemente, as exportações bolivianas diminuíram de forma semelhante ao consumo Argentino, como se mostra na tabela 02, a seguir:

^{1º} Por "indústria da coca" deve-se entender, no presente trabalho, as atividades de produção, secagem, empacotamento e comercialização da "folha de coca", tradicional e legalmente realizadas no país, desde a época colonial. Não deve confundir-se com o "processo de elaboração da cocaína", que é uma atividade relativamente recente e considerada ilícita na Bolívia.

Tabela 02. Exportação de coca boliviana, período 1944-1948

ANO	Produç. tot. de coca t	Coca exportada	% do total prod.	Valor da coca export. (Bs)	Valor tot. de export. agric. (Bs)	Export. Coca como % da export. Agr.
1944	4.651	444,06	9,5	12.450.368	188.463.245	6,6
1945	4.434	417,18	9,4	5.407.190	227.468.790	6,8
1946	4.857	418,12	8,6	19.134.662	243.011.269	7,9
1947	4.533	385,71	8,5	15.367.184	103.981.564	14,8
1948	4.229	361,36	8,4	13.983.969	57.782.560	24,2

Fonte: Naciones Unidas, 1950: 91

Em fins de 1946, de acordo com SPY (1933), o valor de um tambor (46 kg) baixou de Bs 1200 a Bs 600 em menos de 6 meses. No ano seguinte, para superar esta situação, a Bolívia e a Argentina assinaram um tratado de comércio no qual a última se comprometia a comprar um mínimo de 600.000 kg de coca anualmente.

Tabela 03. Volume e valor das exportações da coca boliviana, período 1938-1952

Ano	kg	Valor (US\$)
1938	392.737	269.855
1939	406.314	213.753
1940	402.672	217.160
1941	347.250	190.080
1942	339.190	204.172
1943	380.473	191.435
1944	444.064	260.487
1945	406.397	317.075
1946	418.122	400.336
1947	385.714	321.513
1948	251.358	292.573
1949	316.479	505.266
1950	214.198	341.327
1951	119.010	190.781
1952	166.208	467.094

Fonte: Carter e Mamani, 1986: 122

Como se pode ver na tabela 03 acima, a exportação de coca boliviana continuou diminuindo até a década dos 50. Já na década dos 60 as exportações foram aumentando. Em 1976, como se pode conferir na tabela 04, a seguir, a Bolívia exportou um total de 867.992 kg de folhas de coca, dos quais, segundo CARTER e MAMANI (1986), 799.592 kg (92,12% do total exportado) foram destinados à Argentina e 68.400 kg (que representou 7,88% das exportações de coca) aos Estados Unidos.

Tabela 04. Volume e valor da coca boliviana exportada, 1968-1976

Ano	kg	Valor	US\$/kg (*)	índice (1968=100)
1968	671.328	555.565	0,83	100
1969	750.711	621.502	0,83	111
1970	530.959	601.365	1,13	79
1971	632.623	741.959	1,17	94
1972	700.800	847.800	1,21	104
1973	803.551	964.261	1,20	120
1974	938.507	1.121.729	1,19	139
1975	819.927	1.028.770	1,25	122
1976	867.992	1.041.936	1,20	129

Fonte: Carter e Mamani, 1986: 123

(*) Coluna calculada por F.O.H.B.

2.5. Áreas de produção de coca

Na Bolívia existem três áreas de produção de coca: i) a região dos Yungas, no Departamento de La Paz, ii) a região do Chapare, no Departamento de Cochabamba, e iii) a região de Yapacaní, no Departamento de Santa Cruz (ver mapa 2, p.60). Devido às pressões internacionais para eliminar a

produção de coca excedente¹⁹, os legisladores bolivianos definiram um critério de discriminação destas áreas em função, principalmente, da antiguidade da cultura da coca, em cada uma destas regiões. Assim, na atualidade a produção de coca na Bolívia é: lícita, na região dos Yungas; ilícita, na região de Yapacaní; e, lícita até o mês de julho de 1993, na região do Chapare.

Na tabela 05 se mostra a evolução da área plantada com coca no país, segundo as regiões. No caso da colônia de Yapacaní não existem dados disponíveis antes de 1986. Isto foi devido ao fato de que esta não era uma região tradicionalmente produtora de coca no âmbito nacional.

Tabela 05. Área de produção de coca na Bolívia, segundo região, período 1968-1987.

ANO\REGIÃO	YUNGAS (ha)	CHAPARE (ha)	YAPACANÍ (ha)	TOTAL
1968	1.700	1.300	n.d.	3.000
1971	1.800	2.650	n.d.	4.450
1975	1.600	9.685	n.d.	11.285
1980	6.418	16.370	n.d.	22.788
1985	6.675	37.611	n.d.	44.286
1987	8.913	51.198	845	60.956

Fonte: Estrategia Nacional del Desarrollo Alternativo:
1990, p.43
Ministerio de Asuntos Campesinos e Agropecuarios

19 Na Bolívia se denomina "coca excedente" àquela produção de folhas de coca cujo destino é a elaboração ilegal de cocaína e não o consumo tradicional de coca *in natura* da população.

MAPA 2. REGIÕES PRODUTORAS DE COCA NA BOLÍVIA, 1992

Como se pode ver na tabela 06, a seguir, a colônia de Yapacaní representa só um por cento da área plantada com coca existente no país, e 2% do volume da coca produzida em 1987. No entanto, sua importância radica em que, de uma parte, Yapacaní poderia ter-se constituído num exemplo para outras colônias do Departamento de Santa Cruz. De outro lado, do ponto de vista do programa nacional de erradicação da coca, a experiência de erradicação executada na colônia Yapacaní será de grande importância para a erradicação da coca na região do Chapare, que é a principal região produtora de coca da Bolívia.

Tabela 06. Área, volume e participação percentual das regiões produtoras de coca, ano 1987.

Qde\Região	CHAPARE	%	YUNGAS	%	YAPACANÍ	%	TOTAL
Área (ha)	51.198	84	8.913	15	845	1	60.956
Prod.(t)	141.511	93	8.343	5	2.183	2	151.992

Fonte: Elaboração própria com base na Estrategia Nacional del Desarrollo Alternativo 1990: 44
Ministerio de Asuntos Campesinos e Agropecuarios.

2.5.1. Região dos Yungas

Os Yungas de La Paz é uma região considerada, na Bolívia, produtora tradicional de coca. Esta cultura foi importante, nesta região, desde épocas anteriores à conquista espanhola. Este produto, dada sua significação

econômica, passou a ser de interesse para os conquistadores durante a época colonial. Posteriormente, a partir da Independência da Bolívia, a produção da coca passou às mãos de fazendeiros estabelecidos nesta região. Como foi visto na seção 2.3, até antes da Reforma Agrária (em 1953), os principais produtores da coca na Bolívia eram grandes fazendeiros que gozavam de poder político, os quais criaram a famosa SPY.

Depois da Reforma Agrária de 1953, a produção de cítricos e café foi incrementada às expensas da coca na maior parte dos Yungas. Os camponeses desta região preferiram reduzir o risco, evitando a excessiva especialização numa única cultura. O governo boliviano em resposta às pressões internacionais para controlar a produção de coca, realizou alguns esforços nesta direção.

Atualmente a produção de coca desta região continua sendo destinada principalmente ao tradicional consumo doméstico. Devido a qualidade da sua folha de coca, ela é a preferida pelo consumidor tradicional, refletindo-se esta preferência no seu preço maior em relação ao preço da coca produzida em outras regiões do país.

2.5.2. Região do Chapare

A produção de coca no Chapare é relativamente recente se comparada com a região dos Yungas. A colonização da região do Chapare teve início na década de 1910. No início, a cultura da coca era, ainda que importante, só um dos componentes da estrutura produtiva dos colonos do

Chapare. Na década de 1960, segundo FLORES e BLANES (1984), a cultura da coca já estava consolidada como uma importante fonte de renda monetária. Contudo, a área média ocupada inicialmente era relativamente pequena (aproximadamente 0,5 ha). A partir do aumento súbito dos preços, ocasionados pela demanda de cocaína no mercado internacional, a tendência dos produtores foi produzir a maior quantidade de coca possível, não só para melhorar a renda familiar mas também com o objetivo de diferenciação social.

Ao contrário do que aconteceu nos Yungas e em Yapacaní, o Chapare tem um economia orientada para fora. A maior parte do dinheiro gerado no Chapare, pelos colonizadores, não fica nesta região. Daí que, atualmente, os colonizadores não têm mais interesse na melhoria da infraestrutura social. Para eles, na opinião de Flores e Blanes (*op. cit.*, p.140), "... o Chapare representa algo assim como um "centro de mineração" onde se deve procurar tirar o máximo lucro possível no curto prazo".

2.5.3. Região de Yapacaní

Na região de Yapacaní a produção de coca foi ainda mais recente do que no Chapare. É que a colonização de Yapacaní foi ainda posterior a do Chapare. A produção de coca nas unidades produtivas de Yapacaní teve importância apenas a partir da segunda metade da década de 1970.

Uma vez que a colônia de Yapacaní encontra-se localizada no Departamento de Santa Cruz, onde o hábito de consumo de coca entre a população nativa (guaranis) não é ancestral como no caso da população de origem andina (*quechuas* e *aymaras*), considerou-se que a produção de coca deveria ser proibida. Baseados neste argumento os legisladores declararam ilícita a produção de coca na colônia de Yapacaní. Deste modo, nesta colônia, procedeu-se à erradicação total da cultura da coca, a partir de julho de 1989.

3. O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO DEPARTAMENTO DE SANTA CRUZ

3.1. Antecedentes

Segundo LORA (1980), até fins do século passado, a Bolívia caracterizava-se por ter uma economia pré-capitalista. As relações sociais de produção na agricultura e na mineração se baseavam no trabalho servil. A partir do início do presente século, com a articulação do país ao mercado mundial, como produtor de minerais, os centros urbanos começaram sua transformação experimentando uma relativa modernização. No entanto, este processo não foi dinâmico devido à presença da economia de "enclave" consolidada na exploração de minerais e geograficamente concentrada no Altiplano boliviano (principalmente nos Departamentos de Potosí, de La Paz e de Oruro).

De outro lado, a organização da produção na agricultura, até 1953, continuava fundamentada no regime de servilismo. A falta de dinamismo neste setor se reflete na baixa taxa de crescimento da população do País. Segundo MERIDA e SALDIAS (1991), entre 1900 e 1950, esta foi 1,11% a.a.

3.1.1. O "Plano Bohan"

Em 1942 foi elaborado e apresentado ao governo boliviano o chamado "Plano Bohan". Tal documento consta de um diagnóstico da economia boliviana até aquela época, com ênfase na análise dos cinco anos que vão de 1936 a 1940. Dele origina-se uma série de recomendações sobre estratégias, planos e projetos.

A importância deste informe reside em ele ser a primeira tentativa, realizada no país, para romper a política oficial da dependência da economia na exploração e exportação de seus recursos naturais, principalmente os minerais.

No que diz respeito à agricultura, o "Informe Bohan" foi o primeiro a recomendar a substituição de importações de alimentos ou produtos de origem agropecuária. Deveria ser utilizada a capacidade financeira e administrativa do Estado para promover o auto-abastecimento. Com isso, as divisas obtidas pela exportação de minerais, antes destinadas à importação destes produtos, seriam destinadas às outras importações mais produtivas, aumentando-se assim os baixos níveis de consumo de alimentos da população boliviana.

No conjunto, o "Informe Bohan" desenhou para a agricultura boliviana um modelo de desenvolvimento que, na opinião de ARRIETA *et alli* (1970), parecia baseado nos conceitos de "desenvolvimento para dentro" e de "substituição de importações", característicos do pensamento

econômico da CEPAL²⁰, alguns anos antes da fundação desta instituição. Este fato, surpreendente à primeira vista, é explanado do seguinte modo: "... a crise mundial dos anos 1930, ao provocar a diminuição da entrada de divisas, somadas às restrições impostas pela segunda Guerra Mundial impuseram, na realidade latino-americana da época, a necessidade de superar os obstáculos para conseguir no exterior os bens e serviços necessários" (ARRIETA *op cit*, p.75).

O diagnóstico do "Informe Bohan" enfatiza a extrema dependência da economia boliviana decorrente de sua rígida condição monoprodutora. O informe apontava o perigo que representava a dependência da economia em suas exportações de minerais; pois a média anual da receita em divisas disponíveis, levando em conta a população total nacional (3.472.000 habitantes), representava só US\$ 7,48 por habitante/ano.

No quadro 1 apresentamos o saldo médio das importações e exportações da Bolívia no período de 1936 a 1940. Entre as importações se destacam os produtos agrícolas.

²⁰ Comissão Econômica para América Latina, organismo especializado das Nações Unidas para assuntos econômicos da região, criado em 1948.

Quadro 01. Bolívia: exportações e importações.

MÉDIA ANUAL 1936-1940 (em US\$ ao tipo de câmbio Bs 46:1)	
ENTRADA DE DIVISAS	
- Exportação de minerais	39.979.961
- Resto de exportações	<u>2.628.679</u>
TOTAL	42.608.730
SAÍDA DE DIVISAS	
- Reposição de maquinária e materiais, remesas ao exterior	13.992.965
- Importação de produtos agrícolas	10.587.809
- Importação de manufaturas e outros	<u>12.590.908</u>
	37.171.682
- Disponível p/gastos fiscais e do governo	<u>5.337.048</u>
TOTAL	42.608.730

Fonte: Arrieta *et alli*, 1990: 77

Em tais condições, um desenvolvimento agrícola que permitisse a substituição de importações era uma necessidade do ponto de vista econômico. Para atingir tal objetivo, o informe recomendava uma agressiva e ativa intervenção do Estado. No entanto, um investimento prévio deveria ser feito, na construção de estradas que permitissem a articulação do país, ligando, especialmente, a região ocidental com a região oriental do país.

Noutros aspectos, o Estado devia modificar a sua política impositiva, cedendo as terras privadas improdutivas (a maioria) para quem pudesse trabalhá-las e redistribuindo a população onde fosse necessário. Deveria, também, modificar sua política de preços, estabelecendo

estímulos para a produção, mas sem subsidiar culturas de baixa produtividade.

Igualmente, teria que assumir a construção e administração de complexos agroindustriais bem como a produção direta das matérias-primas (caso do açúcar), enquanto a produção privada não se desenvolvesse o suficiente para o auto-abastecimento. Recomendava, também, que o Estado se encarregasse da comercialização direta da produção, bem como da aquisição de equipamentos e insumos.

Por último, BOHAN atentou para a urgente necessidade da redistribuição geográfica da população rural do país. A esse respeito, ele disse o seguinte: "Há um excesso de população agrícola índia em algumas partes da Bolívia apenas conseguindo uma auto-subsistência miserável. Esta população poderia tornar-se colonizadora da Área de Santa Cruz, assumindo que a adaptação ao novo ambiente seja viável. Não sendo isto possível, uma outra alternativa poderia envolver a participação de famílias agrícolas de outros países para que se transferissem para Bolívia" BOHAN (*op cit*, p.142). É claro, então, que existia no país uma verdadeira necessidade de promover a colonização do Oriente boliviano para resolver o problema de escassez crônica de força de trabalho desta região.

É preciso destacar o fato de que em nenhuma parte do "Plano Bohan" se considerou a possibilidade óbvia de que os potenciais migrantes tornariam as áreas ocupadas em áreas potenciais de produção de coca, dada a longa

tradição de consumo deste produto, por parte da população de origem andina.

Era por demais sabido, naquela época, que a folha de coca constituía praticamente uma "mercadoria básica" na economia boliviana; o que implicava que o traslado maciço da população andina para o Oriente boliviano só seria viável com um adequado fornecimento de coca. Se por qualquer circunstância o preço desta mercadoria subisse, era óbvio que os colonos a produziram para seu auto-abastecimento.

Como foi visto no capítulo anterior, quando indígenas bolivianos partiram para trabalhar nas colheitas dos países vizinhos (Argentina e Chile), tais países viram-se diante da necessidade de importar coca para atrair esta força de trabalho barata.

Este fato é mais uma evidência histórica de que quando estiveram em jogo os interesses do "modelo de acumulação capitalista", pouca atenção mereceram os argumentos éticos que em outras circunstâncias foram utilizados com grande alarde.

3.1.2. A Revolução Nacional de 1952

Diversos autores concordam em assinalar que o conflito bélico (1932-1935) com o Paraguai (a Guerra do Chaco) foi um acontecimento de grande repercussão política no interior do país. A necessária unificação nacional, para

enfrentar o inimigo comum, propiciou a união entre pessoas de classes sociais e de regiões diferentes até então antagônicas, dando lugar assim ao surgimento do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) como partido "policlassista". Este partido político assumiu a liderança no posterior processo de insurreição popular que culminou na Revolução Nacional de 1952.

Na opinião de FERNANDEZ *et alli* (1991), o MNR tentava articular interesses sociais extremamente diversos dada sua ampla convocação sobre os atores sociais mobilizados, como parte de uma política unificadora que no futuro resultou ser frágil. Isto devido a que nem todos os atores convergiam no "projeto político" de construção do capitalismo, tendo o Estado como única via para o desenvolvimento econômico e social do país.

No dia 9 de abril de 1952, depois de sangrentos combates em diversos pontos do país, o MNR assumiu o comando da Nação com um maciço respaldo das populações mineira, urbana e camponesa.

Três meses depois, em 21 de julho, decretou-se o Voto Universal, que incorporou mais da metade da população adulta, especialmente camponesa, ao exercício deste direito constitucional; em 31 de outubro do mesmo ano, decretou-se a Nacionalização das Minas; a 2 de agosto de 1953, decretou-se a Reforma Agrária (ABREGO *op. cit*, p:83).

Na opinião de PANIAGUA citado por FERNÁNDEZ (*op cit*, p.30), "a ruptura do modelo, através da aplicação

tanto da Nacionalização das minas como da Reforma Agrária, foi um importante salto na consolidação do mercado. Isto significava não só liberar força de trabalho, mas também tornar viável, desde então, o assalariamento geral e sobretudo a utilização da moeda em quase todas as transações".

3.1.3. A Reforma Agrária

Entre os objetivos imediatos da reforma agrária se postulava: a) a resolução do problema da posse da terra; b) o melhoramento da qualidade de vida do produtor camponês através da implantação de serviços produtivos e da substituição de importações; c) o melhoramento da produtividade e uma maior diversificação e industrialização da agropecuária para garantir a segurança alimentar do país e gerar excedentes exportáveis.

No entanto, a partir do período pós-reforma, o camponês se converteu tanto no principal provedor de alimentos tradicionais, relativamente baratos, aos mercados urbanos; quanto no principal ofertante de força de trabalho, também a baixo custo, ao estreito mercado de trabalho temporário criado pela agropecuária e pela incipiente agroindústria capitalista.

Talvez por isso FURTADO (1978, p.301), conclui sua avaliação da reforma agrária boliviana fazendo o seguinte comentário "... de um lado, as comunidades rurais não estavam preparadas para aproveitar as oportunidades

decorrentes das mudanças nas estruturas de dominação...; de outro lado, o Estado boliviano tampouco estava preparado para promover com êxito a criação de uma nova agricultura diferenciada da tradicional, capaz de produzir os excedentes necessários à expansão urbana".

Hoje, depois de quatro décadas da reforma agrária, o problema da insuficiência de alimentos - para a grande maioria da população rural boliviana - decorrente do modelo de modernização com natureza concentradora de renda, ainda está latente. No caso dos colonos que conseguiram terra no Oriente boliviano se, no início, conseguiram certo alívio na sua pobreza, seus filhos agora são tão pobres quanto seus pais, devido a uma série de fenômenos a serem analisados no capítulo seguinte. Eles se encontram diante de entraves tecnológicos e econômicos difíceis de serem superados, pelo menos dentro do marco da legalidade.

Tal situação, segundo GARCIA (1985, p.48-9), se explica pelo fato de que "o objetivo final do modelo de modernização não é atingir um desenvolvimento global e harmônico da sociedade, mas a instrumentalização de um modelo de crescimento agrícola capaz de responder, conjunturalmente, à demanda efetiva do mercado e as necessidades específicas do modelo de acumulação".

3.2. Evolução da estrutura agrária do Departamento de Santa Cruz

A estrutura agrária do Departamento de Santa Cruz, antes da Revolução de 1952, estava constituída por diferentes categorias de produtores agropecuários, imersos em distintas formas de organização produtiva. O desenvolvimento da agropecuária mercantil deste Departamento respondia às particularidades internas da região e do país, pois os produtos de origem agropecuária eram destinados exclusivamente ao mercado doméstico.

Segundo SOLIZ (1991, p.35), "a causa do particular desenvolvimento mercantil do Departamento de Santa Cruz, antes de 1952, foi o isolamento de que foi vítima com respeito ao poder do Estado Oligárquico boliviano, prevalecente até aquela época. O espaço territorial de dominação ficava reduzido aos Departamentos produtores de minerais como La Paz, Oruro e Potosí, e àqueles estreitamente ligados a estes Departamentos como Cochabamba e Chuquisaca".

Só no final do século passado, no auge da "borracha" no Norte do país, o Departamento de Santa Cruz teve um breve florescimento. O significado foi, de acordo com MERIDA e SALDIAS (1991), uma reativação da atividade agropecuária devido ao aumento da demanda de produtos agrícolas gerado por aquela atividade. No entanto, uma vez acabado o negócio da borracha, o Departamento voltou à situação de isolamento e abandono anterior.

De acordo com CORDECRUZ, "... até a metade do presente século, a cidade de Santa Cruz de la Sierra, capital do Departamento de Santa Cruz, tinha uma pequena população carente de serviços públicos, sem indústrias e com um comércio incipiente orientado às necessidades limitadas de uma economia rural estagnada. Sua única comunicação com o mundo exterior era através de uma péssima estrada de terra (intransitável em época das chuvas) à cidade de Cochabamba. Tampoco existia uma infraestrutura viária no interior do Departamento" (CORDECRUZ 1975, p.8).

O rumo da economia deste Departamento mudou consideravelmente a partir da Revolução Nacional de 1952, quando o Estado oligárquico mineiro-latifundiário foi abalado. As principais medidas econômicas que o novo Estado adotou foram inspiradas no "Plano Bohan". No quadro 02, pode-se observar a evolução demográfica da cidade de Santa Cruz, no período 1900-1988. A elevada taxa de crescimento experimentada pelo Departamento de Santa Cruz, a partir da década de 1950, é um bom indicador do processo migratório decorrente da diversificação econômica promovida pelo governo.

Quadro 02. Cidade de Santa Cruz: evolução da população, período 1900-1988

ANO	População da cidade	% sob o total do Departamento de Santa Cruz	Taxa de crescimento cumulativa anual	
			Período	%
1900	15.874	9,3	1900-50 1950-76 1976-88	1,93
1950	41.461	16,9		7,23
1976	254.682	35,8		6,94
1988	570.335	51,4		

Fonte: VARGAS 1991:13

A implementação da Reforma Agrária e o "modelo de desenvolvimento", que visavam a substituição de importações de produtos agrícolas, incluíram entre outras coisas uma rápida e adequada abertura de grandes áreas cultiváveis até então não utilizadas.

Os principais fatores que tiveram um papel importante na iniciação do processo de desenvolvimento regional, foram: "a conclusão de importantes obras de infraestrutura rodoviária e ferroviária; a canalização de assistência técnica e creditícia ao setor agropecuário da região; a política de fomento da economia do açúcar; o crescimento da exploração de petróleo; a imigração de agricultores de outras regiões e países; a consolidação de um marco institucional para o desenvolvimento e, a resposta positiva da iniciativa privada diante das oportunidades de investimento que começaram a se apresentar" (MÉRIDA e SALDIAS *op cit*, p.20)

Apesar da falta de dados para estabelecer séries históricas completas, alguns autores como ESCOBAR e SAMANIEGO (1981, p.17) assinalam que "... entre 1952 e 1954 o PIB deste Departamento passou de 2,6% a 9,1%, em relação ao PIB nacional. Logo, a partir da década de setenta, esta porcentagem passou a estabilizar-se ao redor do 18%" (ver tabela I.4, no apêndice 1).

Este desenvolvimento econômico do Departamento de Santa Cruz provocou uma clara concentração da população na chamada "área integrada", como se pode ver na seguinte tabela 07.

Tabela 07. Departamento de Santa Cruz: distribuição da população por Províncias (porcentagens)

PROVÍNCIA	1976	1988
População do Departamento	710,724	1.110.100
TOTAL	100,0	100,0
Andrés Ibanez(*)	44,5	58,4
Warnes(*)	4,4	4,1
O. Santistevan(*)	11,1	10,4
Sarah(*)	4,0	2,4
Ichilo(*)	5,3	4,5
Sub-Total "Área Integrada"	<u>69,3</u>	<u>79,8</u>
Chiquitos	4,7	2,3
Cordillera	7,6	4,6
Velasco	3,5	2,7
Vallegrande	4,3	2,7
Florida	3,0	2,0
Ñuflo de Chávez	4,7	3,2
Angel Sandoval	1,1	0,8
M.M. Caballero	1,8	1,0
Bush	-	0,9

Fonte: Elaboração própria com base em VARGAS 1991:10

(*) Províncias que formam parte da "área integrada" do Dpto.

Como se pode observar na tabela acima, em 1976 e 1988 esta área concentrava 69,3% e 79,8% da população departamental, respectivamente.

3.3. Categorias sócio-econômicas de produtores rurais

Segundo o lugar de origem, existem na sub-região integrada do Departamento de Santa Cruz três categorias sócio-econômicas de produtores: i) colonos nacionais²¹; ii) empresários nacionais; e iii) colonos estrangeiros. As características mais importantes de cada um deles são descritas a seguir.

3.3.1. Colonos nacionais

Entre as colônias nacionais, estabelecidas no Departamento de Santa Cruz, existem as **dirigidas** e as **expontâneas**. As dirigidas foram resultado das primeiras tentativas de colonização do governo e contaram com uma planificação e certo apoio técnico, econômico e social. Já as segundas não tiveram tais facilidades. No entanto, foi a modalidade mais importante, a partir da década de sessenta, pois os colonos espontâneos foram atraídos pelo dinamismo econômico do Departamento.

Em termos gerais o colono espontâneo é migrante: i) de outros Departamentos do país, ii) de outras Províncias do Departamento de Santa Cruz e, iii) da própria "área integrada". Trata-se de um produtor (ou unidade

²¹ Esta categoria, a mais importante em termos sociais, está constituída tanto por agricultores provenientes do interior do país (Altiplano e Vales) como por camponeses do mesmo Departamento de Santa Cruz.

familiar) isolado ou temporariamente associado. Sua posse da terra é precária do ponto de vista jurídico e também quanto ao uso da terra e da tecnologia empregada.

Desde o início utiliza recursos próprios oriundos da venda de pequenos excedentes e/ou da venda de sua força de trabalho. Geralmente ocupa os extremos da fronteira agrícola e, conseqüentemente, as áreas de pior infra-estrutura de transporte, de saúde, de educação, etc.

O componente central de sua tecnologia é o "uso do fogo" complementado com algumas ferramentas como o machado, o facão e a enxada. Encontra-se marginalizado do crédito oficial, mas não do empréstimo junto aos intermediários e/ou caminhoneiros. Seu vínculo com o mercado é geralmente indireto, tanto na hora de vender seus produtos quanto na hora de comprar seus insumos e bens de consumo.

Os colonos dirigidos, embora sujeitos ao mesmo padrão tecnológico do grupo anterior, tendem, pelo menos numa primeira etapa, a uma maior estabilidade. A propriedade da terra, validada juridicamente, possibilita ocasionalmente obter algum crédito do sistema financeiro nacional. No início do assentamento partem de uma base econômica mínima e recebem assistência técnica concedida pelas instituições organizadoras da colonização.

Recebem serviços em termos de assistência social, saúde, educação, vias de acesso e transporte. No entanto, dada a falta de continuidade dos projetos e planos de governo (frequentes nas economias latino-americanas), bem como o insuficiente suporte institucional, decorridas uma ou

duas décadas de vida de uma colônia, torna-se difícil, para quem desconhece os antecedentes, encontrar diferenças entre uma colônia dirigida e outra espontânea.

De acordo com a classificação dos "sistemas de uso da terra"²² de BOSERUP (1987), no caso dos colonos nacionais, dirigidos ou espontâneos, é possível identificar pelo menos duas categorias de produtores: i) os que utilizam uma tecnologia tradicional, enquadrados no sistema "cultivo com pousio arbustivo"; e ii) os que usam diferentes graus de mecanização, enquadrados no sistema "cultivo com pousio curto".

i) Produtores tradicionais ("pousio arbustivo")

Em diferentes estudos, realizados nas áreas de colonização do Departamento de Santa Cruz, tem aparecido, como característica e problema central, a prática da "agricultura itinerante" baseada na tecnologia tradicional da "derrubada e queima" de florestas. Neste sistema, depois de aberta as clareiras nas florestas, as mesmas são cultivadas com arroz por um ou dois anos, para logo serem abandonadas durante um período de 6 a 10 anos, dependendo de uma série de fatores (clima, solo, mercado, etc.). Entre os problemas derivados desta prática menciona-se,

²² A classificação de BOSERUP, em ordem crescente é a seguinte: "i) Cultivo com pousio longo ou florestal (20-30 anos de pousio); ii) Cultivo com pousio arbustivo (6-10 anos de pousio); iii) Cultivo com pousio curto (1-2 anos de pousio); iv) Cultivo anual (pousio menor que 1 ano); e, v) Cultivos múltiplos (sistema intensivo onde a mesma área suporta duas ou mais lavouras ano após ano)" (BOSERUP op cit, p.13-4).

freqüentemente, o abandono de parcelas diante da dificuldade estrutural de inovar²³.

No caso das colônias nacionais, segundo Maxwell (1979), os fatores que explicam tal situação, são os seguintes:

- a) A escassez de capital e falta de acesso aos créditos de fontes oficiais que limitam a adoção de nova tecnologia;
- b) A falta de conhecimentos e experiência em culturas tropicais por parte dos migrantes do Altiplano e Vales, devido, em parte, aos insuficientes suportes institucionais fornecidos pela assistência técnica e pela pesquisa agrícola;
- c) A deficiente rede viária que limita o número de culturas comercialmente viáveis e que, ao elevar os custos de transporte, reduz o retorno dos recursos empregados pelo agricultor e sua família;
- d) O débil suporte de comercialização que torna incertos os preços, tornando possível uma transferência de renda do agricultor para o intermediário e não permitindo uma informação oportuna sobre o mercado; e
- e) A má formulação dos planos originais das áreas de colonização, que não souberam eleger regiões com melhores tipos de solos. Como resultado disso, muitas colônias estão localizadas em solos arenosos, não apropriados para a cultura do arroz; outras encontram-se em lugares de

²³ Ver Iglesia Evangélica Metodista (1972); Schultz, G. (1983); e, Castro (1986).

precipitação pluvial insuficiente; e outras ainda foram localizadas em áreas mal drenadas.

No entanto, resulta interessante confirmar que nas colônias nacionais existem também aqueles produtores que atingiram um maior grau de intensificação nos seus sistemas de uso da terra, através da mecanização parcial ou total. Dependendo de certas circunstâncias favoráveis - tais como: bom acesso viário, disponibilidade de créditos com taxas de juros negativas, apoio técnico intensivo por parte de algumas instituições não-governamentais, etc. - alguns agricultores (aproximadamente 10% deles) encontram-se praticando sistemas mais intensivos de uso da terra, tais como "pousio curto" ou ainda "cultivo anual" (cf. nota de rodapé n. 22).

ii.) Produtores mecanizados ("pousio curto")

A passagem da tecnologia tradicional à mecanização só é viável quando convergem pelo menos algumas das vantagens assinaladas acima.

Noutras palavras, para transcender a fase de "pousio arbustivo" o agricultor precisa adotar nova tecnologia; no entanto, isso não depende simplesmente de sua vontade mas de uma série de fatores endógenos (capacidade técnica, base de recursos, saúde, etc.) e exógenos (mercado, preços, acesso a crédito e assistência técnica, etc.).

De outro lado, nem sempre os colonos que atingem a mecanização tem sucesso. STUTLEY (1982), baseado no seu estudo sobre mecanização feito na colônia Chané-Pirai, apontou como limitante desta opção tecnológica, a gradativa queda do rendimento da cultura de arroz. Segundo o citado autor, isto é resultado de uma combinação de fatores: i) crescente invasão de ervas daninhas, ii) perda da fertilidade do solo, e iii) compactação do solo. Além disso, aponta como problemas a monocultura de arroz e a falta de uma cultura de inverno que permita tanto uma melhor distribuição dos custos fixos da maquinária quanto a redução da população de ervas daninhas durante esta época do ano.

Dai ser reduzido o número de colonos nacionais que atingem este nível tecnológico e de capitalização. Quando isso acontece, emerge simultaneamente um processo de diferenciação social no interior da colônia.

3.3.2. Empresários nacionais

O setor de empresários nacionais tem origem na dissolução da "Fazenda Tradicional". A partir da Reforma Agrária, o Estado estava disposto a reconhecer a posse da terra à pessoa que nela trabalhasse. Com isso, a presença na fazenda de camponeses em condição de peões ou "tolerados"²⁴ era uma verdadeira ameaça para a integridade daquela.

Em vista disto, segundo ARRIETA *et alii* (1990), teve início a expulsão da "fazenda" dos ali

24. Camponeses que moravam no interior das fazendas na qualidade de colonos, com consentimento do proprietário.

assentados. Mas, de outro lado, os camponeses ao serem expulsos viram a possibilidade, não só de abandonar a "fazenda", à qual encontravam-se amarrados por diversos mecanismos, mas também de tornarem-se proprietários de terra e produtores independentes; ou então, de incursionar em novas atividades e/ou regiões como o povoado e a cidade. Destarte, a dissolução da "fazenda" foi pacífica. Tanto uns como outros acharam que ganhavam alguma coisa.

Uma vez dissolvida a fazenda como sistema, de acordo com a interpretação de ARRIETA (*Op cit*), aconteceu um fato interessante: tanto o fazendeiro quanto o peão emancipado partiram da mesma base tecnológica. Ambos tiveram de concorrer no mercado, que até então era reservado ao patrão e/ou aos intermediários não-camponeses.

Atualmente, de acordo com HOYOS *et alli* (1990), os chamados "empresários nacionais" encontram-se localizados nas áreas mais próximas dos centros urbanos e melhor dotadas de infraestrutura. Dada sua ótima localização, estas unidades empresariais têm um maior número de opções de produção. Daí que, devido ao maior risco, a cultura de arroz é geralmente cultivada só em terras baixas (suscetíveis de inundação) onde não é possível estabelecer outra cultura. Outros produtores mantêm o arroz como cultura pioneira em terras recém desmatadas, com o propósito de aproveitar a alta fertilidade do solo e a baixa incidência de ervas daninhas, durante os primeiros anos de produção. Obviamente, esta cultura também é produzida quando, conjunturalmente, o seu preço se torna atrativo.

Esta pode ser a razão, depois de quatro décadas, do empresariado nacional ainda manter muitas das características tradicionais que fazem com que os seus custos (e riscos) de produção sejam superiores aos dos colonos estrangeiros (Menonitas e Japoneses) que possuem a mesma qualidade de terras ou ainda inferiores.

3.3.3. Colonos estrangeiros

As colônias estrangeiras tiveram sua origem nos planos de diversificação econômica e substituição de importações executados pelo governo, a partir de 1952. A idéia de atrair colonos estrangeiros para o território nacional era de que estes, além de contribuir na produção agrícola, servissem também como agentes de difusão de novas tecnologias que pudessem ser adotadas pelos colonos nacionais. No entanto, o ponto de partida quanto a base de recursos foi bem diferente.

As colônias estrangeiras, em termos de acesso ao capital, encontram-se mais próximas dos empresários nacionais, só que possuem maior tradição agrícola e conhecimento técnico.

A posse da terra está garantida juridicamente através das compras ao governo (no caso das colônias Menonitas e Russas) ou de dotações (no caso das colônias Japonesas).

No início, os colonos estrangeiros, sobretudo os Menonitas, utilizaram tecnologia intermediária (tração animal). Atualmente todas as colônias estrangeiras empregam tecnologia agrícola moderna, com mecanização em praticamente todas as fases do cultivo. Só costumam contratar força de trabalho para certas tarefas complementares, principalmente na capina e na colheita.

Outra diferença importante com relação ao grupo anterior (empresários nacionais), é a presença permanente do proprietário na unidade produtiva.

3.4. A situação atual dos colonos nacionais

Como foi antecipado, os colonos nacionais são camponeses originários do Ocidente boliviano (Altiplano e Vales).

Uma vez que a cultura de arroz sempre foi importante para estes colonos, pois ela continua sendo cultivada mesmo com rendimento muito abaixo da média departamental, passa-se a descrever melhor certos aspectos relacionados com esta cultura.

3.4.1. O arroz: cultura central nas unidades produtivas

O arroz, segundo BOHAN (1942), era um dos dez produtos suscetíveis de serem produzidos internamente, aumentando-se a área e/ou o rendimento por área até o ponto

de prescindir das importações. Outros produtos agrícolas, incentivados no Departamento de Santa Cruz, eram a cana-de-açúcar e o algodão.

Quando se materializou a colonização da zona Norte de Santa Cruz, as famílias migrantes tiveram no arroz a principal cultura, já que ela era importante tanto no auto-consumo quanto na obtenção de renda. A opção pela produção de cana-de-açúcar foi mais difícil para a maioria dos colonos, dado que as terras aptas para tal cultura estavam principalmente nas mãos dos antigos fazendeiros (agora pertencentes à categoria "empresários nacionais") localizados ao redor das usinas - privadas e estatais - instaladas na chamada "área integrada". Contudo, em termos de número de produtores do setor canavieiro, os colonos nacionais ainda constituem a grande maioria. Este fato foi muito bem utilizado pelos empresários canavieiros na hora de negociar créditos, preços e custos de produção com o governo. Este teve que assumir as perdas derivadas da baixa competitividade do açúcar nacional no mercado mundial. Consequentemente, o uso da estrutura de custos dos pequenos produtores como referência em tais negociações, garantia uma margem de lucro maior para os empresários nacionais.

Os primeiros migrantes assentados na colônia de Yapaquí e outras colônias nacionais, que tiveram o privilégio de contar com floresta virgem e com um preço bom para a cultura do arroz, conseguiram atingir um grau razoável de capitalização. Inclusive alguns deles

conseguiram passar à categoria seguinte (produtores mecanizados) ou viraram prósperos empresários no setor comercial e/ou de serviços do "Comando" (principal centro urbano da colônia Yapacani) e outros povoados.

Até aproximadamente a metade da década dos 70, os preços do arroz eram atrativos e permitiam aos agricultores obter certa margem de lucro (ver tabela I.5, no apêndice 1, p.144). Não obstante, a partir deste momento a demanda interna deste produto começou a se saturar e conseqüentemente deu lugar a uma queda no seu preço.

Cabe assinalar que na saturação do mercado doméstico de arroz, os "colonos japoneses" e os "empresários nacionais", também estabelecidos nesta região, capitalizados e mecanizados, contribuíram aumentando sua produção tanto pela via de incorporação de novas áreas quanto pela adoção de novas tecnologias (novas variedades, controle químico de pragas, etc.).

A saturação da demanda doméstica do arroz coincidiu com os problemas de redução de rendimentos experimentados pelas colônias nacionais mais antigas. Entre estas, a colônia Yapacani foi talvez a mais afetada, devido a seus frágeis solos, principalmente da parte sul, que começaram a dar claras mostras de esgotamento. As altas precipitações pluviais (3.000 mm/ano, em média) associadas ao relevo acentuado que caracterizam estas áreas, agora sem floresta, contribuíram à rápida degradação do solo, que por sua vez, gerou uma sensível redução no rendimento do arroz.

3.4.2. A "crise do pousio" e a procura de saídas

Em decorrência do panorama mostrado na seção anterior, a maioria dos colonos de Yapacani ingressou numa etapa muito difícil, vendo-se obrigados a procurar outras vias de desenvolvimento. Alguns tentaram sair deste impasse através da mecanização, mas o resultado foi ainda pior. A perda de nutrientes do solo foi facilitada com o revolvimento da terra arenosa, caindo dramaticamente os rendimentos após o primeiro ano de lavoura mecanizada. Outros iniciaram um processo de diversificação, introduzindo gado de leite e/ou de corte, incentivados pela assistência técnico-financeira de algumas instituições não-governamentais presentes na colônia (Projeto Heiffer, FAO). Outros simplesmente limitaram sua produção ao âmbito da subsistência. Outros ainda optaram pela emigração para os centros urbanos ou procuraram terra virgem na fronteira agrícola. Aqueles assentados nas proximidades do rio Yapacani tiveram sucesso com as plantações de banana, devido ao enriquecimento do solo acarretado pelos sedimentos acumulados pelo rio. Por último, naquela época já existiam também alguns agricultores que haviam encontrado na cultura da coca uma forma de tornar relativamente estável sua unidade produtiva.

As múltiplas alternativas em experimentação eram permanentemente avaliadas de modo informal pelos agricultores. Esta procura de alternativas passou a ser preocupação também de diversas instituições governamentais e

nao-governamentais (CIAT, CORDECRUZ, FAO, CIPCA, PROJETO HEIFFER).

Em 1978, o Centro de Investigación Agrícola Tropical (CIAT), com assessoramento da Missão Britânica (MB), fez um diagnóstico de toda a área de colonização do Departamento, detectando aquilo que os agricultores já há algum tempo estavam sentindo. Este diagnóstico batizou este impasse técnico-econômico dos agricultores, das diversas áreas de colonização, com o nome de a "crise do pousio". Acreditava-se que a causa do problema era principalmente de origem técnica. O argumento era que o insuficiente período de pousio fazia com que a ervas daninhas não fossem razoavelmente eliminadas, dificultando assim o seu controle. Isto trazia como consequência uma elevação dos custos de produção, provocando ao mesmo tempo, uma queda no rendimento das culturas.

Também existia a hipótese de que a carência de nutrientes do solo cobertos com capoeiras era uma das causas importantes na queda dos rendimentos do arroz. No entanto posteriores estudos do CIAT mostraram que esta hipótese não era constatável na maioria dos casos.

Em uma recente reavaliação da tese da "crise do pousio", THIELLE (1991) sustenta que tal teoria não levou em conta a questão dos preços relativos da cultura de arroz, sendo esta a variável chave que explicaria, de modo mais consistente, o ingresso dos agricultores na referida "crise

do pousio". Isto é, não era só um problema de origem técnica, mas uma combinação desta com a saturação do mercado que originou a "crise dos agricultores", pois ocasionou uma queda no preço e tornou inviável a inovação tecnológica nesta cultura. Cabe esclarecer que a saturação do mercado do arroz foi principalmente devida ao aumento da superfície e complementarmente ao aumento do rendimento por área dos agricultores mecanizados do Departamento, tanto estrangeiros quanto nacionais.

No entanto, para fins do presente estudo, o que realmente interessa é mostrar que os colonos de Yapacani, mais a grande maioria dos colonos do resto do Departamento, e a população do país em geral, enfrentavam na metade da década de 1970 uma situação de aguda recessão econômica. A zona de colonização nacional foi praticamente abandonada a sua sorte. Neste momento estavam dadas as condições para que estes colonos se tornassem um contingente de força de trabalho sustentadora dos mercados informais e ilegais de trabalho.

No caso específico da parte sul da colônia de Yapacani o panorama era talvez mais dramático; os rendimentos da cultura do arroz eram comparativamente inferiores (1.000-1.200 kg/ha) aos de outras áreas de colonização e da própria colônia de Yapacani (1.800-2.200 kg/ha) (HOYOS *et alli*, 1987).

Foi justamente a partir deste momento que teve início a atividade do narcotráfico de forma

significativa no âmbito nacional, tendo seu centro de operações na região do Chapare. Os colonos de Yapacani que mantinham estreitos vínculos de amizade e parentesco com colonos daquela região vizinha, na qual o modelo de exploração agrícola com o componente da coca, como eixo, já era bem conhecido, logo perceberam a viabilidade deste modelo na própria colônia de Yapacani. Foi assim que teve início um intenso processo de transferência tecnológica, de modo informal, que sem dúvida teve um grande sucesso. Com o passar do tempo o preço da coca foi aumentando até atingir níveis altamente satisfatórios para os produtores²⁵. No entanto, como se pode ver na tabela 08, a seguir, nos últimos anos houve uma queda no preço devido à intensificação da interdição.

²⁵ Convém esclarecer, no entanto, que para os camponeses localizados em regiões não-produtoras de coca, a súbita elevação do preço da coca constituiu talvez o maior sofrimento de suas vidas. O presente autor tem informações de camponeses da Provincia Cordillera do Departamento de Santa Cruz, que durante a segunda metade do ano de 1979 (ano em que se intensificou visivelmente o narcotráfico), a coca foi substituída por "chicletes" durante várias semanas.

Tabela 08. Evolução dos preços da coca na Bolívia

Ano	US\$/kg
1976	0,86
1985	1,65
1986	1,64
1987	1,59
1988	1,38
1989	1,27
1990	0,52
1991	1,00

Fonte: Elaboração própria com base em:
 - LA ECONOMIA... (1991): p. 17
 - DIRECO

É preciso esclarecer que os preços da coca obedecem não só a fatores de mercado. Eles são altamente sensíveis à influência de fatores relacionados ao clima sócio-político, particularmente às medidas de interdição do narcotráfico. Daí que, como apontam FLORES e BLANES (1984, p.174-5), "... os preços acima sofrem grandes variações ao longo do ano e, inclusive, ao longo do mês. Por exemplo, em abril de 1983, o preço passou de Bs. 1,09/kg de folha de coca para Bs. 0,43/kg e em agosto do mesmo ano, o preço baixou de Bs. 3,04/kg a só Bs. 0,87/kg".

No entanto, dadas as vantagens técnicas e a escassez de opções agrícolas, a coca não demorou muito tempo em tornar-se o mais importante componente das unidades de produção da colônia Yapacaní. As unidades produtoras de banana, como é sugerido na análise realizada pelo CIAT, em 1987, talvez se constituíram em uma exceção.

A incorporação da cultura da coca na estrutura de produção significou para a grande maioria dos colonos de Yapacaní, uma saída vitoriosa da "crise do

pousio". Ela garantiu, pelo menos no curto prazo, uma estabilidade das suas unidades produtivas e de toda a colônia, pois esta passou a ser uma região de absorção de migrações.

3.5. O período 1978-1982: a crise política e a economia da coca e seus derivados

É preciso relacionar agora as mudanças na estrutura de produção que estavam acontecendo nas áreas produtoras de coca com os acontecimentos sociais, políticos e econômicos que o país estava vivendo neste período.

De acordo com ARRIETA (*op cit*, p.121), "o conteúdo central dos confusos acontecimentos políticos que determinaram a queda do Governo do Gal. Hugo Banzer, bem como a variada sucessão de golpes, contragolpes e eleições²⁶, que tiveram lugar entre 1978 e 1982, não é

26 A cronologia, ano por ano, é a seguinte:

- 1978. Banzer é destituído por Pereda (21 de Julho); Pereda pelo Gal. Padilla (24 de novembro), o qual convocou as eleições.
- 1979. Eleições. Diante da falta de vencedor absoluto (51%), o Congresso deve eleger entre os candidatos mais votados. Depois de seis votações sem acordo, toma posse o presidente do Congresso, Dr. Guevara (8 de Agosto). O Cel. Natusch depõe Guevara (1 de novembro). Ante a repulsa geral, entrega o poder ao Congresso, que nomeia à presidente das Câmaras, Sra. Gueyler (16 de novembro). Convocatória de eleições.
- 1980. Eleições (29 de junho). Nova falta de maioria absoluta. O Congresso se prepara para eleger o Presidente. O Gal. García Mesa se adianta e depõe Gueyler (17 de julho).
- 1981. Ante um levantamento da Guarnição Militar de Santa Cruz, dirigida pelo Gal. Natusch e o Cel. Añez, García Mesa renuncia. Uma Junta de Comandantes (4 de Agosto) designa Presidente um de seus integrantes, Gal. Torrelio (4 de setembro).
- 1982. O Cel. Rico Toro, Comandante do Colégio Militar de La Paz, se

outro senão a resistência à abertura democrática e o "retorno aos quartéis" das Forças Armadas. Esta resistência foi exercida por certos grupos econômicos, dos quais alguns militares faziam parte".

Na opinião de ARRIETA (*Op cit*, p.121), "...este retorno à democracia, não só era fruto longamente perseguido pelos movimentos populares, pelos partidos políticos, pelos setores de empresários e pelos militares "constitucionalistas", como também resultado da pressão externa, principalmente por parte dos EUA e da Comunidade Econômica Européia (CEE)".

Ainda o mesmo autor aponta o seguinte: "...mas na realidade nacional havia um novo elemento. Dentre aqueles que resistiam às mudanças estavam os que não o faziam por razões exclusivamente político-ideológicas ou na defesa de interesses minoritários. Por baixo destas clássicas motivações existia agora um novo fator responsável pela consolidação e expansão da economia informal ou paralela" (ARRIETA *op cit*, p.121). Surgia, agora, a produção e comercialização de alcaloides, (ou mais exatamente, da matéria-prima para obtê-los) a partir da folha de coca e da

proclama Presidente (19 de julho). Torrelío entrega a Presidência ao Gal. Vildoso (21 de Julho), que se viu obrigado a convocar o Congresso de 1980. Este, elege o vencedor da primeira maioria nas duas eleições consecutivas, Dr. Siles Suazo (5 de outubro) que assume a Presidência Constitucional (10 de outubro) (ARRIETA *op cit*, p.121) .

"pasta básica"²⁷. Essas atividades passaram a ser genericamente conhecidas como "narcotráfico" e chegaram a ser reveladas ao público nacional e internacional no período de referência.

Podem ser muitas as causas que induziram o País a este processo, mas é indubitável que a fracassada tentativa de desenvolvimento estabelecida pelo Estado a partir de 1952 e sustentada pelo apoio financeiro dos países centrais, foi uma constante não só na Bolívia como também no âmbito da maioria das economias latino-americanas. Foi a partir deste momento que a Bolívia e outras nações ingressaram em um "novo modelo econômico de acumulação capitalista", não menos dependente que o anterior. Sobre o particular vale a pena a seguinte colocação de SCHWARTZ (1992, p.5): "Depois de uma década de estagnação econômica, a América Latina encontra nas drogas um modelo de crescimento que não cabe nas receitas convencionais de ajuste. Enquanto governos e economistas criam pacotes e modelos para o mundo da economia formal, as sociedades encontram saídas para a sobrevivência na realidade informal e paralegal".

Na nova divisão internacional do trabalho, aponta CAMACHO (1991, p.98), "... a mão invisível do mercado

27 No processo de obtenção de cocaína (cloridrato de cocaína), o passo inicial é a obtenção de Sulfato. Estima-se que de 300 kg de folhas de coca se obtém 3 kg de sulfato, de tres kg de sulfato se obtém 1 kg de "pasta básica" (óxido de cocaína), e, finalmente de um kg de pasta básica se obtém aproximadamente 900 gr de "cocaína" (BASCOPE 1982, p.29; FLORES e BLANES 1984, p.166-7).

internacional encarregou-se, da mesma forma que fez no passado, de induzir os países da periferia à produção de matéria-prima".

Os camponeses produtores desta matéria-prima transferem excedentes a outros setores sociais, sem capacidade para negociar o valor do mesmo. A presença do capital do narcotráfico tem alterado caoticamente o padrão de desenvolvimento das regiões produtoras de coca. A subordinação dos agricultores a este capital, assinalam FLORES e BLANES (1984), não só provocou uma tendência à monoprodução de coca, mas também induziu os produtores ao processamento artesanal de "pasta básica", assumindo um risco cada vez maior²⁸. De outro lado, MANSILLA e TORANZO (1991) advertem a decomposição dos vínculos primários com a terra e com a natureza assim como do sistema de solidariedade orgânica. Este universo tradicional foi substituído por uma modernidade de terceira categoria, que só possui as desvantagens e nenhuma das virtudes do moderno capitalismo.

3.6. Algumas prováveis consequências da carência de "Planejamento"

A partir dos diferentes planos de governo executados a partir de 1952, a denominada "área integrada" e

²⁸ O ingresso ao "processo de verticalização" por parte dos produtores de coca, implica uma subordinação mais direta com o capital do narcotráfico e um enfrentamento aberto com as forças de repressão do governo. Maiores detalhes e inclusive evidências fotográficas podem ser encontradas em CANELAS e CANELAS (op cit, anexos).

a cidade de Santa Cruz (capital do Departamento) transformaram-se num verdadeiro centro de absorção de migrações.

O dinamismo adquirido pelo Departamento de Santa Cruz, segundo MERIDA e SALDIAS (1991), se reflete na taxa de crescimento da população (4,19% a.a.) que, para o período 1950-1976, é o dobro do experimentado pela população nacional. Muito mais importante foi a taxa de crescimento da população da cidade de Santa Cruz, da ordem de 7,23% a.a. Ela ultrapassa claramente as taxas de crescimento das cidades de La Paz e Cochabamba, passando a ser, em 1976, a terceira cidade do país em termos de população. Este fato revela a grande importância das imigrações no Departamento.

Entre 1976 e 1988, ainda de acordo com MERIDA e SALDIAS (*Op cit*), houve uma leve queda na taxa de crescimento da cidade de Santa Cruz (cf. quadro 02, p.76). No período 1976-1983, quando os primeiros sintomas da crise econômica nacional se fizeram sentir (retração das culturas da cana-de-açúcar e algodão, início da inflação, etc.), a taxa de crescimento demográfico total sofreu certa queda (7,09 % a.a.) e esta queda foi maior no período final durante a época da hiperinflação²⁹ (5,22% entre 1983 e 1988). Mesmo assim, neste período a cidade de Santa Cruz passou a ser a segunda cidade do país, em termos de número de habitantes.

Não obstante, este crescimento concentrado na cidade de Santa Cruz está provocando um desenvolvimento

²⁹ A hiperinflação da economia boliviana atingiu, em 1985/86, a astronômica cifra de 26.000% ao ano.

caótico, com grandes déficits no fornecimento dos serviços sociais básicos. A seguir apresentam-se alguns indicadores que revelam a qualidade de vida que este dinamismo populacional oculta.

De acordo com o citado estudo de migração, emprego e moradia feito no centro urbano de Santa Cruz, temos o seguinte:

Moradias

De acordo com VARGAS *et alli* (1991), a porcentagem de moradias deficientes e inaceitáveis englobava 30,8% do total de famílias. No entanto essa porcentagem aumenta sensivelmente nos bairros periféricos (a urbanização da cidade tem forma anelada, partindo do núcleo central que constitui a área melhor dotada de infra-estrutura).

Disponibilidade de serviços básicos

No mesmo estudo de VARGAS (*Op cit*), foi encontrado que 44,9% do total das famílias da cidade carecem de água encanada, no interior da moradia; 43,2% das moradias não dispõem de banheiro para uso exclusivo dos membros da família; 74,7% das moradias carecem de serviços de esgotos; e, finalmente, 14,6% das famílias carecem de energia elétrica (isto acontece principalmente nos bairros novos) (ver tabela I.6, no apêndice 1, p.145). Nesta mesma tabela, tem-se que 31,2% do total das famílias da cidade de Santa Cruz carecem dos três serviços mais importantes para a saúde da população. De outro lado, observa-se também que a disponibilidade destes serviços diminui para os bairros afastados do centro da cidade.

Pobreza

Com relação à pobreza, o citado estudo revelou que 4,4% do total das famílias de Santa Cruz são famílias indigentes; 35,9% são famílias pobres; e 56,1% das famílias são não-pobres³⁰. Ver tabela 09 a seguir.

Tabela 09. Famílias da cidade de Santa Cruz segundo nível de pobreza, 1988

NÍVEL DE POBREZA	TOTAL FAMÍLIAS	% DO TOTAL
TOTAL	120.006	100,0
Indigentes	5.274	4,4
Pobres	43.135	35,9
Não-pobres	67.357	56,1
Ignorado	4.240	3,5

Fonte: VARGAS 1991:69

Observa-se, na tabela 09, acima, que 40,3% das famílias da cidade apresentam renda insuficiente para cobrir suas necessidades básicas (ou seja, sofrem de indigência ou pobreza). No entanto, se se considera a população total (não só o número de famílias), observa-se que esta porcentagem aumenta para 50,4%. Isto é devido à conformação mais numerosa das famílias mais pobres (ver tabela I.7, no apêndice 1, p.146).

³⁰ O critério utilizado na determinação da linhas de pobreza foi o seguinte: "i) Famílias indigentes. Renda insuficiente para alimentação essencial mínima; ii) Famílias pobres. Renda acima da indigência mas insuficiente para gastos básicos de vestuário, moradia, educação e outros; e iii) Famílias não-pobres. Renda superior ao custo dos bens e serviços essenciais" (VARGAS *op cit*, p.68-9).

4. A COLÔNIA DE YAPACANÍ

No presente capítulo serão reveladas as características culturais dos colonos de Yapacani. A seguir, se situará esta colônia no contexto histórico do País, relacionando-a com os planos do governo que lhe deram origem. Serão mencionadas, também, algumas das circunstâncias que propiciaram a consolidação das culturas de arroz e coca, prevalescente na maioria das unidades produtivas da colônia, antes da execução do programa de erradicação de coca. Finalmente, serão apresentados os resultados do estudo empírico. Este estudo foi realizado num momento de importantes mudanças da colônia de Yapacani, decorrentes da nova intervenção do governo.

4.1. Aspectos culturais da colônia de Yapacani

Uma das características fundamentais do processo de colonização em Yapacani, até os anos 1970, era sua configuração étnico-cultural. Foi um dos primeiros e principais centros receptores da migração do ocidente do país. Os grupos de "quechuas" e "aymaras" mudaram as características da região, tanto no aspecto social quanto no

físico. O contorno natural foi alterado. O desmatamento da floresta e o desconhecimento de técnicas apropriadas, para conduzir lavouras nos frágeis solos com inclinações pronunciadas e elevadas precipitações pluviais, não demoraram em traduzir-se em um esgotamento do solo. Houve, então, uma queda sensível na produtividade da principal cultura comercial e de auto-consumo dos colonos: o arroz.

No aspecto cultural, os colonos de Yapacani tiveram que assimilar certas mudanças na alimentação e na vestimenta. Tiveram que substituir, por exemplo, cereais como a *quinua* e tubérculos como a batata, tradicionalmente consumidos no lugar de origem, pelo arroz e a mandioca, respectivamente. Quanto às vestimentas, é provável que as mulheres tiveram que suportar o maior sacrifício. As tradicionais saias usadas no Altiplano não as protegiam adequadamente da voracidade dos insetos do trópico, pelo menos durante o processo de adaptação.

Porém, alguns hábitos eram demasiado importantes e praticamente não tinham substitutos. Este foi o caso da mastigação da folha de coca. No entanto, os colonos de Yapacani tinham conhecimento de que a coca era possível de ser cultivada em Yapacani, embora o produto fosse de menor qualidade em relação à obtida nas áreas tradicionais dos Yungas de La Paz. Daí que alguns colonos decidiram introduzir plantas de coca, na colônia, para satisfazer suas necessidades de auto-consumo e, em alguns casos, também para a venda de pequenos excedentes no mercado.

Como foi visto no capítulo anterior, este último detalhe cultural e o conhecimento da tecnologia da lavoura da coca pelos migrantes tornaram-se variáveis importantes no desenvolvimento sócio-econômico desta colônia. Isto ficou evidente a partir do momento em que o crescimento da demanda provocou um aumento espetacular do preço da "folha de coca".

4.2. Arroz e coca: opção caótica perante a crise

O "boom" do narcotráfico coincidiu com a "crise do pousio" (maiores custos de produção e baixos rendimentos do arroz) e com a saturação da demanda de arroz no mercado nacional. O resultado foi uma redução do preço deste produto, fazendo com que a combinação arroz/coca se transformasse numa opção agrícola que levou à fixação do colono em sua parcela de terra, pelo menos no curto prazo.

O narcotráfico consolidou sua presença nas proximidades de Yapacani. Instalou diversas unidades clandestinas de processamento industrial, onde as folhas de coca eram transformadas em pasta básica. A grande demanda de coca na região elevou o seu preço a níveis que permitiam uma boa remuneração ao capital (ver quadro 03 e tabela 11, p.115 e 117, respectivamente). Foi assim que a plantação de coca se transformou numa atividade praticamente irresistível para a grande maioria dos colonos de Yapacani.

De acordo com os depoimentos dos agricultores, as vantagens da coca em relação as outras culturas são as seguintes: tecnologia conhecida, baixo custo de implantação, alta rusticidade, precocidade, distribuição da colheita ao longo do ano em quatro períodos, possibilidade de valorização da força de trabalho familiar, baixa relação peso/volume, boa adaptação às condições de solo da colônia de Yapacaní, facilidade de transporte, facilidade de comercialização, bom preço, melhor fluxo de caixa, maior rentabilidade, menor valor de capital de giro e possibilidade de obter lucro.

Obviamente, nem tudo era vantagem. Existia a proibição à produção e comercialização de cocaína e era por demais evidente que a demanda da folha de coca, na região, era destinada, principalmente, à fabricação de pasta básica e cocaína. No entanto, até a aprovação da lei 1008 (vigente a partir de julho de 1988), não existia uma proibição legalmente explícita à produção da coca no território nacional. Os colonos também não achavam que era sua função o controle da delinquência do País, menos ainda na situação de abandono em que se encontravam. Por outro lado, a coca era considerada uma cultura tradicional na Bolívia e, portanto, não havia razões para eles se autodefinirem como delinquentes. Então, os colonos simplesmente se limitaram a seguir as sinalizações de preço que o mercado emitia. Daí as plantações da coca feitas, pela maioria dos colonos, em quantidades superiores às suas necessidades de autoconsumo.

4.3. Desenvolvimento planejado vs. desenvolvimento espontâneo

A Colônia de Yapacani certamente seguiu a tendência do Chapare quanto ao seu desenvolvimento econômico. A preferência pela lavoura da coca obedeceu à conjugação de fatores endógenos e exógenos como clima, solo, aspectos culturais, marginalização em relação a prestação de serviços públicos, mercado, entraves tecnológicos, entre outros. São fatores condicionantes que têm como denominador comum o subdesenvolvimento boliviano, onde o Estado não tem condições de pôr em prática planos globais de desenvolvimento, que direcionem a iniciativa dos cidadãos.

Os colonos nacionais são, em geral, indivíduos que não têm acesso às fontes de trabalho urbano e tampouco possuem, no lugar de origem, uma suficiente base de recursos para garantir a reprodução de sua força de trabalho familiar. Diante desta situação, a partir de 1952, passou a existir a opção de migrar rumo às áreas de colonização. Lá, seria possível desenvolver estratégias de sobrevivência, geralmente em condições de extrema precariedade de recursos de capital e conhecimentos técnicos.

Por exemplo, os antigos colonizadores espontâneos, da vizinha região do Chapare, entraram naquela área quando não existiam estradas. A distância e o clima obrigaram a maioria dos colonos a depender da coca como cultura comercial básica. Em tais condições de isolamento, a coca era o único produto que - por sua facilidade de

transporte, sua resistência à perecibilidade, seu baixo peso e seu preço mais ou menos estável - garantia ao colono a possibilidade de conservar sua terra, ainda que com uma alta dose de sacrifício.

Neste ponto convém lembrar um pensamento de J.M. Keynes, durante a depressão econômica mundial em 1930: "Ainda não chegou o tempo de preferir o bom ao útil. Por mais de cem anos, no mínimo devemos simular para nós e para todos que o justo é injusto; pois o injusto é útil e o justo não o é. Avareza, usura e precaução ainda têm de ser nossos deuses por mais algum tempo. Pois só elas podem tirar-nos do túnel da necessidade econômica para a luz do dia" e ainda acrescentou "o caminho para o céu está calçado de más intenções" (KEYNES 1930, citado por SCHUMACHER 1973, p.21).

Certamente esta foi a ética aplicada pelos colonos, diante de uma situação de abandono e prostração na qual se encontravam. Em tais condições, parece sem lógica exigir deste tipo de agricultores um comportamento coerente com o "moralismo oficial", nacional e internacional que se impõe na legislação recente.

Por outra parte, a colônia de Yapacaní foi parte do Projeto Nacional de Colonização que, por sua vez, fazia parte de um Plano de Desenvolvimento. Contudo, de acordo com o que foi visto no capítulo I (seção 1.4), para que um Plano seja coerente e racional é necessário haver um processo iterativo onde o diagnóstico seja constantemente reformulado a partir das periódicas avaliações.

No caso da colônia Yapacani fica claro que foi um processo de planificação incompleto e, portanto, uma intervenção estatal altamente irracional. Tanto que a presença da economia da coca na colônia foi percebida dez anos depois de estar plenamente estabelecida. Neste período, os agricultores ficaram praticamente sem direcionamento e sem apoio estatal.

Foi neste período que, diante da debilidade ou da inexistência dos subsistemas de apoio à atividade produtiva da agropecuária propriamente dita (assistência técnica, crédito, canais de comercialização, unidades de processamento industrial de produtos agropecuários, etc.)³¹, o narcotráfico organizou sua produção de modo muito eficiente, aproveitando a experiência já existente entre os colonos com respeito à lavoura da coca.

Usando a produção e os conhecimentos tecnológicos que os colonos tinham, os "fabricantes de cocaína" se limitaram a estabelecer suas "unidades de processamento industrial" nas proximidades de Yapacani. A finalidade era processar a produção de folha de coca excedente desta colônia.

Ao mesmo tempo foi montado um eficiente subsistema de comercialização encarregado da aquisição da matéria-prima e da posterior venda do produto processado.

O resultado foi que os agricultores optaram pelo desenvolvimento caótico e de curto prazo no lugar de um

31 Para um maior esclarecimento sobre a visão sistêmica do "planejamento" ver SZMRECSÁNYI (1979).

desenvolvimento mal planejado e pessimamente executado. Como resultado, tem-se um paradoxo: a realidade está mostrando aos agricultores que foi graças à coca que a colônia está sendo objeto de reformulação do diagnóstico inicial e de execução de novas tentativas de desenvolvimento dirigida por instituições governamentais.

Por enquanto, o que realmente aconteceu na colônia é que o planejamento inicial foi inconsistente e descontinuo dando passo à "mão invisível" que levou os colonos à produção de coca. No momento em que os colonos ingressam num processo de acumulação advindo do lucro gerado pela cultura da coca, o governo, diante de pressões internacionais, intervém novamente na colônia. Mas, como será visto a seguir, a improvisação e a abordagem parcial do planejamento (desta vez chamado "desenvolvimento alternativo") novamente estão presentes nesta nova intervenção do governo.

4.4. Resultados do estudo empírico

De acordo com os informantes "chaves", na colônia de Yapacani existia, antes da execução do programa de erradicação da coca, uma diversidade muito grande de produtores. Existiam desde aqueles que não tinham nenhuma planta de coca, na sua unidade produtiva, até aqueles praticamente especializados nesta cultura.

4.4.1. Estrutura da produção antes da erradicação

Em um recente estudo de ABREGO *et alli* (1990), realizado pouco antes da erradicação da coca em Yapacani, só 27 dos 153 agricultores entrevistados deram informação espontânea sobre a cultura da coca. No entanto, ficou evidente que o duplo cultivo "arroz/coca" era o mais comum nas unidades de produção da amostragem.

Com base na informação dos 27 colonos, do citado estudo de ABREGO *et alli*, que deram informações espontâneas sobre a lavoura da coca, encontrou-se uma área média de 0,60 ha para a cultura da coca e 2,68 ha para a cultura do arroz. No entanto, detectou-se uma certa correlação negativa entre a área da cultura da coca e a área da cultura de arroz; isto é, na medida que a área média de arroz diminui, aumenta a área média plantada com coca (ver tabela 10 a seguir).

Tabela 10. Área média do Arroz e da Coca, segundo Sub-Regiões da "Faixa Sul" da Colônia Yapacani.

Sub-região (*) /Cultura	I	II	III	MÉDIA TOTAL
ARROZ (ha)	3,30	2,78	1,86	2,68
COCA (ha)	0,30	0,72	0,69	0,60

Fonte: ABREGO 1990: 119

(*) Neste estudo foi estudada só a "faixa sul" da colônia, a qual foi dividida em três sub-regiões: I, II e III.

Segundo informação verbal dos funcionários da Direção Nacional de Reconversão Agrícola (DIRECO), órgão

encarregado da erradicação das plantações de coca, antes da erradicação existia uma distribuição bi-modal da área plantada com coca. Estes informantes mencionaram que a moda nas regiões de mais difícil acesso era maior do que a observada nas outras regiões. Não obstante, a moda inferior era mais importante no conjunto da colônia. Ainda de acordo com DIRECO, a área média plantada na colônia não superava um quarto de hectare.

A partir destes dados, pode-se concluir que - ainda que a produção de coca desta área seja maior do que a necessária para o auto-consumo tradicional (estimada por DIRECO em 0,02 ha) - do ponto de vista da unidade produtiva como um todo, a cultura da coca era mais um componente da estrutura de produção do que uma monocultura.

4.4.2. A marginalização dos não-produtores de coca

Como resultado da negociação entre o sindicato de camponeses produtores de coca e os representantes do governo, aprovou-se um plano de erradicação de coca que teve início na colônia Yapacani. Como compensação, os agricultores que optaram pela erradicação voluntária tiveram direito a uma indenização de US\$ 2.000/ha, mais uma opção de crédito até três vezes maior que a indenização, tendo como limite a quantidade de US\$ 6.000 por agricultor. A execução da erradicação e a indenização foram conduzidas pela DIRECO e o crédito foi outorgado pela PL-480 (agência dependente da USAID, radicada na própria colônia).

É interessante destacar o fato de que se outorgou um prazo aos agricultores para que eles procurassem voluntariamente o escritório da DIRECO e declarassem a área de coca plantada e solicitassem a indenização de US\$ 2000 por hectare a ser erradicado. Feito isso, os colonos recebiam da DIRECO um certificado que os convertia, automaticamente, em clientes com direito ao crédito na agência da PL-480.

Para a maioria dos agricultores a decisão de optar pelo esquema mencionado acima foi muito difícil. Eles estavam diante da ameaça, contida na nova lei 1008, que convertia em delinquentes os agricultores que mantivessem suas plantações de coca na colônia de Yapacaní. Porém, segundo a informação fornecida pela DIRECO, em abril de 1992, mais de 40% dos agricultores optaram por continuar com suas plantações de coca desprezando, assim, a indenização e o crédito³².

Houve agricultores mais "audazes" que optaram por ampliar imediatamente a área de coca em suas propriedades para, depois de estabelecida a plantação, dirigir-se ao escritório da DIRECO para solicitar a correspondente indenização.

Depois de julho de 1990, a erradicação das plantas de coca passou a ser forçada. Nessa situação, o agricultor resistente perdeu o direito de compensação e, inclusive, da opção de crédito. Muitos agricultores tiveram

³² Comunicação pessoal com o Lic. Matias Franco (supervisor técnico da DIRECO), na localidade de Yapacaní.

grandes prejuízos ao ficarem sem coca e sem opção alguma para reiniciar sua atividade produtiva.

No entanto, existiam aqueles que por uma ou outra razão nunca tiveram coca na sua propriedade. Do ponto de vista destes agricultores era óbvio que a política de erradicação da coca era claramente absurda pois, na realidade, premiava-se o suposto delinquente castigando o inocente. Daí que, diante das pressões exercidas por estes agricultores, foi necessário que os planos de erradicação na colônia de Yapacani fossem reconsiderados por seus executores para incluir, no programa de crédito de USAID, os não-produtores de coca (DIRECO, informe interno, 1991). O inacreditável é que isto aconteceu em 1986, na região dos Yungas de La Paz. Naquela ocasião, um grupo de pequenos produtores de café - de uma microregião dos Yungas - que não produziam coca por oferecer esta cultura uma rentabilidade menor do que a do café, tiveram que introduzir o plantio de coca para ter acesso ao Projeto "Agro-Yungas" do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)³³.

Neste detalhe (repetição do mesmo erro) pode-se confirmar a falta de coerência dos planos do programa de "desenvolvimento alternativo". Esta atitude é também reveladora do caráter parcial e excludente que parece manter-se constante, apesar dos novos discursos de "desenvolvimento alternativo" e de "coca por desenvolvimento", tanto do governo quanto das Instituições

³³ Notas de campo do autor durante entrevistas realizadas com agricultores residentes na região dos Yungas, em 1987.

Internacionais mais interessadas na solução definitiva deste problema.

4.4.3. Renda do capital na cultura da coca

De acordo com os dados obtidos no "sondeio"³⁴ de 1987, determinou-se a renda do capital na cultura da coca. Tanto em Yapacaní quanto no Chapare o custo de implantação desta cultura é baixo se comparado com os custos de implantação da mesma cultura na região dos Yungas. Naquelas regiões, a coca é implantada nas áreas desmatadas e destinadas inicialmente às culturas anuais como o arroz, o milho e a mandioca. De outro lado, a maior fertilidade do solo e a topografia plana permite sua implantação direta, isto é, sem prévio preparo do solo. Nos quadros 03 e 04 (ver pp. 115 e 116), temos a estrutura de custos da cultura da coca para a colônia de Yapacaní.

É interessante destacar o fato de que na cultura da coca o fator limitante é o controle de ervas daninhas. Daí que o controle químico foi uma tecnologia rapidamente difundida, principalmente entre aqueles colonos desejosos de ampliar a área de cultivo. No entanto, existiam também aqueles produtores que não utilizavam esta tecnologia, limitando-se unicamente ao emprego da mão-de-obra familiar ou contratada.

Para as finalidades desta análise, elaborou-se o custo de produção da coca utilizando-se dois tipos de controle de ervas daninhas: "com controle químico" e "com

³⁴ Metodologia multidisciplinar de caracterização de sistemas de cultivo desenvolvida pelo Instituto de Ciência e Tecnologia Agrícolas (ICTA) de Guatemala. Trata-se de enquetes exploratórias modificadas, com características próprias, como uma resposta às restrições de orçamento e de tempo. A informação obtida é de natureza qualitativa, a qual é posteriormente complementada do ponto de vista quantitativo (Uma maior informação pode ser encontrada em HILDEBRAND e RUANO, 1982)

controle manual" (ver quadros 03 e 04, pp.115 e 116, respectivamente).

Como já foi dito, a planta de coca é uma cultura perene e a sua vida útil varia segundo as condições de clima e topografia. No caso da coca cultivada em Yapacaní e Chapare, a plantação de coca é inicialmente consorciada com outras culturas (ver maiores detalhes, sobre os métodos de produção da coca, no apêndice II, p.147); conseqüentemente, os custos monetários de implantação são inexistentes. Os custos não-monetários (canteiros, mudas e plantação) de implantação da coca foram estimados em US\$ 20 por $\frac{1}{4}$ ha. Admitindo uma vida útil de só 10 anos, teríamos uma depreciação anual de US\$ 2 por $\frac{1}{4}$ ha de coca.

Como na colônia de Yapacaní, a planta de coca começa a produzir 4 meses depois da sua implantação e, sendo baixo o seu custo de implantação (US\$ 20 por $\frac{1}{4}$ ha), o fluxo de caixa gerado por esta cultura, não apresenta cifras negativas nem para o primeiro ano. Nos quadros 03 a 04 apresentamos o cálculo da renda do capital ³⁵ para a cultura na coca, o qual dá uma idéia da sua rentabilidade "com controle químico" e "com controle manual".

35 Com relação ao conceito de "renda do capital" pode-se consultar HOFFMANN et alli (1987, p. 62).

Quadro 03. Renda do capital "com controle químico" para a cultura da Coca em Yapacani, por ¼ ha, 1987. (Em US\$)

	Unidade	Preço	Qde.	Total
I. Receita				
Rendimento (4 safras)	Pacote *	11.96	20	<u>239,2</u>
II. Custos				
Variáveis				<u>165,75</u>
Mão-de-obra				
Aplic. Herbicida	1 H/D	3.8	2	7,6
Colheita	1 H/D	3.8	33	125,4
Secagem	1 H/D	3.8	1,25	4,75
Transporte	1 H/D	3.8	5	19,0
Tot. Custo M-D-O				156,75
Insumos				
Gramoxone	1.	6	1,5	9,0
Custos Fixos				<u>1,25</u>
Depreciação				
Ferramentas **				0,25
Aspersora ***				1,0
Custos Total				<u>167,0</u>
III. Renda do capital (I-II)				<u>72,2</u>

Fonte: Elaboração própria com base em CIAT, 1987: p. 42

* Um pacote equivale a 50 lbs. ou 23 kg.

** No cálculo da depreciação, o valor de mercado das ferramentas (enxada e facão), foi distribuído entre os 3 anos de vida útil (estimado), e pela média de ha cultivadas anualmente pelo colono.

*** Neste caso, se procedeu da mesma forma que no caso das ferramentas. Só que a vida útil da aspersora foi estimada em 5 anos.

Como a variável preço é muito sensível, no caso da cultura da coca, determinou-se o preço que iguala receita e custo (o break-even-point). Assim, encontrou-se que, *ceteris paribus*, o preço que iguala custo e receita para o caso da tecnologia "com controle químico" era de US\$ 8,35/pacote. De acordo com isto, se observamos na tabela 11

(p.117) veremos que a produção de coca, utilizando este sistema de produção, é uma atividade que ainda oferece altas possibilidades para se obter lucro.

Quadro 04. Renda do capital "com controle manual" para a cultura da coca em Yapacani, por ¼ ha, 1987. (Em US\$)

	Unidade	Preço	Qde.	Total
I. Receita				
Rendimento (4 safras)	Pacote *	11.96	20	239,2
II. Custos				
Variáveis				<u>301,15</u>
Mão-de-obra				
Capina	1 H/D	3.8	40	152,0
Colheita	1 H/D	3.8	33	125,4
Secagem	1 H/D	3.8	1,25	4,75
Transporte	1 H/D	3.8	5	19,0
Tot. Custo M-D-O				301,15
Insumos				
Gramoxone	1.	-	-	-
Custos Fixos				<u>0,25</u>
Depreciação				
Ferramentas *				0,25
Aspersora				-
Custos Total				<u>301,4</u>
III. Renda do capital (I-II)				<u>(62,2)</u>

Fonte: Elaboração própria com base em CIAT, 1987: p. 42

* Um pacote equivale a 50 lbs. ou 23 kg.

** O valor das ferramentas (enxada e facão), foi distribuído entre os 3 anos de vida útil (estimado), e pela média de ha cultivados anualmente pelo colono.

No caso da cultura da coca "com controle manual", o preço que iguala custo e receita é de US\$ 15,07/pacote. Conseqüentemente, com o preço de US\$ 11,96/pacote, a renda do capital apresentou saldo negativo. No entanto, a rentabilidade não é o único aspecto que interessava ao colono de Yapacani. Era importante também a

própria geração de emprego familiar (pois era uma forma de valorização da mão-de-obra familiar que, em geral, tem poucas opções de trabalho alternativo, sobretudo em determinadas épocas do ano). Isto explica o fato de muitos agricultores cultivarem coca ainda "com controle manual".

Em ambos os sistemas de produção, se exclui o aluguel da terra. É que, em caso de não haver coca, a invasão de ervas daninhas, nas clareiras, vai impedir a continuidade das culturas anuais. Isso faz com que seja, praticamente, nulo o custo de oportunidade da terra.

Tabela 11. Preços médios da folha de coca na região do Chapare. Setembro/87 - Abril/92. (Em US\$/pacote)*

MES\ANO	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Janeiro		15,23	30,98	7,61	12,78	12,64
Fevereiro		10,37	35,19	5,88	26,32	19,17
Março		11,97	38,71	5,78	34,13	22,93
Abril		11,81	32,76	5,30	25,55	19,88
Maio		15,87	31,09	8,65	19,12	
Junho		28,06	30,71	13,97	26,33	
Julho		52,15	36,23	17,53	17,90	
Agosto		59,05	43,62	22,42	21,59	
Setembro	30,27	46,62	26,28	24,77	27,94	
Outubro	36,72	33,98	16,44	14,59	20,16	
Novembro	33,81	48,05	14,69	10,29	25,54	
Dezembro	40,71	48,84	9,36	6,01	17,96	
MÉDIA	36,38	31,84	11,90	22,94	18,65	18,65

Fonte: Elaboração própria com base em registros da DIRECO

* Um pacote equivale a 50 lbs. ou 23 kg

A tabela acima mostra que, em geral, a média anual dos preços da folha de coca, mantiveram-se ao longo dos últimos 5 anos, bem acima do ponto de equilíbrio encontrado para ambos os sistemas de produção, mesmo no caso do sistema de produção "com controle manual".

4.3.4. Renda do capital na cultura do arroz

No caso da cultura do arroz, ao contrário do caso da coca, a tecnologia é praticamente homogênea. A estrutura de custos é a seguinte:

Quadro 05. Renda do capital na cultura do Arroz em Yapacaní, por ha, 1987. (Em US\$)

	Unidade	Preço	Qde.	Total
I. Receita total				
Rendimento	Fanega *	25	6	<u>150,0</u>
II. Custos				
Variaveis (C.V.)				
Mao-de-obra(M-D-O)				
Prep. do solo	1 H/D	3.8	20	76,0
Semeadura	1 H/D	3.8	5	19,0
Capina	1 H/D	3.8	20	76,0
Aplic. Inset.	1 H/D	3.8	2	7,6
Colheita	1 H/D	3.8	10	38,0
Secado	1 H/D	3.8	1	3,8
Tot. Custo M-D-O				220,4
Insumos				
Semente	kg.	15	0,2	3,0
Pesticida	l.	1,5	15	22,5
Tot. Insumos				25,5
Custos fixos				
Depreciação				
Ferramentas **				7,0
Asperssora ***				1,6
Custo Total				<u>254,5</u>
III. Renda do Capital (I-II)				<u>(104,5)</u>

Fonte: Elaboracao propria com base em CIAT 1987

* Uma fanega equivale a 176 kg

** No cálculo da depreciação, o valor de mercado das ferramentas (enxada, machado, foice e facão), foi distribuido entre os 3 anos de vida útil (estimado), e pela média de ha cultivados anualmente pelo colonc.

*** Neste caso, se procedeu da mesma forma que no caso das ferramentas. Só que a vida útil da asperssora foi estimada em 5 anos.

Com os níveis de rendimento existentes na colônia, a produção comercial desta cultura é praticamente desprezível. Os colonos já perceberam isso, há algum tempo. No entanto, a maioria deles mantém esta cultura como componente de subsistência, dentro de sua estrutura de produção. Como é sabido, para este tipo de produtor o objetivo da "subsistência familiar" é talvez o mais importante. Isso explica o fato deles continuarem produzindo esta cultura, mesmo com rendimentos bem inferiores a média departamental e com "renda do capital" negativa.

4.4.5. Outras opções de produção

Entre as opções alternativas encontradas, em 1987, temos a criação de gado de corte, gado de leite e banana. Atualmente, continuam as mesmas opções de produção, mas sem a coca. Dessas alternativas só tem possibilidades de expansão a de gado de corte. De acordo com os depoimentos obtidos no trabalho de campo, os créditos outorgados aos colonos, afetados pelo programa de erradicação de coca, foram aplicados, majoritariamente, na aquisição de gado de corte e na ampliação de infraestrutura para esta finalidade. No entanto, a opção pelo gado de corte é de baixa rentabilidade, sendo preciso muito espaço em sistemas extensivos. As possibilidades de criação intensiva de gado de corte não é, sequer, considerada pelas estações experimentais. Dada a existência de abundantes áreas de

terra, no Departamento de Santa Cruz, ainda é possível produzir carne em sistemas extensivos.

Mas no caso dos colonos nacionais, se levarmos em consideração o fato de que as glebas são de 20 e 30 ha, é difícil pensar que esta opção seja uma saída válida para a maioria deles. Em todo caso, o que pode acontecer, não existindo outras opções, é um processo de concentração da terra e uma conseqüente diferenciação social no interior da colônia.

No caso da produção de leite, existe o problema da saturação do mercado. Atualmente, a produção de leite na colônia está limitada por cotas. A indústria processadora de leite só pode comprar 4.750 litros nesta colônia. Esta cota de produção já está coberta pelos colonos que se encontram localizados perto da estrada central que divide a colônia.

No caso da produção de banana, o solo limita sua produção, pois esta cultura se caracteriza por ser exigente em fertilidade. A opção de fertilização artificial é considerada inviável pelo CIAT, enquanto os preços dos fertilizantes permanecerem nos níveis atuais (o preço de fertilizantes, no mercado boliviano, é de aproximadamente US\$ 500/tonelada).

4.4.6. Destino incerto do crédito

Em conjunto com o programa de erradicação, executado pela DIRECO, a PL-480 (instituição creditícia

dependente da USAID) instalou-se na colônia Yapacaní com a finalidade de complementar o programa de erradicação. O montante de crédito vai até US\$ 2.000 por ha, para os colonos portadores de certificados de erradicação, outorgados pela DIRECO. Na concessão de crédito, a preocupação fundamental não era a apresentação, pelo beneficiário, de um projeto viável para solicitar o crédito. O que pesava era a apresentação do certificado de erradicação da DIRECO.

Esta observação foi confirmada nas entrevistas realizadas pelo autor, em abril de 1992. Alguns dirigentes da colônia começam a perceber que o crédito concedido tem uma finalidade implícita, que pouco tem a ver com um verdadeiro programa que possibilite aos colonos um desenvolvimento auto-sustentado. Assim, de acordo com as observações dos entrevistados quanto à falta de planejamento e supervisão técnica dos créditos concedidos, fica cada vez mais evidente que o objetivo implícito do programa de crédito foi principalmente exercer pressão sobre os agricultores, através dos mecanismos de cobrança, para impedir que eles voltassem a cultivar a coca.

De acordo com o relatado por alguns dirigentes da colônia, os produtores, na sua grande maioria, beneficiários da indenização e do crédito, fizeram péssimas alocações destes recursos. É que eles não foram acompanhados

pela necessária orientação técnica nem pelo fornecimento de insumos (mudas, sementes, pesticidas, etc.).

Mas a disponibilidade de crédito atraiu, como seria lógico de se esperar, investidores que possuíam maior conhecimento técnico e mais informação de mercado. Destarte, o que se pode esperar é o surgimento, na colônia, de um pequeno grupo de produtores (não necessariamente colonos) que saiba tirar proveito desta conjuntura. De fato, de acordo com as informações obtidas, isso já está acontecendo na colônia.

De outro lado, na época da entrevista (abril de 1992), alguns dos agricultores beneficiários do crédito não tinham condições de pagar os juros, depois de decorrido o primeiro ano de obtenção do crédito.

De acordo com as informações obtidas junto aos entrevistados, os colonos que foram afetados por essas medidas já estão percebendo que fizeram um péssimo negócio. Aceitaram tão facilmente a proposta da erradicação, sem antes contar com uma atividade verdadeiramente alternativa que lhes permitisse uma passagem menos dramática a uma nova estrutura de produção, sem a presença da coca. Aparentemente isto foi percebido por colonos da vizinha região do Chapare, os quais, agora, estão adotando uma nova postura de negociação com o governo: não irão permitir a erradicação da cultura da coca sem antes ter garantida uma renda satisfatória com as opções alternativas propostas pelos agentes responsáveis.

Na opinião de um colono, ex-dirigente da colônia, no momento do convênio com o governo sobre o programa de erradicação da coca, os colonos pensaram só no futuro próximo e acharam interessante ter uma boa quantidade efetiva de dinheiro, que em muitos casos foi destinada ao consumo supérfluo e improdutivo. Por outro lado, acreditavam que o programa de crédito para a região teria sucesso. Existia também um certo temor na ação coercitiva e violenta desencadeada pelos órgãos de repressão ao narcotráfico.

4.4.7. A opção de continuar produzindo coca no Chapare

Um outro fenômeno previsível era o de que os agricultores, que tinham um certo domínio na condução da cultura da coca, isto é, aqueles que só viam na coca uma via de rápida capitalização, decidissem migrar à vizinha região do Chapare para continuar com a cultura da coca, uma vez que, nesta região, ainda é permitido o seu cultivo. No entanto, esta tendência aparentemente foi menor do que se podia esperar. Indagando-se, sobre as possíveis explicações para este fato, chegou-se à conclusão de que nas últimas duas safras surgiram outras variáveis: a melhora substancial do preço do arroz nos últimos 2 anos (praticamente foi o dobro do ano anterior) e a queda do preço da folha da coca. Este último fenômeno foi devido à forte interdição aos traficantes realizada na Colômbia em 1990 e 1991.

Também se deve citar a construção da estrada Chimoré-Yapacaní como um importante fator de retenção dos colonos, uma vez que houve uma revalorização automática das terras por causa das expectativas de um maior dinamismo comercial na colônia.

No entanto, num trabalho de tese realizado por CHAVEZ e HERRERA (1991), relata-se que 6 dos 18 agricultores entrevistados, nesta colônia, possuíam uma outra parcela na localidade de Bulo-Bulo, na área de influência do Chapare.

Isto significa que a opção de continuar produzindo coca naquela região é perfeitamente viável para os colonos de Yapacaní, principalmente depois da construção da estrada que liga as duas áreas. Um aprofundamento da crise tornará essa opção mais viável ainda.

4.4.8. A dificuldade da erradicação definitiva da coca

Segundo informações proporcionadas pelos funcionários da DIRECO, que também operam na região do Chapare, atualmente é um fato evidente a existência de uma "correlação positiva" entre interdição e solicitação de erradicação voluntária de plantações da coca. Isto é, quanto maior a interdição aos traficantes de cocaína maior o número de agricultores que procuram o escritório da DIRECO para solicitar a erradicação voluntária. Isto se deve ao baixo

preço da folha da coca, resultante da repressão aos narcotraficantes, que diminuiu a demanda de coca.

Contudo, apesar das poucas plantações de coca restantes na colônia de Yapacaní (aproximadamente 50 ha, segundo os funcionários de DIRECO), está muito claro que o problema ainda é latente. Por exemplo, existe a possibilidade dos agricultores voltarem a plantar coca depois da saída dos funcionários da DIRECO da colônia. É que ainda não existem alternativas viáveis para a substituição da coca na colônia. De outro lado, é provável que a volta da coca seja a única forma de pagar seus compromissos financeiros, já assumidos e, em muitos casos, sem respaldo produtivo.

CONCLUSÕES

Os resultados do presente trabalho sugerem que: o problema da mudança na estrutura produtiva das unidades da colônia de Yapacaní, onde a cultura da coca passou a ter uma maior importância relativa, nos últimos quinze anos, foi devido à conjugação de múltiplos fatores. Em ordem de importância, temos os seguintes: planos do governo incoerentes e interrompidos, demanda crescente por coca, deterioração da terra depois do desmatamento inicial praticado pelos colonos (a terra tornou-se marginal para a cultura comercial do arroz), condições agro-ecológicas favoráveis para a cultura da coca, escassez de opções agrícolas técnica e economicamente viáveis, tradição - dos colonos de Yapacaní - de mastigação da folha de coca.

Planos incoerentes

Os planos de governo, que deram origem à colônia estudada, partiram de diagnósticos parciais que posteriormente não foram retro-alimentados, dado que a própria implementação do plano foi interrompida. Somente quinze anos depois é que o governo descobriu que a cultura da coca tinha-se convertido na melhor opção técnica e econômica para os colonos. Na tentativa de redirecionar o rumo de desenvolvimento que estava seguindo a colônia, elaborou-se um novo plano que tinha como objetivos

explícitos promover o desenvolvimento auto-sustentado. No entanto, o que se observou foi que a principal preocupação do "novo plano de desenvolvimento" era, simplesmente, a erradicação da cultura da coca.

O que se pode apreender da experiência da colônia Yapacani é a importância de ser elaborado o "planejamento" da economia de um país. As distorções que podem acarretar o *laissez faire*, podem ser perigosas, como no caso de Yapacani. Portanto, se o governo insiste em confundir "plano" com "planejamento" os resultados só podem ser parciais e efêmeros. No entanto, pela forma como está sendo tratado o problema da coca no âmbito nacional, torna-se evidente a insistência na execução de "planos" desarticulados do contexto da economia departamental e nacional.

A crescente demanda de folhas de coca

A demanda de folhas de coca para a elaboração de cocaína é, talvez, a variável que mais afetou o aumento da área plantada com coca na colônia de Yapacani. Sendo esta variável, determinada, em grande parte, por fatores exógenos, torna-se difícil o seu controle. Isto requer algumas reflexões. Segundo o ponto de vista do autor, a propensão ao consumo de um produto como a cocaína está relacionada com certos aspectos estruturais do próprio sistema de produção capitalista. A exagerada credibilidade

no "sistema de preços", como mecanismo ideal de organização da sociedade e de alocação de recursos no sistema capitalista mundial, conduziu algumas sociedades àquilo que se conhece como a "moderna sociedade de consumo". Para satisfazer esta crescente demanda, as firmas tem que elevar sua produtividade. A concorrência de mercado, onde em muitos casos a ética tem pouca relevância prática, obriga as firmas a pensar no curto prazo, com o propósito de satisfazer a voracidade dos consumidores.

Esta estreita relação entre produção e consumo, já foi percebida por K. Marx. Ele disse: " A produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. Logo a produção cria o consumidor;... Portanto, a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto" (MARX 1978, p.110).

No entanto, até agora, este problema foi encarado como um fenômeno externo, tanto pelos países "consumidores" quanto pelos países "produtores". Esta visão caracteriza-se por ser dualista, parcial e, conseqüentemente, excludente. Sob esta visão, os países demandantes de cocaína acham que se não existisse a oferta da matéria-prima (folhas de coca), não haveria a demanda. De outro lado, os países produtores de coca, seguindo o mesmo raciocínio, estão convencidos do contrário, isto é, acham

que se não existisse a procura por cocaína, no mercado mundial, a tradicional produção de coca estaria limitada às necessidades de auto-consumo doméstico, no seu estado natural, não existindo nenhum incentivo para aumentar a sua oferta.

Obviamente, nesta briga, como é natural que aconteça, é o ponto de vista do mais forte que acaba prevalecendo. Diante deste impasse, é lógico supor que a visão com que se está enxergando o problema é inadequada. Isto pode ser confirmado na prática: o problema da produção, do comércio e do consumo de cocaína, longe de ter sido solucionado está tornando-se cada vez mais complexo e incontrolável.

Retomando o conceito de "planejamento", usado no presente trabalho, a forma como está sendo tratado o problema da coca excedente, na Bolívia, ainda permanece enquadrada nos antigos moldes, prevalecendo a parcialidade do enfoque. Destarte, pode-se concluir que: apesar de ter sido possível eliminar a maior parte das plantações de coca na colônia de Yapacaní, o problema da coca excedente, no âmbito nacional, ainda está longe de ter sido resolvido. Nada impede a mobilização geográfica dos agentes produtores, se isso for compensado economicamente. Isto não é difícil diante da carência de opções produtivas e/ou de emprego.

Baseado no que até agora aconteceu, pode-se predizer que o máximo que poderá acontecer (admitindo o

sucesso na "luta contra a cocaína", na Bolívia) é uma mudança na localização geográfica do narcotráfico, isto é, um deslocamento da produção para novos atores, novas regiões e/ou novos países de mais difícil controle, ou então, uma mudança nos gostos e preferências dos consumidores para outras novas drogas provavelmente não menos nocivas do que a cocaína.

Finalmente, de acordo com uma visão sistêmica do planejamento, vemos que no âmbito do desenvolvimento sócio-econômico mundial, não adianta esquecer a existência de nenhum país, por pequeno que ele seja, pois a realidade está mostrando que no interior de um sistema tudo encontra-se inter-relacionado e em interação.

Assim, enquanto não for bem entendido este conceito, a condenação da produção de cocaína e ainda da coca, mesmo que ela esteja repleta de boas intenções, está claramente desfocada. Em todo caso, o problema do tráfico de drogas deve ser considerado como uma grande advertência ao grave perigo decorrente da visão reducionista, dualista, parcial e excludente embutida na tradicional forma de encarar o desenvolvimento, tanto no centro quanto da periferia do sistema capitalista atual.

Vantagens comparativas da cultura da coca

As vantagens comparativas da cultura da coca na colônia de Yapacani ficaram evidentes. Até se poderia afirmar, dada a baixa fertilidade do solo da maior parcela

da colônia de Yapacani, que será bem difícil encontrar, no curto e médio prazo, uma cultura com vantagens semelhantes.

Uma vez erradicada a coca em Yapacani, não apareceram, na colônia, opções agrícolas "democráticas", isto é, acessível à maioria dos colonos. Nestas condições, existe o perigo evidente de que os programas de desenvolvimento alternativo estimulem um processo de concentração da terra. Isto porque os colonos de Yapacani tem interesse na criação de gado bovino. No entanto, pelos argumentos apontados, esta atividade requer uma extensão de terra bem maior do que aquela possuída pelos colonos.

Este conflito de interesses é um outro aspecto que deve ser levado em conta, também, na hora de o governo elaborar seus planos. Dar solução ao problema para um reduzido grupo de colonos implicaria em um simples deslocamento espacial do problema original.

A lógica sugere, então, que devem ser feitos verdadeiros esforços nesta colônia, principalmente na pesquisa de alternativas agrícolas acessíveis à maioria dos colonos. Esta pesquisa deve abranger desde o mercado até a pesquisa agrônômica das alternativas selecionadas.

Tradição de mastigação da coca

Esta variável, ainda que importante pelo fato de ser a causa original da introdução pioneira das plantas de coca, não tem muito a ver com o aumento da área plantada

com coca na colônia de Yapacaní. A área necessária de coca para o auto-abastecimento familiar é muito pequena.

No entanto, a erradicação total das plantações de coca realizadas na colônia de Yapacaní, negando inclusive uma pequena área para auto-consumo, constitui uma falta de sensibilidade e respeito ao hábito milenar destes colonos. A erradicação total não é possível. Tentar impôr um comportamento impossível de ser cumprido só conduz à hipocrisia.

Visão Nacional

Na Bolívia, é necessário pôr um freio à produção de coca excedente não pelo simples afã de responder ao "moralismo oficial", claramente tendencioso dos países centrais, mas sim como uma forma de liberar a população rural do vírus do dinheiro fácil, da enganosa e perigosa idéia do "usufruto" sem "sacrifício", sem "processo educativo". Esta expectativa ilusória está afetando negativamente o sistema de valores de trabalho de boa parte da sociedade boliviana. O futuro de um indivíduo, de uma família, de uma comunidade ou de uma nação, não deve basear-se em uma atividade envilecedora e subordinada ao capital internacional do narcotráfico.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABREGO, G.; GAYA, E.; CLAURE, E. El impacto de la migración y la producción de coca en la zona de colonización Yapacaní-Puerto Grether. La paz, Bolivia, AIPE/PROCOM-CEDLA, 1990. 189 p.
- ARNT, R. Droga despertou o entusiasmo de Freud, que depois se arrependeu. Folha de São Paulo, São Paulo, 1 Nov., 1991. (secção ciência) p.6
- ARRIETA, M.; ABREGO, G.; CASTILLO, A.; DE LA FUENTE, M. Agricultura en Santa Cruz: de la encomienda colonial a la empresa modernizada (1559-1985). La Paz, Bolivia, ILDIS, 1990. 374 p.
- BALCAZAR, J.M. Historia de la medicina en Bolivia. La Paz, Bolivia, Ed. Juventud, 1956. 615 p.
- BASCOPE, R. La veta blanca. Coca e cocaína en Bolivia. La Paz, Bolivia, Aquí, 1982. 189 p.
- BOHAN, M. Informe de la Misión Económica de los EE.UU. a Bolivia. La Paz, Bolivia, 1942. 150 p. (mimeo)
- BOSERUP, E. Evolução agrária e pressão demográfica. São Paulo, Hucitec, 1987. 141 p.
- BURCHARD, R.E. Una nueva perspectiva sobre la masticación de la hoja de coca. In: Carter W. (compilador). Ensayos científicos sobre la coca. La Paz, Bolivia, Ed. Juventud, 1983. p.147-70.
- CAMACHO, E. El narcotráfico es un problema social y político que no se resuelve con la fuerza de las armas. In: Centro para el Estudio de las Relaciones Internacionales y el Desarrollo (CERID). El impacto de capital financiero del narcotráfico en América Latina. La Paz, Bolivia, CERID, 1991. p.97-104.

- CANELAS, A.; CANELAS J.C.. Bolivia: coca cocaína. Amigos del Libro, Cochabamba, Bolivia, 1983. 526 p.
- CARTER, W.; MAMANI, M. Coca en Bolivia. La Paz, Bolivia, Editora Juventud, 1986. 530 p.
- CASTILLO, A.; CAMPEN, R. Apuntes sobre colonización. Centro de Estudios y Proyectos (CEP). Santa Cruz, Bolivia, Ed. Crítica, 1981. 71 p.
- CASTRO, J.L. La colonización y su impacto al ambiente. Enfoque agroecológico. Documento de campo n.21, Santa Cruz, Bolivia, PROGRAMA de las NACIONES UNIDAS para el DESARROLLO (PNUD)/FAO/BOLIVIA, 1986. 52 p.
- CHÁVEZ, L.; HERRERA, E. Sistema mejorado de producción agrícola: una alternativa al sistema de corte y quema para pequeños agricultores de la zona de Yapaquí. Santa Cruz, Bolivia, UNIVERSIDAD AUTONOMA GABRIEL RENE MORENO, 1991. 203 p.
- CORPORACION REGIONAL DE DESARROLLO DE SANTA CRUZ (CORDECRUZ). Macrodiagnóstico regional de Santa Cruz. Santa Cruz, Bolivia, CORDECRUZ, 1975. 175 p.
- DALENCE, J.M. Bosquejo estadístico de Bolivia (1846). La Paz, Bolivia, Edit. Universitaria, 1975. 369 p.
- DANDLER, J. El desarrollo de la agricultura, políticas estatales y el proceso de acumulación en Bolivia. In: Estudios rurales Latinoamericanos. Bogotá, Colombia, Ed. Impresora Gráfica Ltda., 1984, v.7, n.2, p.20-39.
- DEL OLMO, R. La geopolítica del narcotráfico en América Latina. In: Centro para el Estudio de las Relaciones Internacionales y el Desarrollo (CERID). El impacto del capital financiero del narcotráfico en América Latina. La Paz, Bolivia, CERID, 1991. p.29-67.
- DIRECCION NACIONAL DE RECONVERSION AGRICOLA (DIRECO). Informe gestión 1991. Santa Cruz, Bolivia, DIRECO - Yapaquí, 1991. 23 p. (mimeo).
- DUKE, J.; AULIK, D.; PLOWMAN, T. "Nutritional value of coca". Botanical Museum Leaflets, Harvard University, 1975, v. 24, n. 6, p. 113-19.
- LA ECONOMIA de la coca en Bolivia: Plaga o salvación? La Paz, Bolivia, Müller & Asociados, 1991. 22 p.

- ESCOBAR, J.; SAMANIEGO, C. Agricultura, requerimientos y disponibilidad de fuerza de trabajo en Santa Cruz, Bolivia. Ministerio de Trabajo y Desarrollo Laboral, Proyecto Migraciones y Empleo Rural y Urbano (OIT/FNUAP), Serie Resultados n.2, La Paz, Bolivia, 1981. 177 p.
- FLORES, G. e BLANES J. Donde vá el Chapare?. Cochabamba, Bolivia, Ediciones CERES, 1984. 273 p.
- FERNÁNDEZ, J.; PACHECO, P.; SCHULZE, J.C. Marco de interpretación de la cuestión agrária en Bolivia. La Paz, Bolivia, CEDLA, 1991. 98 p.
- FERNANDEZ N. La coca boliviana: maravillosas propiedades y cualidades de la coca. Opiniones de prestigiosos médicos y naturalistas acerca de la planta sagrada de los Incas del Perú. La Paz, Bolivia, Ed. América, 1932. 153 p.
- FRANCO, M. Informe gestión 1991. Santa Cruz, Bolivia, DIRECO, 1991. 23 p. (mimeo)
- FURTADO, C. A economía latino-americana. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978. 339 p.
- GAGLIANO, J. A. "The coca debate in colonial Peru" The Americas, July, 1963, p.43-63.
- GARCIA, A. Modelos operacionales de reforma agrária y desarrollo rural en América Latina. Costa Rica, IICA, 1985. 196 p.
- GUTIERREZ N., C. Acción de la coca sobre la actividad mental de sujetos habituados. Revista de medicina experimental, Lima, v. III, n.1, p. 1-18, 1944.
- HILDEBRAND, P.; RUANO, S. El sondeo. INSTITUTO DE CIÊNCIA Y TECNOLOGIA AGRÍCOLAS (ICTA), Guatemala, 1982. 15 p.
- HOYOS, F.; THIELLE, G.; CHOCLO, D.; ARDAYA, D. Sondeo Yapacaní Sur: Resultados y recomendaciones para la investigación y extensión. Documento n. 67, Santa Cruz, Bolivia, CENTRO DE INVESTIGACION AGRÍCOLA TROPICAL (CIAT), 1987. 65 p.
- HOYOS, F.; DAVIES, P.; REYES, N.; GONZALES, G.; TANAKA, T. Dominios de recomendación para la investigación en las zonas arroceras de Santa Cruz. Documento n.75, Santa Cruz, Bolivia, CIAT, 1990. 77 p.
- HUNT, E. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989. 541 p.

- IGLESIA EVANGÉLICA METODISTA EN BOLIVIA. La vida agrícola en las colonias: un estudio económico de diez colonias al Norte de Santa Cruz. Santa Cruz, Bolivia, 1972. 83 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA (INE). Resultados del censo nacional de población y vivienda 1976, Departamento de Santa Cruz. Vol.7, Talleres Gráficos Offset INE. República de Bolivia, 1981.
- INE. Resultados provisionales del Departamento de Santa Cruz. II censo nacional agropecuario. Santa Cruz, INE, 1987. 82 p.
- INE. Resultados provisionales del Departamento de Santa Cruz por cantones de Provincias (1992). Santa Cruz, INE, 1992. 75 p.
- JORDAN P., R. Coca, cocaína, interdicción y narcotráfico: prevención, curación, represión, militarización, desarrollo, legalización y cocaína sintética: crisis. Revista Estado Sociedad, La Paz, Bolivia, n.7, p.11-58, 1990.
- LORA, G. Formación de la clase obrera boliviana. La Paz, Bolivia, Ed. Masas, 1980. 171 p.
- LANGE, O. Economía socialista e planeamiento económico. Buenos Aires, Ed. Rodolfo Alonso, 1972. 86 p.
- MANSILLA, F.; TORANZO, C. Economía informal y narcotráfico. La Paz, Bolivia, Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS), 1991. 113 p.
- MANZANO, A. Capacidad agrícola de las tierras de colonización Yapacaní-Puerto Grether. La Paz, Bolivia, Ministerio de Agricultura, 1964. 100 p.
- MARX, K. Para a crítica da economia política. In: Os Pensadores. Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1978. 404 p.
- MAXWELL, S. Colonos marginalizados al norte de Santa Cruz: avenidas de escape a la crisis de barbecho. Santa Cruz, Bolivia, CIAT/MISION BRITANICA (MB), 1979. 58 p. (Documento de trabajo n.4)
- MAYER, E. El uso social de la coca en el mundo andino: contribución a un debate y toma de posición. In: Carter W. (compilador). Ensayos científicos sobre la coca. La Paz, Bolivia, 1983. p.211-28.

- MERIDA, A.; SALDIAS, E. Migración hacia la ciudad de Santa Cruz. Santa Cruz, Bolivia, CORDECRUZ/PREAL/OIT, 1991. 334 p.
- MENDOZA, G. "El empleo de la coca en Bolivia". Estudios Sociales. La Paz, Bolivia, 1941, n.2, p.76-81.
- MORTIMER, G.W. History of coca "the divine plant of de Incas". San Fransisco, EUA, Fitz Hugh Ludlow Memorial Library Edition, 1974. 385 p.
- NACIONES UNIDAS. "Informe de la Comisión de Estudio de las hojas de coca, mayo de 1950". Lake success, New York: Consejo Económico y Social. Actas oficiales, duodécimo periodo de sesiones. Suplemento especial n.1, 1950. 135 p.
- NACIONES UNIDAS. "The Commission of enquiry on the coca leaf". Bulletin on Narcotics n.1, 1950, p.39-41.
- NELSON, M. The develoment of tropical lands: policy issues in Latin America. Baltimore, United State of America, The Johns Hopkins University Press, 1973.. 306 p.
- QUIROGA, J.A. Coca/cocaina: una visión boliviana. La Paz, Bolivia, AIPE/PROCOM-CEDLA, 1990. 129 p.
- RAMOS, P. Objetivos e instrumentos de la política económica. La Paz, Bolivia, 1983. 133 p.
- SCHULTZ, G. Minicenso Antofagasta. Santa Cruz, Bolivia, PNUD/FAO, 1983. 55 p.
- SCHUMACHER, E.F. O negócio é ser pequeno. São Paulo, Ed. Circulo do Livro, 1973. 271 p.
- SCHWARTZ, G. Droga cria nova economia. Folha de São Paulo. São Paulo, 26 Jan., 1992, p.5 (secção 4).
- SOCIEDAD de Propietarios de Yungas (SPY). Informe del señor Ezequiel Romecín C. a la junta general de 11 de febrero de 1928. La Paz, Bolivia, Imprenta Cervantes, 1928. 81 p.
- SPY. Memoria presentada a la junta general ordinaria del dia 6 de marzo de 1933 por su presidente Sr. Abel Soliz S. La Paz, Bolivia, Ed. América, 1933. 415 p.
- SOLIZ, E. Tierras, campesinos y capitalismo en Santa Cruz. Santa Cruz, Bolivia, Editorial Universitaria, 1991. 103 p.

STUTLEY, C. Estudio sobre los problemas de destronque y mecanización en la zona de colonización de Chané-Pirai al Norte de Santa Cruz. Documento n.34, Santa Cruz, Bolivia, CIAT/MB, 1982. 78 p.

SZMRECSÁNYI, T. O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975). São Paulo, Hucitec/UNICAMP, 1979. 540 p.

THIELE, G. Revisión de literatura de la zona de colonización de Santa Cruz -Parte II Oeste. Santa Cruz, Bolivia, CIAT, 1990, Doc. n.78. 51 p.

THIELE, G. La crisis de barbecho: una re-evaluación. Santa Cruz, Bolivia, CIAT, 1991. 63 p. (Informe técnico, n.1)

TORANZO, C. Bolivia: reproducción de capital y política. Santa Cruz, Bolivia, Ed. Universitária, 1989. 306 p.

VARGAS, M.; MANSILLA, A.; JUSTINIANO, J.C. Vivienda, pobreza y condiciones de vida. Santa Cruz, Bolivia, CORDECRUZ/FNUAP/DIT/PREALC, 1991. 182 P.

WHITAKER, M; VILLEGAS, C. Perspectivas económicas de la sustitución de coca por frutas cítricas y café en el área de Chulumani, Yungas en Bolivia. La Paz, Bolivia, Documento de trabajo No.007/76, Ago., 1976. 29 p.

APÊNDICE 1 (Tabelas)

Tabela I.1 Número e área das unidades agropecuárias, por
Província e segundo uso agrícola.

Províncias	Área total			Área agrícola		
	Unidades censadas	ha	%	Unidades censadas	ha	%
Total Dpto	42.345	5.525.095	100	38.488	614.321	100
A. Ibañez	5.969	226.620	4,1	5.425	91.155	14,8
Warnes	2.988	113.450	2,05	1.496	44.958	7,32
Velasco	3.827	1.026.028	18,57	2.693	20.396	3,32
Ichilo	4.605	220.264	3,99	4.266	106.486	17,33
Chiquitos	2.213	866.977	15,69	1.638	25.030	4,07
Sara	1.814	150.231	2,72	1.534	48.262	7,86
Cordillera	4.297	1.018.780	18,44	3.739	50.903	8,29
Vallegrande	3.532	118.240	2,14	3.477	19.555	3,18
Florida	2.955	80.010	1,45	2.834	12.389	2,34
Santiesteban	3.228	189.003	3,42	3.011	87.766	14,29
Ñ. de Chavez	6.801	1.014.099	18,35	6.582	74.234	12,08
A. Sandoval	820	459.834	8,32	579	26.015	4,23
M. Caballero	1.306	41.558	0,75	1.214	5.171	0,84

Fonte: elaboração própria com base em dados preliminares do
segundo censo nacional agropecuário (INE, 1987).

Tabela 1.2. Província Ichilo: número e área das unidades agropecuárias por tamanho das propriedades e segundo uso agrícola

Tamanho das Unidades (ha)	Área total		Área agrícola	
	Unidades censadas	ha	Unidades censadas	ha
Total Província	4.605	220.264	4.266	106.486
Sem terra	8	-	-	-
Menor de 0,10	202	11,7	6	0,5
De 0,10 a 0,19	10	1,2	10	1,2
De 0,20 a 0,49	39	9,7	34	8,4
De 0,50 a 0,99	86	48,4	73	41,2
De 1 a 1,99	143	169,8	130	142,6
De 2 a 2,99	81	168,4	77	149,8
De 3 a 3,99	56	171,6	52	142,5
De 4 a 4,99	34	138,7	33	122,7
De 5 a 9,99	114	724,9	110	608,8
De 10 a 19,99	276	3.807,7	272	2.463,9
De 20 a 49,99	2.053	57.875,7	2.007	36.398,3
De 50 a 99,99	1.194	64.620,7	1.162	32.081,9
De 100 a 199,99	201	23.954,9	195	13.859,0
De 200 a 499,99	68	18.768,7	68	8.553,7
De 500 a 999,99	21	12.402,0	20	3.199,0
De 1000 a 2.499	14	18.859,5	13	4.300,5
De 2500 a 4.999	3	8.100,0	2	1.832,0
De 5.000 ou mais	2	10.420,0	2	2.580,0

Fonte: elaboração própria com base em dados preliminares do segundo censo nacional agropecuário (INE, 1987).

Tabela 1.3. Evolução da população das áreas urbanas do Cantão São Carlos, Província Ichilo. Período 1976-1992.

Localidade	1976	1992	Taxa de Cresc.
Villa Busch (Yapacaní)	3135	8535	6,46 %
São Carlos	2015	3219	2,97 %
Santa Fé	1681	4013	5,59 %
San Juan	1263	2630	4,69 %

Fonte: Elaboração própria com base em INE, 1992: 39

Tabela I.4. Santa Cruz: participação no PIB nacional,
período 1970-1980 (em milhões de pesos:1970)

Ano	Bolívia	Santa Cruz	%
1970	12.374	2.019.2	16.3
1971	12.985	2.210.3	17.0
1972	13.732	2.373.9	17.3
1973	14.668	2.677.8	18.2
1974	15.563	2.811.7	18.1
1975	16.353	2.998.8	18.3
1976	17.469	3.296.1	18.9
1977	18.064	3.463.7	19.2
1978	18.628	3.475.9	18.7
1979	19.007	3.574.0	18.8
1980	19.161	3.591.0	18.7

Fonte: Arrieta 1990: 195

Tabela I.5. Preços do Arroz e valor da diária
(Em dólares constantes de 1985)

Ano	Preço do Arroz US\$/kg	Valor da diária US\$/dia	Diária/ Preço Kg/dia
1961	0,230	2,77	12,0
1962	n.d.	n.d.	n.d.
1963	n.d.	n.d.	n.d.
1964	0,329	3,25	9,9
1965	0,561	3,23	5,8
1966	0,253	n.d.	n.d.
1967	n.d.	n.d.	n.d.
1968	0,211	1,68	8,0
1969	n.d.	n.d.	n.d.
1970	n.d.	n.d.	n.d.
1971	0,149	n.d.	n.d.
1972	0,092	1,44	15,7
1973	0,131	1,67	12,7
1974	0,224	2,55	11,4
1975	0,207	3,05	14,7
1976	0,189	3,77	20,0
1977	0,172	3,77	22,0
1978	0,111	3,49	31,3
1979	0,149	2,60	17,4
1980	0,192	3,45	18,0
1981	0,175	4,20	23,9
1982	0,205	3,38	16,4
1983	n.d.	n.d.	n.d.
1984	0,076	1,96	25,08
1985	n.d.	n.d.	n.d.
1986	0,103	3,07	29,8
1987	0,085	2,93	34,4
1988	0,103	2,40	23,4
1989	0,082	1,79	21,9

Fonte: Thielle 1991: 38

Tabela I.6. Moradias segundo carência de serviços básicos na cidade de Santa Cruz (Porcentagens)

AREA DE RESIDÊNCIA	SERVIÇOS NÃO DISPONÍVEIS NA MORADIA					
	Banheiro	Água	Esgôto	Energia elétrica	S/água, banheiro e esgôto	Sem nada
TOTAL	51.846	53.810	89.605	17.467	35.585	11.911
% sobre o total mor.	43,2	44,9	74,7	14,6	31,3	9,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até anel 2	10,6	6,6	1,6	2,4	3,4	2,3
Entre anel 2-4	39,7	34,1	50,5	9,4	38,1	7,6
Fora anel 4	49,7	59,3	47,9	88,2	58,5	90,1

Fonte: VARGAS 1991:50

Tabela I.7. População segundo níveis de pobreza, tamanho e renda média mensal em US\$ por família e "per capita"

NÍVEL DE POBREZA	POPULAÇÃO		TAMANHO PROMÉDIO POR FAM.	RENDAS PROMÉDIO MENSAL EM US\$ FAMIL. PER CAP.	
	Número	%			
TOTAL	556.937	100,0	4,81	215,0	152,5
Indigentes	36.688	6,6	6,95	76,8	11,1
Pobres	244.121	43,8	5,66	134,6	23,6
Não-pobres	276.128	49,6	4,10	277,5	74,3

Fonte: VARGAS 1991:70

APÊNDICE 2

A botânica e os métodos de produção da coca

O que se conhece por "coca" é uma planta pantropical do tipo arbustivo. A altura varia, dependendo da região e da espécie ou variedade, de 50 centímetros até mais ou menos 2,5 metros. A família das Erythroxylaceas pertencem ao gênero *Erythroxylum* e compreende aproximadamente 250 espécies. De todas as espécies que crescem na América, perto de 200, só duas são cultivadas: a *Erythroxylum novogranatense*, com uma variedade mais importante, a *E. novogranatense* var *Truxillense*; e a *Erythroxylum Coca* lam, com uma gama de variedades ainda não bem identificadas (CANELAS e CANELAS 1983, p.57).

A distribuição geográfica das duas espécies cultiváveis de coca, devido as suas preferências ecológicas, é diferente. A *E. Coca*, também conhecida como "coca huanuco" ou "boliviana", na atualidade é a mais importante do ponto de vista econômico e se encontra distribuída ao longo das vertentes orientais dos Andes, desde a Bolívia até o Equador, incluindo também parte da Amazônia.

A coca é uma planta que quando cultivada na forma tradicional e para o consumo humano, precisa enorme cuidado no seu cultivo e ainda mais na desidratação e empacotamento. Do ponto de vista dos cultivadores tradicionais da região dos Yungas, o calor excessivo estimula o crescimento da planta com exagerada precocidade, mas em detrimento da qualidade da folha, isto é, de seu conteúdo de cocaína.

Do ponto de vista do consumidor tradicional, a qualidade da folha da coca esta associada com o sabor doce que por sua vez se relaciona ao baixo conteúdo de cocaína. É por esta razão que este tipo de consumidor prefere a coca produzida nos Yungas de La Paz àquela produzida no Chapare ou Yapacaní. Obviamente, a preferência é inversa no caso dos interessados na obtenção de cocaína. Segundo QUIROGA (1990, p.88) a coca dos Yungas tem aproximadamente um rendimento 30% menor de cocaína do que a coca do Chapare ou Yapacaní.

Aparentemente, na região dos Yungas, os métodos de cultivo têm sofrido poucas mudanças ao longo do tempo. Primeiramente se faz germinar as sementes em pequenos canteiros, onde as mudas jovens permanecem entre 12 e 18 meses antes de serem transplantadas para o lugar definitivo.

Nos montes escarpados dos Yungas de La Paz, planta-se a coca em terraços, seguindo uma curva de nível. A boa preparação dos terraços reduz a necessidade de capinas, permitindo ao mesmo tempo uma utilização mais eficaz da terra cultivável.

Com um cuidado apropriado, as plantas podem produzir durante um período de 20 a 40 anos, e em casos excepcionais até um século; contudo, os melhores rendimentos se obtém entre o terceiro e sexto ano. A colheita é efetuada a cada 4 meses nos Yungas e a cada 3 meses no Chapare e Yapacaní.

Os métodos de produção no Chapare e Yapacaní diferem em boa medida dos descritos para os Yungas, devido as diferenças de clima e de topografia. Sendo os primeiros mais planos, se prescinde dos terraços, plantando as mudas de coca sobre sulcos adubados com matéria orgânica e cinza. O intervalo entre plantas é de aproximadamente 30 a 45 cm e de um metro entre sulcos. Com freqüência, se consorcia com mandioca, prática não adotada pelos agricultores dos Yungas³⁴.

³⁴ Notas de campo obtidas, através de entrevistas informais com agricultores em visitas as regiões produtoras de coca, entre 1987 e 1989.

A coca e a nutrição

No citado estudo de CARTER e MAMANI (p.438), foi constatado que os horários de mastigação da coca não precedem às refeições. Na realidade, são posteriores a elas. O que na cultura ocidental urbana é uma sobremesa, para os camponeses é a hora do "aculli", um tempo de avaliação e cálculo de tarefas por fazer. Na opinião deles, o "aculli" da coca, mais do que abrandar a fome, facilita a digestão.

Eles acrescentam que nas suas pesquisas não conseguiram detectar a coca como uma necessidade básica, mas como um luxo que acompanha as cerimônias de maior transcendência e que atua no incentivo ao trabalho. Esta apreciação é coincidente com a do antropólogo peruano E. MAYER (1983, p.214-5): "...os artigos de luxo são bens relativamente escassos que produzem satisfação e prazer pessoais. São utilizados não só como autogratificação, mas como veículos no estabelecimento de laços de amizade e boa vontade quando são presenteados e compartilhados na convivência social. Existe, portanto, uma atitude diferente

em relação a esses tipos de bens. Na nossa cultura ensinamos aos nossos filhos esta atitude ao aconselhar-lhes que não devem desfrutar seus "artigos" sozinhos, senão compartilhar com irmãos e amigos. Mas também vemos que os nossos filhos convertem esse "artigo" em meio de intercâmbio: um deles o troca por um pião e outro utiliza para ganhar-se um aliado permanente. Portanto, estes bens tem um valor de gratificação pessoal e um valor social. Em tal sentido se emprega a coca no mundo andino".

De acordo com DUKE et alli (1975), comparando as folhas de coca com 50 produtos vegetais latino-americanos, estas folhas resultam ser mais ricas em calorias, proteínas, carboidratos, fibra, cinza, cálcio, fósforo, ferro, vitamina A, vitamina B2, vitamina E e riboflavina. A coca apresenta um conteúdo mais baixo de óleo, água, niacina e ácido ascórbico. Portanto, a ingestão de 100 gramas de folhas de coca ultrapassaria a quantidade diária recomendada, para o homem ou mulher adultos, em termos de cálcio, ferro, fósforo e as vitaminas assinaladas acima.